

Avante!

Homenagem em Baleizão, com Carlos Carvalhas

Chamava-se Catarina

«Estamos voltados para o futuro com confiança e determinação, numa homenagem que é também uma jornada de luta, coerente com o nosso passado de resistência e demonstração firme e serena do nosso presente de luta e de proposta, de intervenção e participação.»

Págs. 5, 6 e 7

Escola Pública de Telecomunicações «Boa para privatizar»

A paixão do Governo pela Educação parece mais uma paixão pelo negócio, a merecer esclarecimento urgente.

Pág. 9

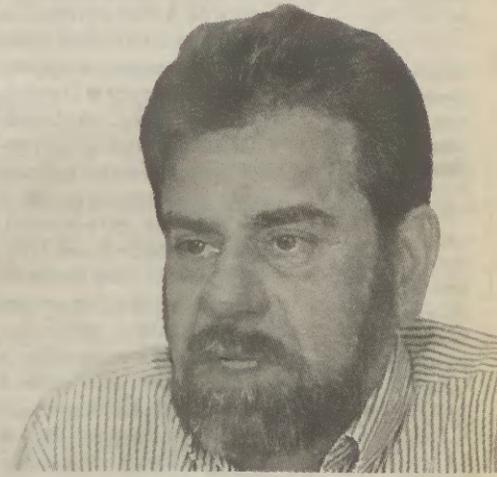


Emigrantes portugueses na Suíça

Queremos participação activa

Entrevista com Manuel Beja

• Lígia Calapez Centrais



Assembleia da República

Promessas e ciberpaleio

A situação política nacional esteve em debate no Parlamento. Para o Governo, que o propôs, era a oportunidade para reabilitar a imagem. A operação não resultou.

Pág. 19

Carvalhas em Almada

Clima social mudou

O secretário-geral do PCP, que interveio no final dos trabalhos da 8.ª Assembleia de Almada, reafirmou que o PCP «nunca abdicará de estimular os trabalhadores na luta pelos seus direitos».

Pág. 15

Co-incineração

Decisão contestada

A decisão governamental de co-incinerar resíduos industriais em Souselas e no Outão é contestada pelas populações, por partidos políticos, movimentos, sindicalistas e professores.

Pág. 11

Avante!
Proletários de todos os países
UNI-VOS!

PROPRIEDADE
Partido Comunista Português
R. Soeiro Pereira Gomes, 3
1600 - 196 Lisboa
Tel. 21 781 38 00

ADMINISTRAÇÃO
Editorial «Avante!», SA
Av. Almirante Reis, 90,
7.ª A, - 1169-161 Lisboa.
Capital social:
15 000 000\$00.
CRC matrícula: 47058.
NIF - 500 090 440

DIRECÇÃO E REDACÇÃO
R. Soeiro Pereira Gomes, 3
1600 - 196 Lisboa
Tel. 21 781 71 90/91
Fax: 21 781 71 93
E-mail:
avante.pcp@mail.telepac.pt
Web:
http://www.pcp.pt

Director
José Casanova

Chefe de Redacção
Leandro Martins

Chefe Adjunto
Anabela Fino

Redactores
Carlos Nabais
Domingos Mealha
Henrique Custódio
Isabel Araújo Branco
João Chasqueira
Lúcia Calapez
Manuel Jorge Veloso
Margarida Folque

Grafismo
José Araújo

Fotografia
Jorge Caria
Sérgio Morais

Secretaria da Redacção
Ivone Dias Lourenço
Noémia Presúncia

DISTRIBUIÇÃO
DISTRIBUIÇÃO ADE's
Editorial Avante!
Av. Almirante Reis, 90,
7.ª A, - 1169-161 Lisboa
Tel. 21 815 34 87
21 815 35 11
Fax: 21 815 34 95

Alterações de remessa
Até às 17 horas
de cada sexta-feira:
Tel. 21 815 34 87
21 815 35 11

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL
DELTAPRESS
Delegação Lisboa:
Tapada Nova - Capa Rota
Linhó - 2710 Sintra
Tel. 21 924 04 47
Delegação Norte:
Zona Industrial da Maia
Sector IX
Rua B Lt. 227 - 4470 Maia
Tel. 22 941 76 70

ASSINATURAS
Av. Almirante Reis, 90,
7.ª A 1169-161 Lisboa
Tel. 21 815 34 87
21 815 35 11
Fax: 21 815 34 95

TABELA DE ASSINATURAS*
(IVA e portes incluídos)

PORTUGAL
(Contínente e Regiões
Autónomas)
50 números: 8 100\$00
25 números: 4 200\$00

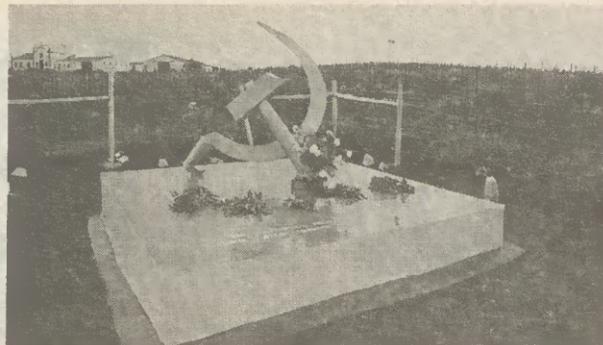
EUROPA
50 números: 21 850\$00

EXTRA-EUROPA
50 números: 30 600\$00

**GUINÉ-BISSAU,
S. TOMÉ E PRÍNCIPE
e MACAU**
50 números: 23 000\$00

*Enviar para
Editorial «Avante!»
nome, morada
com código Postal
e telefone
a acompanhar cheque
ou vale de correio.

Composição e impressão
Heska Portuguesa, SA
Campo Raso
2710 - 139 Sintra
Depósito legal n.º 205/85



Resumo

17 Quarta-feira

António Guterres é fortemente criticado pela oposição no debate na Assembleia da República sobre os seis meses de legislatura do Governo ● Edmund Ho, chefe de executivo da Região Autónoma Especial de Macau, inicia uma visita de três dias a Portugal onde se encontra com Jaime Gama ● O governo Sérvio manda ocupar o canal televisivo de Belgrado, dirigido pela oposição, acusando aquela estação de incitar ao terrorismo contra o «governo democraticamente eleito» ● Hipólito Mejía, candidato social-democrata, vence à primeira volta as eleições presidenciais da República Dominicana ● Foday Sankho, líder das forças rebeldes da Serra Leoa (RUF) é detido em Freetown ● 24 militares indonésios são condenados a penas de oito a dez anos pelo massacre de 58 pessoas na província de Aceh.

18 Quinta-feira

A Eurostat divulga um estudo que confirma que os trabalhadores portugueses são os mais mal pagos da União Europeia, ganhando em média menos de metade do que os gregos, que ocupam o penúltimo lugar da tabela ● As cheias na ilha de Timor causam a morte de dezenas de pessoas, na maioria mulheres e crianças ● As tropas etíopes entram no território da Eritreia, ocupando a cidade de Barentu ● Durante o III Colóquio Pindorama, a decorrer no Instituto Superior de Psicologia Aplicada em Lisboa, Alípio Freire, jornalista do jornal brasileiro dos Sem Terra, acusa Fernando Henrique Cardoso de ser um ditador e de ser responsável pelos maus tratos a 222 pessoas durante as comemorações do descobrimento do Brasil.

19 Sexta-feira

Os alunos do Secundário do distrito de Aveiro entregam ao primeiro-ministro uma carta aberta onde exigem a suspensão da revisão curricular ● O exército paraguaio anuncia ter chegado ao fim a insurreição de um conjunto de militares que queriam depor o presidente do país ● A RUF, rebelião serra-leonesa, exige a libertação do seu líder, Foday Sankho, como moeda de troca para iniciar as negociações de paz ● Ao fim de catorze anos de negociações e averiguações, a União Europeia dá o «sim» à entrada da China na Organização Mundial do Comércio (OMC) ● Um grupo de civis armados nas Fiji ocupa o parlamento fazendo 53 reféns, incluindo o primeiro-ministro.

20 Sábado

Álvaro Cunhal participa no aniversário do CT de Canidelo,

Baleizão, uma homenagem a Catarina Eufémia e à luta antifascista

Vila Nova de Gaia ● Jorge Sampaio mostra-se contra o referendo sobre a despenalização das drogas leves, ideia lançada pelo CDS/PP ● Alberto João Jardim defende a apresentação de uma moção de censura ao Governo de António Guterres ● Termina, em Lisboa, o V Congresso da Ordem dos Advogados ● Após a polícia e o exército afirmarem publicamente que apoiam o governo actual, os golpistas das Fiji ameaçam matar o primeiro-ministro.

21 Domingo

Comemora-se em Baleizão o aniversário da morte da grande Catarina Eufémia onde, em comício, Carlos Carvalhas acusa o Governo pelo estado da agricultura e condena a Política Agrícola Comum de António Guterres ● 67 por cento dos suíços dá o sim às relações bilaterais com a União Europeia, num referendo realizado ontem ● No fim de uma conferência em Nova Iorque, as «cinco grandes potências» assinam o Tratado de Não Proliferação Nuclear, comprometendo-se assim, embora sem se saber quando, a destruir na totalidade as suas armas nucleares ● 21 pessoas morrem na queda de um bimotor nos Estados Unidos.

22 Segunda-feira

Um relatório da Eurostat divulga que dezoito por cento da população europeia vive na pobreza ● A ministra dos Negócios Estrangeiros austríaca ameaça recorrer ao Tribunal de Justiça Europeu caso as sanções não sejam levantadas antes do fim da presidência portuguesa ● Kofi Annan pede ao Conselho de Segurança da ONU o envio de mais 3500 capacetes azuis para a Serra Leoa, sendo esta uma força com o estatuto de «imposição da paz» ● Milhares de eritreus manifestam-se contra o «silêncio da Comunidade Internacional» face à invasão etíope do seu país.

23 Terça-feira

O PCP, o PSD e o PP culpam o PS pelo atraso na reforma do Parlamento e ameaçam acabar com as reuniões caso não seja aprovado o relatório até final de Junho ● Alejandro Toledo, candidato da oposição às presidenciais no Peru, anuncia formalmente a sua desistência da candidatura, afirmando que não existem condições para se realizarem eleições livres ● Os militares israelitas e o Exército do Sul do Líbano, milícia supletiva de Israel, abandonam a chamada «zona de segurança» deixando para trás armas e veículos militares ● Angola, durante uma reunião em Luanda entre os ministros de Defesa dos sete Estados lusófonos, propõe a criação de uma Comissão Intergestual de Defesa no âmbito da CPLP (Comunidade de Países de Língua Portuguesa).

Aconteceu

Há 65 milhões de pobres em toda a União Europeia

Segundo um relatório da Comissão Europeia conhecido esta semana, na Europa Comunitária 10 milhões de pessoas dependem de regimes de assistência social para subsistir e mais 16 milhões estão desempregadas, com o menor de metades delas estarem em desemprego de longa duração. Os números apresentados pelo relatório não se ficam por

aqui; além dos indicadores atrás referidos, outros há igualmente inquietantes: 18% da população europeia vive com menos de 60% do rendimento médio nacional, o que equivale a dizer que 65 milhões de pessoas vivem na pobreza. Embora o desemprego seja apontado como principal causa desta impressionante situação de exclusão social nos 15



China e União Europeia com acordo comercial

A União Europeia (UE) e a China concluíram um acordo comercial bilateral que abre caminho a um objectivo perseguido pela China há mais de 14 anos: a sua adesão à Organização Mundial do Comércio (OMC). Este acordo agora assinado prevê a abertura progressiva do mercado chinês a uma extensa lista de produtos e serviços oriundos da União Europeia, isto num prazo de três a cinco anos. Com a conclusão deste acordo com a UE, e tendo em conta que já fora firmado com os EUA um outro semelhante em Novembro passado, a China ficou bem posicionada

para se tornar no 136.º membro da COM num prazo relativamente curto, provavelmente já no próximo ano. Quem ficou inquieto com este acordo foram as associações da indústria têxtil europeia que, perante o forte secretismo que rodeou estas negociações com as autoridades de Pequim, já admitem que ele deverá trazer mais prejuízos do que benefícios. É que a China já é o primeiro fornecedor de vestuário da UE. Com o acordo bilateral agora firmado, inevitavelmente se terão de abrir ainda mais as portas para a entrada dos têxteis chineses.



Cheias matam em Timor

Segundo o último balanço oficial feito pela ONU, morreram pelo menos 98 pessoas e 11 estão dadas como desaparecidas vítimas das cheias que têm fustigado Timor Ocidental. Este número continua aquém do balanço feito pelas autoridades indonésias, que falam em pelo menos 165 mortos e centenas de desaparecidos. Apesar de a tragédia das cheias se ter abatido, principalmente, em Timor Ocidental, que é território indonésio, os mortos e desaparecidos são essencialmente refugiados de Timor-Leste que, incompreensivel-

mente, continuam retidos pelas autoridades indonésias na parte ocidental onde, aliás, continuam a ser intimidadas e ludibriadas pelas milícias pró-indonésias. Três desses campos de refugiados em Timor Ocidental foram completamente varridos pelas enxurradas. As forças da ONU afirmam que a situação começa a estar controlada, mas o certo é que as previsões meteorológicas anunciam novas tempestades e o número das vítimas das enxurradas continuam não apenas por apurar, como a aumentar.

Morreu John Gielgud

Morreu o grande actor britânico John Gielgud, aos 96 anos de idade. Iniciou a sua brilhante carreira dramática aos 17 anos e repartiu o seu enorme talento de actor tanto pelo teatro como pelo cinema, embora os palcos tivessem sido sempre a sua primeira e maior paixão. Era o último sobrevivente de uma limitada pléiade de actores britânicos com a



envergadura de Laurence Olivier ou Ralph Richardson. Senhor de uma voz profunda e extraordinariamente expressiva, Sir John Gielgud era um intérprete shakespeariano de eleição, representando Shakespeare tanto em teatro como em cinema em performances inesquecíveis. Nos palcos, apesar de se ter especializado

no reportório shakespeariano, foi igualmente um intérprete de eleição de autores como Tchekov ou Oscar Wilde e ainda dramaturgos contemporâneos como Harold Pinter, Edward Albee ou Peter Brook. Foi também um pioneiro, ao fundar a primeira companhia formada como sociedade de actores, bastante antes do aparecimento da célebre Royal Shakespeare Company. Entrou em mais de 50 filmes, ganhou Oscars de Hollywood e, a par de inesquecíveis interpretações de personagens shakespearianas, deixou a sua marca em filmes como *Providence*, de Alan Resnais, *O Chefe de Orquestra*, de André Wajda, ou *O Crime do Expresso Oriente*, para só falarmos de alguns títulos.

Crónica Internacional

• Manuela Bernardino

Genocídio «humanitário»

O irlandês Denis Halliday trabalhou para a ONU durante 30 anos, tendo alcançado os postos mais elevados para um funcionário daquela organização. O ex-Secretário-Geral Boutros Chali nomeou-o Secretário-Geral-Adjunto para a Gestão dos Recursos Humanos, cargo no qual foi reconfirmado pelo actual Secretário-Geral da ONU. Em Agosto de 1997, e a seu pedido, Halliday foi nomeado director do Programa «Petróleo por Alimentos» que, em teoria, visava assegurar alimentos à população do Iraque, vítima do embargo decretado pelo Conselho de Segurança. Treze meses mais tarde, Halliday demite-se do seu cargo. O seu sucessor, o alemão Hans Von Sponeck, pouco mais tempo durou no cargo, tendo-se demitido em Fevereiro deste ano. Dois dias depois, outro alto funcionário, a também alemã Jutta Burhardt, demitiu-se igualmente do seu cargo de representante do Programa Alimentar Mundial no Iraque. Numa longa entrevista ao jornal australiano *The Guardian* (publicado em 19/4, 3/5 e 10/5 de 2000, e consultável em www.guardian.co.uk), Halliday explica esta epidemia de demissões: «De forma alguma queria

«Acuso os Estados membros do Conselho de Segurança de genocídio»



estar associado a um programa que, na prática, e como resultado das sanções, se tornou genocida. Como funcionário da ONU não podia falar livremente, por isso decidi demitir-me.»

O ex-Secretário-Geral-Adjunto da ONU dá números impressionantes: «No Iraque actual [a mortalidade de crianças com menos de cinco anos] é de 131 mortos por cada 1000 nados-vivos. Em 1989 era de 35. Acumulando [ao longo dos anos] significa cerca de 500, 600 ou 700 mil crianças com menos de cinco anos; e bem mais de um milhão de pessoas desde que foram impostas as sanções económicas. A mortalidade é uma crise real para todos - bebés, crianças, adultos idosos que não têm acesso a medicamentos (...). O cancro é um problema novo no Iraque, devido à utilização de armas de urânio empobrecido pelos aliados [durante a Guerra do Golfo]. Cerca de 20-30% dos adultos estão subnutridos. Nas crianças a percentagem é igual, e 15% estão severamente subnutridas, o que significa que estão em perigo de vida.» E Halliday fala sem rodeios: «Quando o Conselho [de Segurança da ONU] toma uma decisão consciente de manter essas sanções, conhecendo as suas consequências, isso em minha opinião significa intencionalidade em manter de pé um programa genocida. É por isso que acuso os Estados membros do Conselho de Segurança de genocídio contra o povo do Iraque. (...) É uma crise enorme e uma tragédia para as Nações Unidas. (...) Estamos a ver uma instituição global, a única existente, a ruir (...) Transformou-se num instrumento dos Estados Unidos, e isso é uma enorme tragédia. (...) Sinceramente, sentimos a falta da União Soviética, que fornecia algum contrapeso. (...) Os EUA detêm o controlo total e utilizam-no descaradamente. Utilizam a ONU quando convém aos seus objectivos de política externa ou interesses ocultos. Utilizam a corrupção, compram, ou o que queiram chamá-lo, mas controlam a ONU e em particular o Conselho de Segurança.» Von Sponeck comunga de muitas destas opiniões. Em entrevista à BBC (17.5.00) afirmou: «A ONU está rapidamente a tornar-se cúmplice da subversão das Convenções e do Direito Internacional.»

Tanto Halliday como Von Sponeck não têm dúvidas que o Programa «Petróleo por Alimentos» não funciona porque essa é a vontade dos EUA e do Reino Unido. E porquê? Afirma Halliday: «Penso que há muitas razões. O complexo militar-industrial-mediático dá um enorme apoio. É um grande negócio, de muitos milhares de milhões de dólares. Acabam de vender ao Abu Dhabi - e o Abu Dhabi é [um país] do tamanho dum selo de correios - [aviões de combate] F-16 no valor de 3300 milhões de dólares. (...) Há outros factores: um é o petróleo, a importância estratégica de controlar o petróleo.» Estamos infelizmente habituados a ver quem venda os seus princípios e valores por lugares bem remunerados ou favores. É reconfortante ver o exemplo de homens e mulheres dignos, dispostos a fazer o contrário.

Editorial

EM BUSCA DA IMAGEM PERDIDA

Recuperar a imagem, com a qual, durante anos, logrou iludir segmentos significativos da população, constitui, hoje, o objectivo maior do Primeiro-Ministro. Fá-lo, no entanto e como se tem visto, através de uma tática tosca que evidencia flagrante falta de confiança no êxito da operação. Isso foi particularmente visível no recente debate na Assembleia da República: António Guterres, devidamente acolitado, deu tudo o que podia e sabia para relançar a ideia mistificatória de uma situação nacional invejada em toda a Europa e conseguida graças a uma sábia e dialogante governação. Mas podia e sabia pouco e o resultado foi o que se viu.

As proclamações, feitas com um entusiasmo outrora empolgante mas agora deslocado e descabido, sobre as miríficas bem-aventuranças proporcionadas pelo seu reinado, soaram a coisa insólita. E Guterres, apercebendo-se de que ninguém o estava a levar a sério, recorreu ao velho truque das promessas: «Com o Governo PS, nunca os trabalhadores da Função Pública perderão poder de compra», prometeu - promessa que lhe há-de ter trazido à memória os 2,5%

“Guterres diz que sim a tudo - excepto às justas reivindicações dos trabalhadores”

mais que devorados pelos aumentos dos combustíveis, do gás, dos transportes e que o levou, em jeito de desespero de causa, a precaver-se com a ressalva: «Se isso acontecesse este ano, seria compensado no ano seguinte.» A ressalva fala por si; e como de «compensações» está o Inferno cheio, os trabalhadores da Administração Pública terão, certamente, tirado as devidas ilações.

Sempre de «olhos nos olhos», como é seu timbre, o Primeiro-Ministro embrulhou-se ainda numa teia de considerações em torno do aumento dos combustíveis sobre o qual jurou não ter quaisquer responsabilidades. Mas, inaugurando um novo modelo de caça de simpatias, ousou «prometer» que «não prevê aumentá-los nesta legislatura». Em troca da recuperação da imagem perdida, Guterres promete tudo (promete, até, «prever que...»), diz que sim a tudo - excepto, naturalmente, às justas reivindicações dos trabalhadores. Inclusive, tem já solução para «os muitos problemas ainda por resolver»: a chegada da Internet a casa de metade dos portugueses até 2004...

A reunião de emergência do Grupo Parlamentar - que contou com a emergente presença de Jorge Coelho - foi a resposta encontrada para procurar minorar os efeitos devastadores da prestação parlamentar do Primeiro-Ministro. E a confirmação plena de que a preocupação essen-

cial do Governo nada tem a ver com a resolução dos problemas dos portugueses - antes pelo contrário - ficou patente na decisão maior dessa reunião: «António Guterres prepara-se para mergulhar no País e no partido, em sucessivas iniciativas.» Isto é: o Primeiro-Ministro e Secretário-Geral do PS prepara-se para, através do contacto directo e da projecção mediática desse contacto, procurar convencer os portugueses de que o preto é branco - e vice-versa se necessário e possível for - num périplo que poderá designar-se por «operação busca da imagem perdida».

A imagem da eficácia e das bondades governativas de Guterres viria ainda a ser cruelmente flagelada, na passada semana, pelas conclusões de um estudo do insuspeito Eurostat - o organismo de estatísticas da União Europeia. Diz o estudo, segundo o «Diário de Notícias», que «os portugueses são, de longe, os cidadãos mais mal pagos da União Europeia (UE)». E segue-se um rol de desgraças decorrentes da política de direita, da subserviência do Governo português aos donos da Europa, das desigualdades, injustiças e regressões que resultam de tudo isso: «Portugal é o único país da UE onde os casos de sida estão a aumentar e não a regredir»; em matéria de «esperança de vida depois dos 65 anos, Portugal está quatro pontos abaixo da média europeia»; «o salário médio português é o mais baixo da UE»... Estes dados, não constituindo novidade para os portugueses - que sentem na pele todos os dias essa realidade - ajudam a perceber por que motivo António Guterres goza de tanta «admiração» e «prestígio» lá fora e explicam as razões do seu crescente descrédito em Portugal.

De tudo isto emergem, como elemento decisivo na actual situação política e social, as fortes, intensas e amplas lutas envolvendo centenas de milhar de trabalhadores de diversos sectores de actividade e dezenas de milhar de jovens, nomeadamente estudantes do secundário - lutas que prosseguirão na medida em que, como se vê pelos planos do Governo, vai continuar a política que obriga a essas lutas. A ofensiva de *charme* com a qual António Guterres e os seus ecos vão tentar iludir a realidade e manipular os trabalhadores e o povo, tem hoje muito menores possibilidades de sucesso do que teria há uns meses. A luta ensina muito não só aos que nela participam activamente mas também aos que a ela assistem e sobre ela reflectem.

Muitos mais serão, hoje, os que concordam com estas palavras de Carlos Carvalhas, Secretário-Geral do PCP: «Do que Portugal precisa não é de confiar em mais conversa mole sempre à procura de disfarçar e pintar cor-de-rosa as duras realidades da nossa vida, mas da coragem de olhar de frente os problemas de fundo da nossa sociedade, de responder aos problemas prementes que afectam a vida dos portugueses, empreendendo com novas políticas e por novos caminhos, um novo impulso para o progresso e o desenvolvimento ao serviço de todos e não só de alguns, para a justiça social, para a renovação e moralização da nossa vida democrática.»

Actual

Diga quem são

• Vítor Dias

Talvez alguns leitores possam achar que as coisas já estão claras, e que não vale a pena bater mais na maldada proposta do PS de alteração do sistema eleitoral para as autarquias.

Mas como, nesta matéria, o Secretário-geral do PS anda numa verdadeira cruzada em que, de cada vez que abre a boca, não responde seriamente a nenhuma das críticas e sempre adianta mais umas desavergonhadas mistificações, talvez seja mais prudente pensar que só se perdem as que caírem no chão.

Com efeito, António Guterres declarou no passado domingo que «o actual sistema de gestão municipal gera uma grande perversão e promiscuidade, com vereadores da oposição com pelouros e mandatos remunerados, o que os leva a não fiscalizar a acção da Câmara, porque estão comprometidos com o poder» e que, em consequência, «estas maiorias não são claras nem transparentes».

Ora a primeira observação que este juízo absolutamente temerário impõe

é que, estando A. Guterres a falar de «maiorias que não são claras», só pode estar a referir-se às situações de maioria relativa de um partido, as quais apenas se verificam em 10% dos municípios existentes, o que, só por si, circunscreve consideravelmente a alegada gravidade do problema por si agitado e põe em evidência o absurdo de, por causa de supostas situações muito localizadas, dinamitar completamente um sistema que, globalmente, tem funcionado bem, desde há 24 anos.

Por outro lado, talvez o Secretário-geral do PS não tenha medido de forma precisa e sensata as consequências do que afirmou. É que das duas três: ou o PS, onde detém a maioria, compra vereadores de outras forças políticas com pelouros e mandatos remunerados, ou vereadores do PS deixam-se comprar pelos partidos maioritários noutros lados, ou ambas as coisas.

Em qualquer caso, o que seria útil, construtivo, transparente e muitíssimo mais moralizador que a sua pro-

posta de lei era que o Eng. Guterres, em vez de disfarçar de Zorro em luta contra a «perversão» e a «promiscuidade», nos contasse quem são, com nomes de pessoas e de concelhos, os eleitos do PS que, politicamente, corrompem outros ou por outros se deixam corromper.

E se não fosse pedir de mais ao Eng. Guterres, o que

ele verdadeiramente teria de explicar é porque é que, mesmo admitindo que pudesse haver situações como a que descreve em que vereadores da oposição não fiscalizam devidamente, a grande solução estaria num novo sistema em que os muitos que hoje fiscalizam seriam impiedosamente corridos das vereações municipais, onde - a bem de uma combativa fiscalização, como é bom de ver - só ficariam vereadores da mesma cor política, aí sim a praticarem em família as outras mais rendosas perversões e promiscuidades que bem se sabe.



Em busca da bandeira perdida

• Jorge Cordeiro

Segundo alguns o PS está a caminho do estado de choque. Já não bastava a história dos combustíveis e a «ingratidão» popular, o «apagão» e as responsabilidades da cegonha, o estado de sítio instalado na JS com as recíprocas acusações de burla eleitoral a coroar o elevado debate político que percorreu o Congresso da agremiação, já não bastava tudo isso, e ainda se tinha que adicionar a arrepiante confirmação, pela mão de sondagens, de que o PS está em perda. É fácil imaginar o impacto desta última. É que as sondagens produzem no estado de espírito do PS o mesmo que os interruptores nos circuitos eléctricos: quando em cima, eufóricos e cheios de energia; às escuras e em estado de depressão, quando em baixo.

A confusão está lançada. Agora é um corrupio. De reuniões, do grupo parlamentar aos membros do governo, destes com aquele, daquele com estes. Mas também de culpabilizações, justificações e palpites.

Para uns, tudo se resolve com o regresso do líder ao solo pátrio, com a descida do mesmo ao país real, com a capacidade de sedução do chefe, com fé nos seus dotes tribunícios ainda que estes últimos um pouco abalados pela última prestação parlamentar.

Para outros, o problema está perante a impotência que o novo desígnio de digitalização do país estará a provar na criação da felicidade dos portugueses, na falta de uma bandeira, a bandeira social alegadamente perdida para o seu parceiro de orçamento, o PP.

Para uns e outros o problema é de imagem, não de políticas e de conteúdo. Fazer de conta parece ser a fase que em força se avizinha na governação rosa. Pelo que há que a esperar, logo que a agenda o permita, um intenso corrupio de ministros e governantes, semeando promessas, comprando apoios, vendendo ilusões.

Naturalmente acompanhado pela insistência nas mesmas políticas, baseada nos mesmos critérios, ao serviço dos mesmos interesses. Uma política centrada em impor na agenda do dia alterações ao sistema eleitoral que longe de o aperfeiçoar irão empobrecer a vida demo-

crática enquanto a indispensável reforma fiscal orientada para aliviar a carga escandalosa de impostos que recaem sobre os rendimentos de trabalho continua por fazer. Uma política que, surda à luta e ao protesto de centenas de milhares de trabalhadores, insiste em recusar os aumentos salariais necessários para garantir a defesa do poder de compra e que atira cada vez mais os trabalhadores portugueses para o primeiro lugar dos mais mal pagos da União Europeia.

Pelo que enquanto o PS anda em busca das bandeiras perdidas cabe aos trabalhadores erguerem alto o seu protesto e de pela luta demonstrarem que não é em razões secundárias de estilos ou desempenhos que o governo deve buscar as razões da crescente perda de crédito junto de muitos que, acreditando em promessas, agora confirmam a real natureza da sua política.



Marginalidades

• Leandro Martins

Às vezes, quando nos falamos de números e da sua qualidade, parece que vivemos num mundo aparte e diferente daquele de que alguns falamos. Certos números surgem contraditórios com a realidade que conhecemos, a que vivemos e que, olhando para fora, reconhecemos. Vem isto a propósito, ou pelo menos surdiu-nos à ideia, das «humaníssimas» palavras de Mário Soares, promovido a conferencista defensor dos pobrezinhos. Dizia ele no passado domingo, falando na abertura da Cimeira da Sociedade Civil do Mediterrâneo, na Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, que «não se pode falar de uma teoria dos direitos do homem quando há fome de um lado do mundo e uma enorme riqueza do outro».

Pareceu-nos, desde logo e passada a primeira perplexidade, que de teoria sempre poderemos falar, a propósito de direitos humanos. De prática é que é preciso que a gente se entenda. Que

mundos de riqueza e de pobreza sempre se podem achar e que não é preciso partir o mundo em dois para se encontrar os lados negro e dourado da nossa vida comum de habitantes do planeta.

Muito preocupados se mostram numerosos conferencistas que acrescentam, a cada palavra proferida, mais algumas moedas às suas economias caseiras. Preocupados com a «explosão demográfica», que é sempre a Sul, e passou a ser, desde há uma dezena de anos, a Leste.

Mas... e no interior do círculo onde reina a enorme riqueza? Dizem os números da Comissão Europeia que, na própria União, o desemprego atinge os 16 milhões de pessoas. E se as contas destes números forem feitas como em Portugal se fazem, esses milhões serão decerto muito mais. Dizem ainda que na UE há nada menos que 65 milhões

de pobres. E, se não estamos a falar propriamente em fome negra, daquela que se pode ver às refeições, transmitida pelos telejornais, não deixa de ser verdade que a Comissão confessa que o programa comunitário de distribuição de produtos agrícolas aos mais carenciados «fornece por ano uma ajuda alimentar a sete milhões de cidadãos». Por outro lado, o relatório revelado pela Comissão indica que esta situação «se está a agravar na maior parte dos Estados membros».

E em Portugal? O mesmo documento adianta que um quarto da população vive abaixo do rendimento médio nacional. E que, no que toca a uma nivelção dos proveitos desta abundante riqueza, a coisa está feia. Os números indicam que há «tendência para um acréscimo das disparidades e um enfraquecimento da coesão».



Frases

“A globalização é um processo que agrava profundamente as desigualdades entre países e dentro de cada país.”

(João Ferreira do Amaral - «Semanário», 19.05.00)

“Salário médio português já é o mais baixo da UE”

(Manchete - «Diário de Notícias», 19.05.00)

“Gregos já ganham o dobro e Portugal só é ultrapassado pela Espanha no número de casos de sida diagnosticados.”

(Subtítulo, ibidem)

“Aqui, os automobilistas continuam a acelerar, os contribuintes a pagar, as petrolíferas a receber, o ministro das Finanças a arder e o primeiro-ministro a rezar. A Deus, que lhe perdoe os pecados. Aos santinhos, para acontecer o milagre dos mercados.”

(Sérgio Figueiredo - «Diário Económico», 22.05.00)

“Nós, mesmo sob protecção comunitária e com a economia a “crescer”, ganhamos metade do que ganham os gregos. Sem os estímulos de Bruxelas, competiríamos com a Albânia. É argumento para António Guterres. Depois de ter prometido o que não podia, só se aguentará se passar novo “segredo de Fátima”.”

(João Carreira Bom - «Diário de Notícias», 21.05.00)

“(…) a Internet não torna o Governo mais coeso, não faz descer os juros do empréstimo da casa, não baixa o preço dos combustíveis, nem resolve o, actual, problema dos mais baixos salários da União Europeia.”

(Francisco Azevedo e Silva - «Diário de Notícias», 19.05.00)

“Como não tinha nada de novo para oferecer, [Guterres] fez um número à George Bush: “read my lips”. Prometeu aquilo que não depende dele poder cumprir: manter os preços dos combustíveis ou repor o poder de compra da função pública.”

(Vicente Jorge Silva - «Diário de Notícias», 19.05.00)

“Guterres diz-se “estupefacto”. Passou anos a resolver crises e a disfarçar derrotas com um discurso, um sorriso, uma promessa e dizem-lhe agora que isso já não basta. Como não compreender a estupefacção do primeiro-ministro?”

(Fernando Madrinha - «Expresso», 20.05.00)

“Já vimos este filme em 1992. Quando a situação económica se degradava, quando a recessão já pairava sobre as nossas cabeças, havia um ministro das Finanças que nos falava de oásis.”

(Sérgio Figueiredo - «Diário Económico», 18.05.00)

“Fica a saber-se que o presidente de uma instituição [Bastónario da Ordem dos Advogados] que reúne determinante número dos profissionais interventores no funcionamento das leis da República entende que “não é um político”? Pergunta-se: que entenderá então o dr. Pires de Lima que é “um político”?”

(Ruben de Carvalho - «Diário de Notícias», 19.05.00)

“Algo está errado - e é lamentável - quando, como observou Mário Mesquita, há jornalistas que se dispõem acriticamente a desempenhar o papel de “oficiantes” e os ecrãs de televisão se transformam em altares.”

(Alfredo Barroso - «Expresso», 20.05.00)



● Isabel Araújo
Branco

– texto

● Sérgio Morais

– fotos

Carlos Carvalhas lembrou que uma pequena minoria de grandes proprietários embolsa milhões de contos, enquanto milhares de pequenos e médios agricultores recebem apenas uns tostões

46 anos depois do assassinato de Catarina Eufémia

A coragem e os princípios

A vila de Baleizão recordou mais uma vez Catarina Eufémia, no domingo, 46 anos depois do seu assassinato. Num concorrido comício, Carlos Carvalhas exigiu a resolução do problema da terra e recordou a luta do povo alentejano.

19 de Maio de 1954. Os camponeses de Baleizão estão em greve exigindo salários mais elevados. Trabalhadores de outras terras são chamados para fazer o serviço. Um grupo de mulheres decide falar com eles e explicar-lhes as suas reivindicações, mas é travado por um membro da GNR, o tenente Carrajola.

Catarina Eufémia, jovem camponesa e militante do PCP, procura entrar em diálogo mas a única resposta que obtém é uma rajada de metralhadora. Grávida de poucos meses e com um filho ao colo, Catarina morre no momento.

A sua coragem e os seus princípios transformam-se de imediato num símbolo da luta dos camponeses alentejanos contra o latifúndio, os baixos salários, o desemprego e a miséria. Dezenas de poemas são escritos em sua memória e muitas crianças nascidas antes e depois do 25 de Abril são baptizadas com o seu nome, numa homenagem sentida do povo.

21 de Maio de 2000. Baleizão volta a encher-se para a homenagem a Catarina Eufémia que o PCP organiza anualmente. Centenas de pessoas vindas de vários pontos do país juntam-se para assistir ao desfile dos cerca de 20 grupos corais alentejanos que desfilam pelas ruas da vila. Mais tarde é a vez de Carlos Carvalhas, o líder comunista, encerrar a iniciativa com um comício.

Vermelho

A descer a ladeira que liga o cemitério ao centro da vila, as pessoas que acompanham Carlos Carvalhas na visita ao túmulo de Catarina cantam o «Avante, Camarada». Um pouco mais abaixo ouvem-se as melodias alentejanas. Os grupos juntam-se em frente à Casa do Povo.

À medida que o Largo Catarina Eufémia se aproxima, vão aumentando os cravos vermelhos nas lapelas e as mãos que empunham bandeiras do PCP. Na praça, em redor

do busto de Catarina, juntam-se novos e velhos, fardas de mineiros e trajes de ceifeiros, quem a conheceu pessoalmente e quem admira a sua luta.

Muitos dos que não levam cravos ou bandeiras, têm um lenço, uma T-shirt ou um chapéu vermelho. A cor diz tanto como as palavras, ou talvez mais. O vermelho é ostentado como o símbolo de uma luta de gerações e uma afirmação de princípios e ideais.

Tomar Partido

No comício, depois de Jorge Henriques, membro da Comissão de Freguesia de Baleizão, declamar o poema «Tomar Partido» de Ary dos Santos, Alexandra Mestre, da Direcção Regional da JCP de Beja, afirmou que os jovens se orgulham de partilhar os ideais de Catarina. Prova disso é o momento de reivindicação que se vive, com os trabalhadores e os estudantes na rua.

Paulo Neto, da Direcção da Organização Regional de Beja do PCP, exigiu que o Governo cumpra as promessas que fez às populações alentejanas e questionou o primeiro-ministro sobre o que pensa fazer em relação à barragem do Alqueva, ao uso e à posse da terra, ao porto de Sines, à reabertura das minas de Aljustrel, à taxa de desemprego e aos problemas na saúde e na acessibilidade.

Na sua intervenção, Carlos Carvalhas recordou a luta do povo alentejano e exigiu a resolução dos problemas da região, em particular a desertificação, o problema do uso da terra e da água (ver textos na página seguinte).

Depois do comício, seguiu-se um lanche na Casa do Povo. E quem ainda não tinha visitado a exposição sobre Catarina Eufémia, organizada por um grupo de jovens, pôde lá dar um pulinho.





Carlos Carvalho exige resolução do problema da terra e aponta a barragem do Alqueva como alavanca do desenvolvimento sustentado

É preciso prosseguir a luta de Catarina

Lembrando Catarina Eufémia e a luta heróica dos alentejanos, Carlos Carvalho exigiu mais apoios para a agricultura e medidas contra a desertificação do interior.

Perante centenas de pessoas, Carlos Carvalho iniciou a sua intervenção no comício lembrando Catarina Eufémia, «mulher, operária e comunista, símbolo da luta heróica do nosso povo, assassinada pela ditadura fascista que oprimiu Portugal durante quase meio século».

Mas, como sublinhou o líder comunista, esta é também uma homenagem aos abnegados lutadores do Alentejo, «às mulheres alentejanas e «a todos os que nos anos negros de fome e repressão do regime de Salazar e Caetano, nos anos heróicos da Reforma Agrária e nos anos difíceis que con-

tinuamos a viver, sujeitos às malfetorias das políticas de direita, em embrulho laranja ou envelope rosa, estiveram sempre do lado dos interesses do povo, do lado do aprofundamento da democracia, do lado da luta pela justiça social».

No entanto, Carvalho recordou que «estamos voltados para o futuro com confiança e determinação, numa homenagem que é também uma jornada de luta, coerente com o nosso passado de resistência e demonstração firme e serena do nosso presente de luta e de proposta, de intervenção e participação».

«Em terras de Catarina, neste ano 2000, o PCP conti-

nua a lutar no Poder Local e nas diversas esferas da vida da região, pela melhoria do nível e qualidade de vida das populações. E a lutar por uma viragem à esquerda na política nacional», afirmou, lembrando a política seguida pelo Governo, «no essencial guiada pelos interesses dos grandes senhores do dinheiro e dos grandes agricultores do Alentejo e Ribatejo, com o ministro da Agricultura cada vez mais transformado em porta-voz e pau-mandado da CAP».

O líder comunista sugeriu ainda ao Governo que aproveite o facto de presidir a União Europeia para mostrar à Comunidade a impossibilidade de Portugal aguentar a PAC.

Esta foi uma jornada de luta, coerente com um passado de resistência

«Não seria de aproveitar a presidência para afirmar a nossa discordância pelo facto de que, sendo a agricultura portuguesa a mais pobre da UE, continuar o agricultor português a receber metade, um terço, um décimo, do que recebem outros agricultores da Europa?», interrogou Carvalho.

Desertificação

Carlos Carvalho referiu a desertificação que o Alentejo sofre e o difícil acesso aos serviços públicos.

«As populações e as autarquias bem conhecem as dificuldades para resolverem questões com a EDP ou com a Telecom que, sobretudo depois dos processos de privatização, têm vindo por razões de máximo lucro, a concentrar cada vez mais os seus serviços. O Alentejo, e em particular Évora, bem sentiu as consequências do recente «apagão» e da política da cegonha, como a última região onde o problema foi resolvido», afirmou.

«Não haverá uma resposta coerente para o Alentejo sem se resolver o problema da terra, da reforma agrária, da água, da agro-indústria e da industrialização. A barragem do Alqueva podia e devia ser

um elemento fundamental para dinamizar a vida no Alentejo. O Alqueva foi e continua a ser um projecto estratégico para o desenvolvimento do Alentejo, pelo qual o PCP foi o único Partido que sempre e coerentemente se bateu e continua a bater-se», referiu.

«O PCP já exigiu que o Governo assumira as suas responsabilidades neste projecto tão importante para o Alentejo. Não bastam só palavras de propaganda e de auto-elogio. É necessário que não se frustrem as expectativas dos alentejanos e do País de se fazer de Alqueva um alavanca de desenvolvimento sustentado do Alentejo», concluiu Carvalho.

Injustiça nas distribuições das ajudas aos agricultores

Referindo-se ao escândalo, há muito denunciado pelo PCP, da distribuição das ajudas comunitárias aos agricultores, Carlos Carvalho lembrou que uma pequena minoria de grandes proprietários embolsa milhões de contos, enquanto milhares de pequenos e médios agricultores recebem apenas uns tostões.

De facto, no ano passado, 160 agricultores (0,06 por cento dos agricultores portugueses) receberam em média mais de 50 mil contos (51331 contos). Em contrapartida, 236 440 pequenos agricultores (92 por cento) receberam em média menos de 100 contos (96 contos).

«Para tentar disfarçar este escândalo, o Governo PS foi agora à Assembleia da República dizer que vai alterar as regras, que vai fazer a modulação. Isto é, que vai fazer uma melhor distribuição», afirma Carvalho.

«Simplesmente, essa «modulação» que o PS apresentou deixa quase tudo na mesma. Não altera o essencial de uma distribuição ínfua e imoral. Quem recebia 50 contos pode vir a receber 63. Quem recebia 50 mil passa a receber 40 mil. Mas pior, como o Governo não se propõe modular e limitar o acesso a outras ajudas comunitárias (agro-ambientais, investimento), o que agora sai a alguns pela porta, à vista da comunicação social, pode voltar a entrar em duplicado e às escondidas pela

janela! É um fartote de mistificação», sublinhou o líder comunista.

Promessas...

«A propósito desta matéria, vale a pena ilustrar o velho ditado popular, «mais depressa se apanha um mentiroso do que...». Neste caso, temos dois à perna», afirmou Carlos Carvalho.

«Lembram-se de um senhor do CDS/PP, que na campanha eleitoral andou pelas feiras preocupadíssimo com a lavoura e os lavradores portugueses? Agora, apesar da correcção à distribuição dos dinheiros comunitários (modulação) ser mínima, este deputado esteve contra essas alterações. Para este, lavradores é sinónimo de latifundiários e grandes proprietários da terra.»

«Lembram-se também do outro senhor (do PSD) que na mesma campanha eleitoral apareceu nuns grandes cartazes a dizer que se fosse primeiro-ministro garantia 300 contos aos agricultores portugueses? Agora também esteve contra!», recordou Carvalho.

«Quando se trata do concreto fica clara a sua política: para os grandes tudo, para os pequenos e médios, promessas, nomeadamente, em tempo eleitoral.»

António Gervásio «Portugal precisa de uma nova reforma»

António Gervásio, membro da Comissão de Solidariedade com o Movimento dos Sem-Terra do Brasil, defendeu recentemente a necessidade de introduzir uma nova reforma agrária em Portugal.

«Seria uma grande ilusão falar de desenvolvimento no Alentejo, querer mais emprego, mais investimento, estancar a desertificação ou o envelhecimento, sem mexer na terra, sem pôr fim à estrutura latifundista da terra», afirmou António Gervásio, durante uma sessão de solidariedade com o MST, realizada em Évora e que contou com a participação do dirigente do MST Jorge Néri e de outras personalidades ligadas à agricultura e ao Alentejo.

«Antes do 25 de Abril, havia nas vilas e aldeias rurais do sul uma grande concentração de operariado agrícola (mais de 250 mil), sem terra, sujeitos a uma

exploração dura, sem direitos sindicais, com horário de sol a sol, passando longos meses sem trabalho, recebendo jornas de fome», recordou.

«A sua luta era violentamente reprimida, mas tratava-se de um proletariado com uma elevada consciência de classe e política, de unidade e organização, revolucionário. Uma das lutas mais magníficas foi a do horário das 8 horas», afirmou António Gervásio, recordando a jornada do 1.º de Maio de 1962, que envolveu cerca de 200 mil trabalhadores do sul.

Anos revolucionários

Mas a luta dos camponeses alentejanos atingiu o seu auge com a reforma agrária. «Não foi uma aventura nem um acto espontâneo. A reforma agrária é um processo revolucionário que fere

de morte os interesses dos grandes senhores da terra e que assusta os inimigos da Revolução do 25 de Abril.»

Com a concretização da reforma agrária, decidida em 9 de Fevereiro de 1975 na 1.ª Conferência dos Trabalhadores Agrícolas do Sul, foi oferecida «uma nova perspectiva de vida, uma esperança de dias melhores com paz, emprego, melhores salários e regalias, livres de exploração», refere Gervásio.

«Os êxitos das Unidades Cooperativas de Produção (UCPs), a simpatia, a crescente solidariedade dos operários das fábricas e de sectores de agricultores do Norte, assustaram os inimigos da Revolução. Eles perceberam que a reforma agrária era uma chama e tomaram medidas para a destruir. O primeiro Governo constitucional do PS desencadeou imediatamente a ofensiva. Rasgou a lei da reforma

Antónia Leandro recorda

O que aconteceu a 19 de Maio de 1954

Antónia Leandro estava no grupo de Catarina Eufémia, quando o tenente Carrajola a matou. 46 anos depois, recorda o crime, a repressão da GNR e as condições de vida da população.

Antónia Leandro assistiu de perto ao assassinato de Catarina Eufémia. Na altura tinha 18 anos, mas já lia os materiais de propaganda do PCP.

«Apanhava uns papelinhos na rua que tinham o Zé e o Toino. Um dizia ao outro o que passava: "O que é que eu faço da vida, com três vidas e sem trabalho?". Passávamos muito mal. A minha mãe tinha cinco filhos, fazia uma açordinha... era água quente e um bocadinho de bacalhau... não chegava a nada, ficávamos quase na mesma. E não podíamos abrir a boca! Os guardas andavam sempre em cima», diz Antónia.

Em 1954, os camponeses de Baleizão entram em greve. «Queríamos ganhar um bocadinho mais de ordenado, porque aquilo era muito pouquinho. Trabalhávamos do nascer ao pôr do sol. Começaram a aparecer os tais papéis abrindo os olhos à gente, que a gente não sabia nada disso. Mas havia já pessoas que estavam comunicando com o Partido», lembra.

O crime

«Unimo-nos todos e fizemos greve. Havia um que queria quebrar, mas nós fazíamos com que ele voltasse para trás e fez-se a greve. Vimos umas pessoas a trabalhar e pensámos em ir falar

com elas, para ajudar. Vimos pôr as foices em casa para não dizerem que fomos com armas», conta Antónia Leandro.

«Quando chegámos à entrada da aldeia estava tudo



Antónia Leandro

cheio de guardas. Perguntaram-nos o que é que fomos fazer. "Vamos falar com aquelas senhoras, porque estamos em greve, que ganhamos tão pouquinho que não chega para comer", respondemos. "Então, vá uma machinha, mas não armem barulho", disseram eles. Eu fui também, era a mais nova.»

«Avançámos e quando começámos a subir a valeta,

ouvimos tá, tá, tá. Eu não sabia o que era aquilo... A Catarina diz assim: "Aquilo é o homem a meter medo à gente." Avançámos e sai um homem por trás de um molhe de favas: "O que é que vocês querem, burras?" A Catarina deu dois passos para a frente e diz: "A gente quer pão, paz e trabalho." Não teve tempo de dizer mais nada», afirma Antónia.

«Ele deu-lhe um estalo na cara, levantou os pés do menino e deu-lhe dois tiros. O menino bateu com a cara no chão, ficou cheio de sangue e ele pegou nele e virou-se para uma senhora: "Toma lá, deixa esta burra!" Depois começou a atirar. Nós jogámos os joelhos ao chão e pedimos-lhe paz», diz.

«Ouvimos tá, tá, tá. A Catarina diz: "Aquilo é o homem a meter medo à gente."»

não matou só uma pessoa, foram duas, porque ela está grávida." Depois armou-se uma confusão tão grande com a polícia, houve tanta pancada que não sei como não se matou tudo.»

Dois dias depois, Antónia foi chamada ao posto da GNR de Beja, juntamente com mais oito teste-

munhas.

«Nessa altura não sabia o que era a Pide. Começaram a interrogar-me, mas nós antes tínhamos combinado não dizer nada para não ficar mais gente envolvida. Eu dizia: "Tenho muita miséria e muita fome, vi ir as outras e fui também." "Mas o que é que vocês disseram ao tenente para matar a mulher?" "Nós não dissemos nada, ele é que nos queria matar a todas!"»

Os nove camponeses acabaram por ser acusados de desrespeito à autoridade. A maioria foi condenada a dois anos de prisão com pena suspensa, mas Antónia foi ilibada devido à sua idade.

O destino das testemunhas

«Vimos para casa à frente de guardas a cavalo e jipe! Havia pessoas que se queriam jogar ao Carrajola, mas havia tanto guarda que ficou tudo em nada», afirma Antónia Leandro.

O corpo de Catarina foi levado para o Hospital de Beja. No dia seguinte, muitos populares rumaram à cidade a pé, vestidos de luto, mas foram impedidos de entrar no hospital.

«Veio uma médica à porta que nos disse: "O assassino

Reforma agrária

A revolução nas terras de Catarina

Antes do 25 de Abril, os 500 maiores proprietários portugueses tinham mais terra do que os 500 mil pequenos e médios agricultores. Em números, isto significa que 0,4 por cento do total das 800 mil explorações agrícolas existentes concentravam 45 por cento da terra.

Na 1.ª Conferência dos Trabalhadores Agrícolas do Sul, realizada em Évora a 9 de Fevereiro de 1975, é decidido avançar para as terras abandonadas e incultas. Em Julho meio milhão de hectares estavam já ocupados. No início do ano seguinte, 1150 mil hectares estavam sob o controlo dos trabalhadores; 550 Unidades Cooperativas de Produção (UCP) tinham sido formadas com 71 mil pessoas.

«Terra de Catarina» era o nome da UCP de Baleizão. António Calisto, hoje com 71 anos de idade, fez parte dela, depois de voltar de França em Junho de 1974, onde estava emigrado.

«Ganhámos força para tomar as terras, talvez empurrado por aquele Partido que foi e será dos trabalhadores, o PCP. Chegávamos a uma herdade e dizíamos "Isto é para a gente trabalhar". Ficávamos com as máquinas e as terras e começávamos a trabalhar», conta.

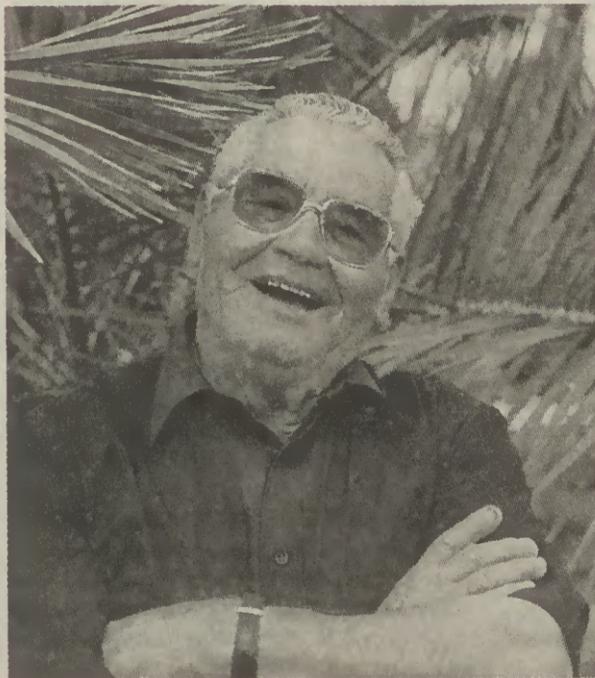
«Nunca conheci desacatos, os patrões estavam praticamente de braços partidos. A gente entrava e eles desapareciam dali, naquele dia ou no outro. A gente tomava posse e toca a trabalhar!», lembra.

A UCP de Baleizão tinha muito gado e produzia essencialmente cereais. Quase 200 pessoas trabalhavam lá. «Havia muitos trabalhadores e depois foi tudo para ali, naturalmente», diz António.

«A reforma agrária continuou, com os trabalhadores muito tranquilos por não estarem desempregados e contentes com o salário. Foi uma modificação como da noite para o dia», declara.

«Ter a terra na mão dos trabalhadores, para tirar o seu sustento é uma coisa espantosa que só se os fascistas não pudessem é que não deitavam abaixo. As leis e os governos é que fizeram com que a reforma agrária desaparecesse. Quando eles tomaram conta das terras, a maioria das pessoas ficou desempregada.»

Em 1977, com o PS no Governo, a chamada «Lei Barreto» decreta a devolução das terras aos antigos proprietários. Com a participação da GNR e a utilização de acções violentas, mais de 8 mil homens armados, ameaças, espancamentos e prisões, muitas UCPs são destruídas, marcando o início da ofensiva contra a reforma agrária.



António Calisto

agrária»

agrária e substituiu-a pela chamada "Lei Barreto", que constituiu a base para a devolução das terras aos agrários. O PS e os seus governos são os maiores responsáveis pela destruição da reforma agrária», acusou António Gervásio.

Uma nova reforma agrária

«25 anos depois da reforma agrária o Alentejo sofre uma das crises mais graves da sua história», sustenta António Gervásio. «O poder político destruiu as 550 UCPs e 70 mil postos de trabalho, a agricultura e o aparelho produtivo. As terras estão de novo incultas, cheias de mato e de coutadas de caça. Não há emprego, não há desenvolvimento, não há investimento produtivo da agricultura.»

A par de tudo isto, a

desertificação e o envelhecimento da população acentuam-se. Entre 1950 e 1991, o Alentejo perdeu 240 mil habitantes, ou seja, quase um terço. Entre 1981 e 1991, perdeu 40 mil habitantes. Em 1991, a população alentejana era igual à de 1920 e prevê-se que em 2001 seja igual à de 1911.

«A reforma agrária, a batalha da terra a quem a trabalha continua a ser um imperativo nacional. Portugal precisa de uma nova reforma agrária. O facto de o nosso país estar integrado na União Europeia ou de não existir o proletariado agrícola que existia em 1975, não retira força e actualidade à batalha para pôr fim ao latifúndio», defendeu António Gervásio.



Adolfo Bexiga

Baleizão, ano 2000

Actualmente, Baleizão tem cerca de 1200 habitantes, dos quais 700 são reformados. A população activa é de 300 pessoas e, dessas, mais de 200 trabalham na área dos serviços em Beja. A agricultura emprega no máximo 50 pessoas.

Adolfo Bexiga, presidente da Junta de Freguesia, fala da fuga da população por falta de emprego para as grandes cidades ou para o estrangeiro. «O pessoal mais novo que não avança nos estudos e que não encontra trabalho tem forçosamente de sair. Quando não é para Lisboa, acaba por ir para a Suíça», explica.

O sonho de Adolfo Bexiga é ser agricultor. «Mas para ter uma vida decente, porque se for só para trabalhar e não me render nada, não quero», diz.

O grande impedimento para a concretização do seu sonho é o acesso à terra: «Há aí terra, mas, contrariamente ao que se dizia, os valores vão subindo, está cada vez mais cara.» A União Europeia tem também peso neste processo, pois como Adolfo lembra, «as políticas agrícolas comunitárias fazem com que as pessoas não semeiem».

Vinte e cinco anos depois do início da reforma agrária, qual a perspectiva de vida: da população de Baleizão? Adolfo Bexiga refere as condições de vida: «O operário agrícola hoje em dia é bem pago, comparando com os outros trabalhadores. Qualquer operário agrícola ganha à volta dos cem contos, o que é sem dúvida nenhuma um salário baixo. Mas quem trabalha nos serviços em Beja ganha 70 ou 80 contos por mês.»

Adolfo explica ainda que os salários dos operários agrícolas têm tendência a aumentar, porque há poucos e o trabalho é cada vez mais especializado. «Muito pouca gente sabe andar com um tractor, já para não falar noutro tipo de máquinas mais evoluídas», diz. Será que esta procura poderá marcar o regresso dos alentejanos à terra?

Cimpor

Uma greve de 48 horas foi convocada pela Federação dos Sindicatos das Indústrias de Cerâmica, Cimento e Vidro de Portugal na Cimpor.

A decisão de avançar para a paralisação nos dias 29 e 30 foi tomada na sequência de uma reunião realizada segunda-feira de manhã entre representantes dos trabalhadores e da administração, após a qual o sindicalista Aníbal Almeida afirmou à Lusa que estão inviabilizadas as negociações para aumentos salariais superiores a quatro por cento, o mesmo sucedendo com a renegociação do contrato colectivo de trabalho e a reivindicação de reduzir o horário para 35 horas semanais. «Não houve negociação porque a administração não apresentou qualquer contraproposta, limitando-se a dizer que era o que já estava aplicado, e mais nada», disse o representante dos trabalhadores. A greve é antecedida por plênários descentralizados, a decorrer de ontem até amanhã nas unidades da Maia, Souselas, Cabo Mondego, Alhândra e Loulé. Se as paralisações de segunda e terça-feira próximas não surtirem efeito, a federação admite agudizar a luta.

Mondego

Os trabalhadores dos Estaleiros Navais do Mondego, na Figueira da Foz, decidiram parar durante uma hora nos dias 23, 25 e 30 de Maio, exigindo negociações, num processo que vem desde o princípio de Março. Nessa altura os trabalhadores iniciaram uma série de paralisações, devido à recusa da administração a negociar o caderno reivindicativo. «Nunca fomos recebidos e continuamos a exigir uma reunião» explicou Carlos Gomes, do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas e Metalomecânicas de Coimbra e Leiria. Apesar da administração dos estaleiros ter aumentado em cinco por cento o salário-base, essa decisão foi um «mero acto de gestão, pois não resultou de nenhuma negociação» e pode ser «uma boa proposta para iniciar negociações», disse à Lusa o sindicalista. Caso os responsáveis dos estaleiros não iniciem as negociações, os trabalhadores admitem intensificar as formas de luta, depois desta série de paralisações. Uma das possíveis acções será uma manifestação em Coimbra, junto da Fundação Bissaya Barreto, o maior accionista dos Estaleiros Navais do Mondego.

Resistência na Auto Dinis e vitória na AM Almeida comprovam importância da unidade na luta

Automóvel pára amanhã

O Sindicato dos Metalúrgicos de Lisboa convocou a greve para sustentar a ofensiva patronal contra os direitos e a contratação colectiva.

Durante o segundo período de trabalho, o pessoal do sector automóvel do distrito de Lisboa vai estar amanhã em greve.

Os representantes do patronato ignoraram as reivindicações de melhores salários, redução progressiva do horário para 40 horas semanais, a criação de um subsídio de refeição e a análise de novas profissões, para integração no contrato colectivo. Contra tudo isso, os patrões do sector pretendem que o horário de traba-

lho passe a ter uma contagem anual (em vez de semanal), que apenas o período da meia-noite às 5 horas seja considerado como trabalho nocturno, que sejam consagradas profissões polivalentes e que seja eliminado da contratação o clausulado (mais favorável para os trabalhadores do que a lei geral).

«Se tivermos uma boa adesão à greve, o patronato vai pensar duas vezes se deve ou não insistir nesta ofensiva», diz Carlos Areias, da Comis-

são Executiva do sindicato. Connosco estão também Francisco Fatela, Jorge Pestana e José Baptista, da Auto Dinis, e Mário Martins, da AM Almeida. Por motivos bem diferentes, nestas duas empresas é particularmente evidente o valor da unidade, organização e luta dos trabalhadores.

Na concessionária Rover, depois de terem repellido uma tentativa de acabar com as pausas de 20 minutos, de manhã e de tarde, os trabalhadores obtiveram uma importante vitória, depois de quase um mês de greves, a partir de 28 de

Fevereiro: impuseram a negociação do caderno reivindicativo, a correcção das discriminações salariais (havia aumentos de zero a 16 contos) e a reafirmação dos direitos (pausas, almoço e outros).

Chega a haver cinco salários diferentes para pagar trabalho igual

Na Auto Dinis, após a venda, em Agosto, à VTD (do grupo Teixeira Duarte), intensificou-se o ataque patronal contra a forte e combativa organização sindical que existia na empresa, com resultados positivos para os trabalhadores em anos sucessivos. As obras nas instalações da Rua Andrade Corvo e a venda das oficinas de Alcoi-

tão proporcionaram uma ocasião para transferir e dispersar os activistas sindicais, fomentar a instabilidade e o descontentamento, semear as discriminações salariais, forçar a aceitação de rescisões por mútuo acordo.

Mesmo com a organização debilitada, vários operários qualificados recusaram ser «pau para toda a obra» e denunciaram publicamente as discriminações. Seguiram-se os processos disciplinares e as suspensões, como sucedeu com Fatela e Pestana, que não têm dúvidas em encarar todo o processo desencadeado na Auto Dinis como um despedimento encapotado.



No dia 23 de Março, uma foto dos trabalhadores da AM Almeida, em luta, saiu na primeira página do «Avante!», que anteontem, dia de plenário, foi à empresa recolher esta imagem da equipa vitoriosa. Dispostos a resistir continuam rancisco Fatela e Jorge Pestana; José Baptista, que esteve na Auto Dinis 29 anos, conhece os resultados da luta em unidade, a única linguagem que o patronato do sector entende, como diz Carlos Areias (retratos da esquerda para a direita)



Vitória no Metro

A lista unitária ganhou mais um eleito e obteve a maioria absoluta na Comissão de Trabalhadores do Metropolitano de Lisboa. Nas eleições realizadas dia 18 de Maio participaram 868 trabalhadores, registando-se 386 votos na lista C, 226 votos na lista B (PS), 109 na lista D (PSD), 98 na lista A (MRPP), 29 brancos e 20 nulos.

Relativamente a 1998, a lista unitária sobe de 5 para 6 eleitos na CT, conquistando um mandato à candidatura PS, que desce para 3 lugares. Cada uma das outras listas mantém o seu único representante. Nestes dois anos, o número de trabalhadores do Metro foi reduzido em cerca de 200 (de 2250 para cerca de 2050), o que se reflecte nos números da votação, com descidas do número de votantes (88) e do total de votos de todas as listas. A lista unitária, contudo, apenas baixa 8 votos, enquanto a lista PS perde 52. Num comentário para o «Avante!», um responsável da célula do PCP no Metro considerou que o resultado das eleições da semana passada é revelador do descontentamento dos trabalhadores face à política do Governo PS. Salientou também a importância do activo trabalho organizado dos comunistas, neste período, que também contribuiu para a grande unidade e combatividade dos trabalhadores do Metropolitano.

Telecom

Na próxima segunda-feira, os trabalhadores da Portugal Telecom vão eleger a sua CT nacional e 57 subCTs para o mandato até 2003. A lista unitária (A) concorre a todos os órgãos, recandidata o núcleo central dos membros eleitos em 2 de Junho de 1997 e propõe-se continuar a «defender intransigentemente os direitos e interesses de todos os trabalhadores da PT», afirma-se no folheto em que divulga as suas listas.

Lutas nos transportes

Os trabalhadores da Carris reuniram-se sexta-feira de manhã com a administração da empresa, mas do encontro não saiu «nada de conclusivo» sobre as reivindicações de melhores salários. Fernando Fidalgo, dirigente da Federação dos Sindicatos dos Transportes Rodoviários Urbanos (Festru/CGTP) disse à Agência Lusa que foi discutida a proposta de aumentos de 4 por cento — feita em sede de conciliação pelo Ministério do Trabalho e que foi aceite como base pelos sindicatos e recusada pela Carris —, mas ficou «tudo na mesma». Uma nova reunião foi marcada para amanhã, dia 26.

A administração do Metropolitano aceitou sexta-feira regressar às negociações com os sindicatos, depois de a 5 de Abril as ter dado por encerradas, aplicando por acto de gestão um aumento salarial de três por cento.

Num encontro realizado no Ministério do Trabalho, os sindicatos apresentaram uma

proposta de acordo que prevê um aumento da tabela salarial em quatro por cento, além de acertos em diversos subsídios, afirmou Amável Alves à Lusa. O dirigente da CGTP e da Federação de Sindicatos de Transportes Rodoviários Urbanos saudou a alteração da «posição intransigente» da administração do Metro, mas salientou que as alterações da empresa à sua posição inicial são «insignificantes». Sindicatos e administração ficaram com nova reunião agendada para anteontem.

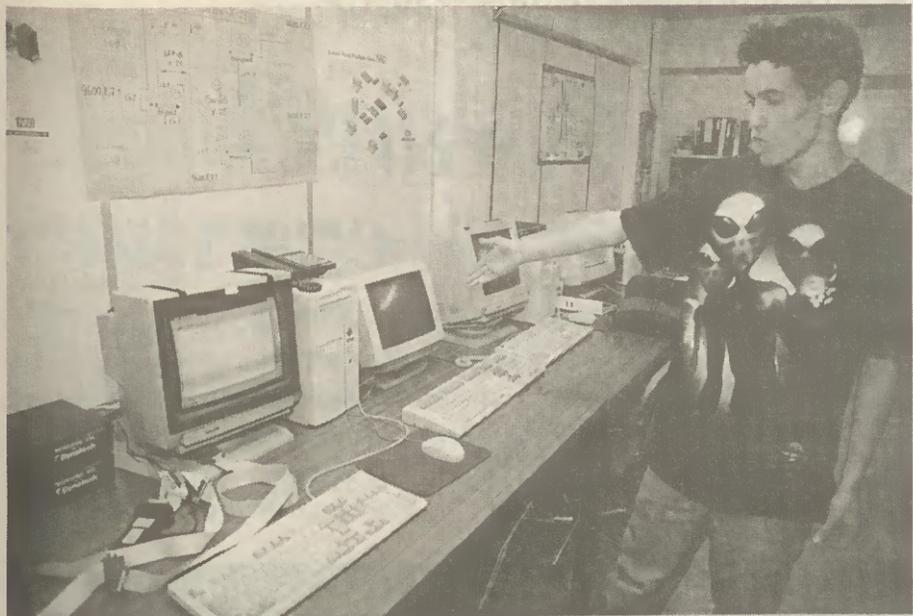
Nova greve na TST

Na Transportes Sul do Tejo foi convocada para ontem mais uma greve, como forma de luta por melhores salários. A paralisação, convocada pelo Sindicato dos Rodoviários do Sul (CGTP) para o período entre as 15 horas de quarta-feira e as três da madrugada de quinta-feira, serve também para reivindicar a manutenção de um sub-

sidio especial (no montante de 1210 escudos por cada dia em que o trabalhador presta mais de 12 horas de serviço, e que a empresa pretende substituir pela opção de descanso de uma hora) e a anulação dos contratos a prazo de mais de duas centenas de motoristas. Trabalhadores e sindicato estão decididos a realizar uma quinta greve, por 24 horas, em data ainda não definida.

A TST é uma empresa do Grupo Barraqueiro e tem carreiras a circular nos concelhos de Almada, Seixal, Barreiro, Moita, Montijo, Alcochete e Sesimbra, transportando em média 230 mil passageiros por dia. Trabalha na TST 1066 funcionários, dos quais 725 são motoristas. Aos três por cento de aumento, os representantes contrapõe a exigência de 6 por cento ou 5 mil escudos.

A alteração do subsídio especial implicaria perdas de 15 a 20 contos mensais, segundo números do sindicato citados pela Lusa.



Escola Pública de Telecomunicações Boa para privatizar

A paixão do Governo pela Educação mais parece, na EPPET de Telheiras, uma paixão pelo negócio, a merecer esclarecimento urgente.

Na semana passada, a Escola Profissional Pública de Electrónica e Telecomunicações abriu, mais uma vez, as suas portas à comunidade. Professores e alunos, como têm feito em cada ano lectivo, mostraram a quem visitou a EPPET aquilo que fazem há quase 10 anos, com reconhecido sucesso: aprendizagem técnico-profissional, com ligação de teoria e prática, respondendo às necessidades do mercado de trabalho.

Entre os visitantes estiveram Bernardino Soares, deputado do PCP, e membros da direcção regional de Lisboa do Partido, dirigentes da JCP e do Sintav/CGTP, professores e responsáveis de empresas e público em geral.

Para os comunistas, esta visita não foi o primeiro nem único contacto com a realidade da escola. Mas constituiu uma ocasião para expressarem grandes preocupações quanto ao futuro de um estabelecimento de ensino que, inexplicavelmente, existe desde Julho de 1990 em regime de experiência pedagógica e dirigido por uma comissão instaladora.

A propósito, o deputado

questionou recentemente o Governo, procurando saber da avaliação que é feita desta década e quais os projectos para um futuro da experiência, mantendo o carácter público. Bernardino Soares refere, no seu requerimento, que «os dez anos decorridos desta primeira experiência apresentam resultados conclusivos quanto ao sucesso desta iniciativa, quer no que toca ao número de estudantes que frequentam a escola quer na enorme procura de pedidos de profissionais que chegam à escola». «A evolução recente e previsível dos sectores da electrónica e telecomunicações e do seu impacto crescente em toda as áreas de actividade económica aumentam a necessidade de aproveitamento desta experiência», defende o deputado comunista.

O regime de experiência devia ter vigorado só até 1994

Matrículas suspensas?

O facto de não haver ainda indicação da tutela para que sejam abertas as matrículas para o próximo ano lectivo é motivo de acrescida apreensão para a Direcção da Organização Regional de Lisboa

do PCP, que fundamenta a sua posição em contactos com estudantes da EPPET e com fontes do Ministério. A DORL – que sobre este caso prepara para breve uma posição pública – admite que esteja em marcha um negócio para que o prestígio da obra feita na escola de Telheiras, a experiência ali acumulada e, provavelmente, até o seu valioso equipamento venham a ser entregues a um instituto privado, que é propriedade de um grupo onde uma alta responsável do Governo deteve, ou ainda detém, posição accionista.

O PCP quer que as dúvidas e suspeitas de que teve conhecimento sejam esclarecidas e, com as informações que possui, a DORL e o seu organismo sectorial das Telecomunicações, a ir por diante tal processo, não excluem que exista matéria para ser investigada pela Polícia Judiciária.

Ao «Avante!», o camarada que acompanha esta área salientou a grande procura que o curso tem (mais de 200 candidatos, para 24 vagas, por ano lectivo), aproveitamento praticamente total e colocação imediata no mercado de trabalho após concluída a escola. Para o PCP, o futuro da escola passa pela sua continuação como estabelecimento público e por medidas urgentes do Governo para consolidar e alargar o bom trabalho ali realizado.



A teoria e a prática estão intimamente ligadas, numa escola tão boa, tão boa, que até é pena não dar lucro a privados...

Pior emprego nas estradas

● Fernando Fidalgo

A criação da Rodoviária Nacional EP a partir da nacionalização de 93 empresas de transporte público de passageiros, só possível com a revolução de Abril de 1974, constituiu um marco nas condições de trabalho dos trabalhadores do sector de transportes.

A convenção colectiva que uniformizou as relações de trabalho de todos os trabalhadores, a dimensão da empresa, o conjunto de direitos e garantias adquiridos com a revolução e os conquistados através de importantes lutas, constituíram o supote que, durante mais de uma década, disciplinou e deu qualidade ao emprego no sector dos transportes rodoviários e urbanos.

Para além da Rodoviária Nacional EP, também as outras empresas de transportes de passageiros do sector empresarial do Estado (Carris, Metro e STCP) foram importantes na defesa, manutenção e melhoria da qualidade de emprego durante o período referido.

procuram emprego a aceitá-los e a aceitarem igualmente a diminuição de direitos que a convenção colectiva estabelece mais favoravelmente.

A contratação a termo deu, ainda, origem a outras formas de admissão (ao dia, a recibo verde, a tempo parcial, trabalho eventual, trabalhadores autónomos, etc.). O patronato passou a dispor e a utilizar quase exclusivamente estas formas de admissão, esvaziando as convenções colectivas e bloqueando consecutivamente, a negociação colectiva, procurando e conseguindo negociar individualmente com os trabalhadores.

A relação colectiva de trabalho e as relações colectivas têm cada vez menos aplicabilidade, estando-se a assistir a uma transferência da relação colectiva para a relação individual, cujas consequências são notórias no aumento da precariedade do emprego e de uma cada vez maior dependência do trabalhador para outra entidade empregadora. Sendo certo que só têm capacidade



Aos direitos, liberdades e garantias universalmente adquiridos pelos trabalhadores portugueses devem acrescentar-se importantes direitos adquiridos especificamente no conjunto destas empresas, tais como: regimes de horário de trabalho; complementos de reforma, doença e acidentes de trabalho; dois dias consecutivos de descanso semanal; descanso mínimo obrigatório entre dois dias de trabalho; períodos máximos de trabalho consecutivo; serviço de medicina no trabalho; transporte gratuito, incluindo aos familiares.

Política desequilibra

A destruição da Rodoviária Nacional EP, em 1990, e as sucessivas políticas de direita adoptadas pelos diferentes governos determinaram um desequilíbrio na correlação de forças em claro favor do patronato.

A partir da década de 90, a qualidade de emprego no sector dos transportes tem diminuído.

A contratação a termo, abusivamente praticada pelo patronato, foi um dos principais meios para o aumento da precariedade de emprego.

É com a contratação a termo que surgem os primeiros contratos individuais de trabalho que, não obstante serem ilegais e ilegítimos, levam os trabalhadores que

de negociação individual os trabalhadores que dispõem de um contrato de trabalho colectivo mais favorável, não é menos verdade que o volume de acordos individuais alterou significativamente, para pior, a qualidade de emprego hoje existente.

O regime de horário de trabalho, os tempos máximos de condução e os períodos mínimos de descanso constituem o grupo de direitos que mais tem sido estropeado nos acordos individuais, verificando-se a sua substituição pelo trabalho ao quilómetro, à viagem e ao dia. A definição de local de trabalho tem sido substituída por vários locais de trabalho.

O trabalho suplementar tem aumentado em detrimento do número de postos de trabalho e, em subsectores como o pesado de passageiros e os táxis, nem tão-pouco é devidamente remunerado (em algumas empresas nem remunerado é).

A grande aposta do patronato consiste na flexibilização total do horário de trabalho, que lhe permita um maior aproveitamento do tempo efectivo de trabalho, transferindo o trabalho suplementar hoje efectuado para intervalos não remunerados.

Por outro lado, hoje mais do que ontem é necessário valorizar os direitos colectivos e defender os contratos colectivos de trabalho.

Hoje na AR

Um encontro nacional de dirigentes e activistas sindicais tem lugar esta tarde, junto ao Parlamento, promovido pela CGTP para discutir os projectos de Lei de Bases da Segurança Social e «definir formas de mobilizar as populações e os trabalhadores em defesa e pela melhoria» do sistema. Na iniciativa participam também especialistas, como Maria Bento, que integrou a comissão do Livro Branco da Segurança Social.

TVI

O cumprimento da lei e dos direitos dos trabalhadores é a principal reclamação dos sindicatos dos Jornalistas e dos Trabalhadores de Telecomunicações e Comunicação Audiovisual, perante os problemas existentes na estação televisiva e a falta de propostas da administração que façam evoluir a negociação. O não pagamento do trabalho suplementar, a discriminação nas actualizações salariais, os problemas na definição dos horários e no gozo das folgas são algumas das graves questões que iam ser analisadas num plenário marcado para ontem. A negociação do acordo de empresa já se arrasta há mais de um ano e os dois sindicatos já alertaram para a eventualidade de ser necessário recorrer a formas de luta.

Norporte

Segunda-feira à tarde os trabalhadores da Norporte concentram-se junto à CM da Moita, «fartos de esperar pelo cumprimento das promessas do Governo e de António Guterres». Não vêem apoio à reabertura da empresa «nem quaisquer indicadores dessa possibilidade ocorrer», pelo que decidiram trazer o seu protesto para a rua, para que «a situação da Norporte não apodreça nas prateleiras de arquivo do Governo», diz o Sindicato dos Têxteis do Sul.

Panasqueira

Continuar a greve foi a decisão tomada na semana passada pelos mineiros da Panasqueira, duas semanas depois de, com uma adesão de 95 por cento, terem paralisado duas horas no início e uma no final do turno, à quinta e sexta-feira. O prosseguimento da luta «nas próximas semanas» é uma resposta dos trabalhadores às «posições recuadas e de intransigência» da administração, designadamente quanto à actualização dos salários, refere o sindicato da Indústria Mineira.

Congresso da USP/CGTP valorizou as lutas travadas e perspectivou os combates futuros

Confiança no Porto

Nos últimos três anos foram dados importantes passos para o aumento da sindicalização de jovens e o reforço da organização sindical no distrito.

Foi num ambiente de forte confiança e determinação que decorreu, na passada sexta-feira, no Centro de Formação Profissional do Cerco, o 6.º Congresso da União dos Sindicatos do Porto, sob o lema «Desenvolver o distrito, Melhores salários, Emprego de qualidade, Contra a precariedade».

No congresso participaram 232 delegados, em representação de 31 sindicatos e das organizações distritais da Interjovem e da Inter-Reformados.

Entre outros observadores, também estiveram no congresso dirigentes da Associação Socio-Profissional da Polícia, do Sindicato dos Trabalhadores de Seguros do Norte, do Sindicato dos Trabalhadores de Impostos, do Sindicato dos Jornalistas. O PCP esteve representado por uma delegação que integrou Emídio Ribeiro, da Comissão Política, membros da DORP e a eurodeputada Ilda Figueiredo.

Ao fazer o balanço da actividade desenvolvida durante o anterior mandato, os sindicalistas valorizaram as amplas e significativas lutas desenvolvidas, destacando, entre outras, as que tiveram por objectivo a aplicação das

40 horas semanais e a defesa das pausas, o combate ao pacote laboral, a defesa da Segurança Social, grandes manifestações pelo emprego

nhada a importância da conclusão do projecto de envergadura que é a nova casa sindical, nas actuais instalações dos ferroviários, onde vão funcionar cinco organizações.

Os delegados elegeram a nova direcção da USP e aprovaram a resolução sobre a acção sindical para o qua-

driénio até 2004. Algumas moções aprovadas salientam a importância de acções e objectivos imediatos: a marcha mundial contra a pobreza e a violência, os 30 anos da CGTP, a jornada europeia

A nova casa sindical permitirá servir melhor os trabalhadores do distrito

de 19 de Junho, a exigência de criação de mais 60 mil postos de trabalho no distrito, no quadro de uma nova política, por mais e melhor emprego, contra o trabalho precário e clandestino.



Foram aprovadas as grandes linhas de acção sindical no imediato e até 2004

e contra a precariedade, a luta dos pescadores do arrasto costeiro.

Os três anos decorridos constituíram também um período de reforço da ligação dos sindicatos aos trabalhadores, maior sindicalização, reforço da organização e reestruturação administrativa, financeira e sindical. Entre os importantes passos que foram dados, foi publi-

Mentiras que eles dizem

Manuel Carvalho da Silva, ao intervir na sessão de encerramento do congresso, acusou o primeiro-ministro e o ministro das Finanças e da Economia de mentirem aos portugueses.

António Guterres, disse o secretário-geral da CGTP, citado pela Lusa, «mente ao dar a ideia de que, se se aumenta os salários, a inflação cresce». «O aumento dos salários é apenas um dos muitos condicionantes da subida da inflação», salientou, contrapondo que «o argumento verdadeiro, que eles não divulgam, é que os salários, principalmente os da Administração Pública, são usados como instrumento de controlo orçamental».

Reafirmou que o aumento do poder de compra é fundamental para o crescimento da economia e perguntou «como vamos crescer acima da média da União Europeia, como diz o Governo, sem que o poder de compra suba». Para Carvalho da Silva, «o primeiro-ministro sabe o suficiente de economia para saber que está a mentir», adiantou.

Pina Moura foi acusado de «martelar» os dados sobre a subida da inflação, de modo a «esconder a verdadeira subida que se verificou com o aumento dos combustíveis». O ministro «mandou o gabinete técnico que tutela adulterar os dados»,

denunciou o dirigente da CGTP, salientando que «num outro país, com uma opinião pública mais forte, um ministro que fizesse isso seria demitido, não só por mentir à população mas também por pôr em causa a credibilidade do Estado».

Carvalho da Silva criticou ainda o facto de o Governo «dizer que não tem três a quatro milhões de contos para aumentar os salários da Administração Pública, mas entregar, sem contrapartidas, mais de 20 milhões às empresas de transportes».

O secretário-geral da CGTP afirmou que as lutas sociais que se têm registado nos últimos meses não são conjunturais, mas vão prolongar-se até os portugueses terem uma vida melhor. Referiu, a propósito, o relatório nesse dia divulgado e que mostra as grandes diferenças salariais entre os trabalhadores portugueses e os dos restantes países da UE.

Respondendo a afirmações do Governo de que a maioria das greves ocorridas neste ano tiveram lugar na Administração Pública e que o movimento sindical está em crise, Carvalho da Silva avançou com dados publicados pelo IDICT, organismo do Ministério do Trabalho, segundo os quais 91 por cento dos pré-avisos de greve que nele foram depositados no primeiro trimestre referiam-se ao sector privado.

Professores mantêm greve dia 29

A Federação Nacional dos Professores confirmou sexta-feira a intenção de manter a greve de docentes na próxima segunda-feira. António Avelãs, da direcção da Fenprof, explicou à Lusa que na reunião de dia 18, com os secretários de Estado da Administração Educativa e da Educação, foram encontradas algumas vias possíveis de negociação, que a federação pretende ver firmadas em protocolo.

A Fenprof admite que possa ocorrer uma alteração da estratégia de luta, nomeadamente no que respeita à greve, caso o Ministério da Educação concorde com um protocolo que o comprometa a não avançar com medidas gravosas, particularmente a alteração do horário dos professores, obrigando-os a permanecer nas escolas mesmo em períodos de interrupção lectiva.

Administração local

O ministro da Administração Interna recebeu no

dia 17, pela primeira vez, uma delegação do STAL e assumiu um conjunto de compromissos. O sindicato, que tinha iniciado na véspera uma semana de luta no Terreiro do Paço, suspendeu as concentrações, considerando atingidos os objectivos traçados e deixando para o último dia do mês uma reavaliação da situação. Em defesa da revalorização salarial, o STAL mantém a convocatória dos sindicalistas do sector para o plenário nacional da Frente Comum de Sindicatos da Administração Pública, dia 31, no Marquês de Pombal.

No município de Lisboa foi convocada para ontem uma greve do sector operário, entre as 13 e as 24 horas, prosseguindo a luta contra a desvalorização da função operária, pela imediata regulamentação do suplemento de risco, insalubridade e penosidade, pela efectivação dos trabalhadores precários, contra a falta de resposta do Governo e da CML.

Têxteis recusam baixos salários

Quer nas negociações contratuais dos subsectores quer ao nível das empresas, os trabalhadores dos têxteis, vestuário e calçado vão intensificar a luta por um aumento mínimo de 5 contos nos escalões salariais mais baixos e pelo cumprimento das 40 horas semanais como período normal de trabalho (sobretudo na cordoaria e redes, no calçado e em algumas empresas de lanifícios, que ainda se recusam impunemente a cumprir a lei).

Esta decisão consta da resolução aprovada no dia 17, durante a concentração promovida em Guimarães pela Fesete/CGTP, para reclamar «medidas urgentes de combate aos baixos salários, visando uma evolução rápida no seu crescimento e a defesa dos sectores e do emprego».

Os trabalhadores e a federação exigem que o patronato abandone a sua postura de bloqueamento da negociação colectiva e que o Governo

assuma uma maior responsabilidade face aos conflitos laborais, «intervindo de forma activa para obrigar o patronato a cumprir o direito à contratação colectiva». Em subsectores como o têxtil, os lanifícios, as malhas, os têxteis-lar, o calçado e a cordoaria e redes, «o Governo deverá usar os instrumentos legais, emitindo portarias de regulamentação de trabalho, para que seja evitada a degradação das condições de vida e trabalho», defende-se na resolução.

Decisão contestada

Populações

contra co-incineração

A decisão governamental de co-incineração de resíduos industriais em Souselas e Outão é contestada pelas populações, sindicalistas, professores, movimentos ambientalistas, partidos políticos. Generalizada é também a denúncia das contradições da Comissão Científica.

A divulgação do parecer da Comissão Científica Independente de Controlo e Fiscalização Ambiental da Co-Incineração levantou uma onda de protestos em Coimbra e Setúbal e foi alvo de críticas dos mais diversos quadros políticos.

Dia 22, manifestantes de Souselas concentraram-se frente à Câmara Municipal de Coimbra para entregar um documento que rejeita a co-incineração na sua freguesia. Uma manifestação organizada pela Associação de Defesa do Ambiente de Souselas e pela Junta de Freguesia de Souselas, a que se juntaram dirigentes associativos, sindicalistas e representantes de partidos políticos com representação parlamentar.

A Associação Distrital dos Agricultores de Coimbra e o Sindicato dos Professores da Região Centro manifestaram a sua solidariedade com as

populações. O Sindicato dos professores sublinha, em particular, o facto de o governo não dar «garantias de instituir e manter práticas de co-incineração em condições de controlo e monitorização capazes de sossegar as populações que vêm ameaçada a sua saúde pública».

Coimbra em luta

Em reunião realizada na noite de segunda-feira, com a associação cívica Pró-Urbe, organizações sindicais e ambientalistas, a Junta de Freguesia de Souselas e o Diário de Coimbra, foram definidas algumas iniciativas de luta. A 2 de Junho será realizada uma grande concentração em Coimbra, uma grande mobilização da cidade que culmine numa grande festa popular em Souselas. O dia 5 de

Junho, Dia Mundial do Ambiente, será transformado, em todas as escolas do concelho, num dia de luta contra a co-incineração.

A reunião decidiu ainda a organização de um referendo à população da cidade, que será realizado no período de Junho-Julho, e a designação de um grupo de cientistas para analisar o relatório da comissão científica. Uma delegação das instituições de Coimbra deverá deslocar-se à Assembleia da República para solicitar o agendamento urgente de um debate sobre a co-incineração, na sequência de uma petição popular que reuniu 60 mil assinaturas.

Numa tomada de posição pública, no próprio dia em que o parecer da Comissão Científica foi divulgado, «Os Verdes» denunciaram as muitas contradições das conclusões desta Comissão.

Em Setúbal, o Grupo de Cidadãos pela Arrábida sublinha que é evidente que o governo «optou pela solução mais barata e não pela melhor solução ambiental para a eliminação dos resíduos tóxicos industriais».



Uma estrela na tarde

• Jorge Sarabando

Aconteceu no Porto, no domingo passado, uma festa memorável. Com o Teatro Sá da Bandeira cheio, José Carlos Ary dos Santos foi homenageado com emoção, com afecto, com entusiasmo transbordante, num reencontro de fraternidade, que as suas palavras tão vivas, afinal tão perto de nós, tomaram possível.

Muitos temiam que a partida de futebol marcada para a mesma hora, e tão ansiosamente aguardada na cidade, pudesse deixar vazios alguns lugares. Pelo contrário, o velho teatro da baixa portuense, cuja recuperação é urgente como valioso património cultural, estava repleto.

Um público vibrante saudou com longos aplausos uma Simone de Oliveira remoçada, com tanta garra como ternura comovente, e acompanhou, num grande canto colectivo, Carlos do Carmo, que revelou aspectos desconhecidos do trabalho oficial de Ary.

Um público atento às intervenções de outros participantes: o maestro José Luís Borges Coelho, numa redescoberta, guiada pela inteligência e sensibilidade, das palavras do poeta e da viragem que ele operou na música portuguesa; a escritora Filomena Cabral, que evocou o «fogo perturbador» de Ary, como elemento essencial da criação artística; a professora Ruth Rodrigues, que lembrou as aulas em que utilizava os seus poemas, ou até conhecidas frases publicitárias da sua autoria, na aprendizagem da língua portuguesa; o jornalista César Príncipe, que recordou as ordens da velha censura para silenciar o seu nome, falou dos antigos e dos novos coronéis censores e manipuladores, e prestou homenagem ao revolucionário e ao comunista; Fernando Maciel, Alexandre Falcão e Júlio Cardoso, com a declamação de belíssimos poemas, que nos deram a conhecer o valor e a dimensão da sua obra, bem diferente

do redutor retrato panfletário e datado. Todos falaram de Ary dos Santos como um ser humano generoso, radical, por vezes excessivo, corajoso, sempre ao lado dos explorados, e que aos outros dava um grande, um imenso amor.

Não são precisas muitas palavras

Num texto divulgado pelos organizadores da homenagem lia-se:

«Não são precisas muitas palavras para dizer por que lembramos hoje o poeta José Carlos Ary dos Santos.

«Ele foi um trovador do nosso tempo. Cantou as flores de Abril e a força de Maio, contou em versos incandescentes a condição humana.

«As suas palavras transcenderam as evidências e as circunstâncias.

Romperam com a obediência servil e a conformidade, reinventaram o futuro no mais previsível, cinzento e opressivo dos tempos.

«Ergueram um grito quando os poderes dominantes impunham o silêncio e aconselhavam a acomodação.

«Por isso, os poemas de José Carlos Ary dos Santos ganham novas cintilações quando os relemos, acompanham-nos na dobra dos dias, agora que os valores humanos e os direitos de cidadania são sacrificados à voragem da competição e do lucro sem limites, imolados no altar do mercantilismo gerador de mais injustiça e desigualdades.

«Os seus poemas chegam até nós porque têm asas para voar, porque são um brado de autenticidade.

«Justo é, então, lembrar o poeta, a sua voz, a sua humaníssima atitude, e com a homenagem que lhe prestamos levá-lo ainda mais longe.»

Aconteceu no Porto, num domingo de Maio.

Uma estrela a reluzir na tarde.



Confraternização na Sala do Governador no Castelo de S. Jorge

Marcha Mundial das Mulheres

Momento de solidariedade

Foi num ambiente de alegria, confraternização e solidariedade que a Plataforma Nacional da Marcha Mundial de Mulheres realizou, no passado dia 19, no Castelo de S. Jorge, em Lisboa, a sua primeira iniciativa pública de

angariação de fundos e de divulgação dos objectivos desta Marcha de Mulheres.

Momento cultural, de solidariedade dos artistas portugueses que ofereceram e disponibilizaram as suas obras para esta exposição, de venda

de livros oferecidos por editoras como a Cosmos, a Afrontamento, a Caminho, o Campo das Letras, as edições Avante, o Departamento da Cultura da CML, esta iniciativa contou com a presença de mais de duas centenas de pessoas.

A noite foi animada por um Café-Concerto com música, canto, leitura de poemas e uma intervenção feita por Rosa Xisto, do Secretariado da Marcha Nacional, que falou sobre os objectivos da Marcha e anunciou as iniciativas a levar a cabo até ao dia 7 de Outubro - data em que se realizará a marcha das mulheres portuguesas.

Faleceu António Matos

Faleceu no passado dia 7 de Maio, António Henrique Matos, de 64 anos de idade, aposentado, natural de Lisboa, morador na Freguesia de Porto Salvo, Oeiras.

António Henrique Matos foi eleito pela CDU no executivo da Junta de Freguesia, nos mandatos de 1993/97 e 1997/2001. Actualmente exercia o cargo de tesoureiro.

Era assinante do «Avante!» há vários anos.



4.ª edição realiza-se no sábado

Correr com o racismo

A «Corrida da Tolerância» - ou «Correr com o racismo», como é mais conhecida - realiza-se no sábado de manhã, em Lisboa. Todos são bem vindos.

Organizada pela Interjovem e pelo Pelouro de Desporto da Câmara Municipal de Lisboa, a 4.ª edição da Corrida da Tolerância tem lugar no sábado, com partida pelas 10h30 em três lugares diferentes: Praça dos Restauradores, Jardim de Santos e Praça das Indústrias. A chegada foi marcada para as 11 horas no relvado da Vieira Portuenses, em Belém.

A pé, de bicicleta, em cadeira de rodas, de patins, de skate, todos são bem-vindos nesta iniciativa, onde o

importante é participar. E, como recordam os organizadores, «fazer desporto é uma saudável forma de intervir solidária e colectivamente pela defesa dos valores universais da humanidade, pelo progresso, pela igualdade e pela justiça social».

Contando com o alto patrocínio do Presidente da República e com o apoio de inúmeras organizações e personalidades, a corrida tem já garantida a participação de músicos, actores, escritores, estudantes, reformados e tra-

balhadores de todas as idades.

A corrida tem como objectivo repudiar o racismo e a xenofobia. Este ano chama a atenção especialmente para o sector da construção civil e para as principais vítimas dos problemas que aqui se verificam, os imigrantes: a insegurança e a brutal exploração de mão-de-obra, a precariedade no trabalho e os baixos salários.

«A utilização de imigrantes clandestinos como mão-de-obra descartável (usa-se, abusa-se e deita-se fora) constitui hoje uma das mais flagrantes violações dos direitos das minorias étnicas», afirma a organização.

Estudantes do secundário continuam protestos

Os estudantes do ensino secundário de Lisboa, Barreiro e Almada voltaram a manifestar-se na quinta-feira, em frente à sede do Ministério da Educação, reivindicando a suspensão imediata da revisão curricular, a abolição do actual sistema de acesso ao ensino superior, a aplicação da lei de educação sexual e o melhora-

mento das condições materiais e humanas das escolas.

Nessa tarde, a delegação nacional constituída na Reunião Nacional de Associações de Estudantes do Ensino Secundário reuniu-se com os grupos parlamentares na Assembleia da República.

No dia seguinte, os alunos do distrito de Aveiro concen-

traram-se no Parque de S. João, onde entregaram uma carta aberta ao primeiro-ministro subscrita por 16 escolas. Os estudantes afirmam em comunicado que António Guterres «mais uma vez demonstrou uma profunda arrogância, respondendo que já conhecia as nossas reivindicações».

Comunistas reclamam mais semáforos para Viana

Os deputados comunistas Bernardino Soares e Honório Novo receberam finalmente resposta às suas interpelações sobre a inexistência de semáforos na Estrada Nacional 13, junto às escolas EB 2-3 e secundária do Monte da Ola, seis meses depois da questão ser colocada aos ministros do Equipamento Social e da Edu-

cação e à Câmara Municipal de Viana do Castelo.

As respostas recebidas mostram posições diferentes sobre o assunto: o Ministério da Educação atribui a responsabilidade à Câmara Municipal, enquanto o Ministério do Equipamento Social fala na competência da Direcção de Estradas e no

lançamento do respectivo concurso.

Referindo a «falta de sintonia» destes dois ministérios, a JCP sublinha a máxima urgência da resolução do problema e propõe que a CM e o Instituto das Estradas de Portugal se juntem para que a segurança da comunidade escolar deixe de ser posta em risco.

Chamusca debate 25 de Abril

A JCP da Chamusca realizou recentemente um debate com Sérgio Ribeiro e Ápio Cláudio sobre o 25 de Abril e o período revolucionário que se seguiu. Num ambiente descontraído de café-concerto, os participantes discutiram a

situação do país na época e o papel determinante do PCP no processo revolucionário.

De destacar a opinião generalizada de que os programas escolares devem incluir o 25 de Abril e os períodos anteriores e posteriores à revolução,

de forma a evitar o branqueamento da ditadura.

Paralelamente ao debate, a JCP organizou uma exposição de fotografias da revolução e de pintura de Ápio Cláudio, bem como a projecção de imagens de vídeo.

João Amaral contacta principais problemas de Ovar

Barrinha de Esmoriz degrada-se

O deputado do PCP João Amaral visitou na sexta-feira o concelho de Ovar, contactando com várias situações concretas que afectam neste momento a população vareira às quais vai dar voz na Assembleia da República.

Acompanhado de Manuela Mourão, eleita da CDU na

Assembleia de Freguesia de Ovar, e de vários elementos dos «Amigos do Cáster», João Amaral começou por visitar a Foz do Rio Cáster, onde, depois de ouvir as explica-

ções dos jovens ambientalista sobre a riqueza daquele ecossistema, se comprometeu a envidar esforços junto do Ministério do Ambiente, no sentido de procurar explicação para a demora que se está a verificar na criação no local de uma Área Protegida, proposta há 5 anos pela Autarquia junto do ICN. Na visita que a seguir efectuou ao Projecto de reconstituição do cordão dunar a norte da Praia de Esmoriz, o deputado comunista contou com a participação de um representante do Clube do Ambiente da Escola Secundária de Esmoriz, membros da comunidade piscatória responsáveis pela edificação das barreiras, para além do

Presidente da Junta de Freguesia de Esmoriz.

Depois de ouvir os intervenientes, João Amaral realçou a forma abnegada com que os pescadores se entregaram àquela tarefa gigantesca, sem exigir qualquer gratificação e apenas para a valorização da praia de Esmoriz.

Reabrir maternidade

Daqui, e em resultado da acção concertada entre as Organizações Concelhias de Espinho e Ovar, João Amaral deslocou-se à Barrinha de Esmoriz/Lagoa de Paramos, onde verificou o avançado estado de degradação da mesma, por falta de acção das autarquias da Feira, Espinho e Ovar e dos governos do país nas últimas décadas. Durante a iniciativa, que teve a participação dos eleitos da CDU da Assembleia Municipal de Espinho e da Freguesia de Paramos, de

membros da APARDIL (Associação Paramense de Defesa dos Interesses Locais), da Quercus e do Clube do Ambiente da Escola Secundária de Esmoriz, foram relembradas as múltiplas propostas da CDU para a inclusão de verbas no PIDDAC consagradas à Barrinha, sistematicamente chumbadas, como aconteceu na discussão do Orçamento para 2000. Ao fim da tarde, já com a participação de Manuela Caetano, do Partido Ecológico «Os Verdes», o deputado comunista encontrou-se com dirigentes da Associação dos Utentes dos Serviços de Saúde de Ovar (AUSSO), a quem teve oportunidade de manifestar o apoio incondicional do PCP a esta causa, relembrando a sua deslocação, em 1998, àquele Concelho para, entre outros assuntos, contactar com o Movimento, que tinha na altura reunido já vários milhares de assinaturas contra o fecho da Maternidade, ainda a funcionar naquela data. Relativamente aos projectos de resolução à espera de agendamento na Assembleia da República sobre a reabertura da maternidade, quer o Deputado João Amaral quer a representante do PEV deixaram claro o seu sentido de voto caso os projectos subam a plenário.

«Mindelo» falida!

A «Mindelo» foi declarada falida pelo 2.º Juízo do Tribunal de Comércio de Vila Nova de Gaia, cinco anos depois de se ter iniciado o seu Processo de Recuperação.

A Comissão Concelhia de Vila do Conde do PCP considera, contudo, que a «novela Mindelo» está longe de ter terminado, já que o Tribunal que declarou a falência nomeou como liquidatário um dos seus últimos administradores, com responsabilidades no encerramento da empresa. Assim, expressando a sua solidariedade aos trabalhadores, diz esperar que o Governo e até os responsáveis autárquicos de Vila do Conde, pelo menos desta vez, «façam algo de verdadeiramente útil em prol dos interesses dos seus conterráneos que, para além de terem perdido o seu posto de trabalho,

aguardam há anos que lhes sejam pagos os créditos que lhes são devidos.

Fundada em 1957, a «Mindelo» chegou a ser, na década de 60/70, uma das maiores empresas têxteis do País, empregando mais de 1600 trabalhadores. Porém, na década de 80, fruto de uma política de desinvestimento, começou a apresentar problemas, levando a que, na década de 90, a BPR - Bolsa de Participação e Risco assumisse o seu controlo e gestão, altura em que a situação não parou de deteriorar-se, culminando, há cinco anos, com o Processo de Recuperação cujo resultado prático foi a declaração de falência.

Nestes cinco anos, os responsáveis da «Mindelo», apesar da empresa estar paralisada desde 1997, fizeram tudo para que a

sua falência não fosse declarada ou o fosse o mais tardiamente possível, enquanto o seu património mobiliário foi sendo de tal maneira delapidado que o Administrador Judicial, pressionado pelos trabalhadores, teve de fazer uma participação no Ministério Público, em Vila do Conde.

Com a falência agora decretada, começa para os trabalhadores uma nova fase que «não se apresenta livre de dificuldades», diz a Concelhia do PCP. É que, neste País, «a justiça é um veículo de marcha lenta, que nem sempre consegue chegar a bom termo, pelo menos em tempo útil», razão por que se espera do Governo e do município de Vila do Conde que tomem algumas medidas para defender os interesses dos trabalhadores da «Mindelo».

▼ CAMARADAS FALECIDOS

Agostinho Lavinha Carneiro

Na vila de Amareleja, onde nasceu, foi a enterrear, no dia 19 de Maio, o camarada Agostinho Lavinha Carneiro, que completara em Fevereiro 85 anos de idade. Lutador antifascista desde a juventude, foi depois do 25 de Abril regedor, mais tarde, pelas listas do Partido, presidente da Junta de Freguesia, sendo posteriormente eleito vereador à Câmara Municipal de Moura pelas listas da APU. Apoiou sempre as UCP, onde via o futuro do seu Alentejo, assim como os movimentos populares. Norteado sempre pelo ideal comunista, estudioso do materialismo dialéctico, só nos últimos anos da sua vida fez uma pausa, uma longa pausa...

Vaz Tacão. Resistente antifascista de longa data, era actualmente responsável pela informação e propaganda na célula do Penteadado, freguesia da Moita.

Florentino Raposo Minhós

Com 81 anos de idade, faleceu, no passado dia 16 de Maio, o camarada Florentino Raposo Minhós, natural de Cano, Alentejo. Foi um destacado animador de teatro como ensaiador e escreveu poesia para o fado de Abril. Reformado da UTIC, estava organizado em Sta. Iria de Azóia, onde era muito estimado.

António Vaz Tacão

Faleceu, no passado dia 13 de Maio, vítima de doença prolongada, o camarada António

Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

CHAMUSCA PS não cumpre

Os agentes económicos, as populações e as autarquias têm sabido assumir as suas responsabilidades no processo de desenvolvimento económico do concelho da Chamusca mas o Governo PS e os seus deputados não, afirma a Comissão Concelhia do PCP, a propósito das posições daquele partido quando da discussão do Orçamento do Estado e do PIDDAC para 2000.

Os comunistas denunciam o facto de os socialistas terem votado contra a construção do IC3 e variante à Vila de Chamusca e a beneficiação da EN-118, no troço entre Vale de Cavalos e o Arripiado, e esquecido a construção da nova ponte sobre o Tejo, entre a Chamusca e a Colegã, «metendo na gaveta» as promessas feitas nas campanhas eleitorais.

BEJA PCP visita CERCIs

O deputado comunista Rodeia Machado, António João Zacarias, da Direcção da Organização Regional de Beja, e Renato Brália e António Nobre, do Organismo Distrital de Beja, visitaram na semana passada a CERCICOA, em Almodôvar, a CERCIBEJA e a Paralisia Cerebral de Beja com vista inteirarem-se dos problemas das pessoas portadoras de deficiência.

A delegação do PCP pôde, assim, constatar a existência de um traço comum a todas estas instituições - a falta de financiamento por parte do Estado -, assim como as dificuldades que os portadores de deficiência encontram para ingressar no mercado de trabalho, particularmente na Função Pública. Outra questão verificada, sobre a qual Rodeia Machado pretende questionar o Governo, tem a ver com a criação do Lar de Deficientes, para o qual a Câmara de Beja já cedeu o terreno mas o Governo não disponibilizou verbas, apesar da proposta nesse sentido feita pelo Grupo Parlamentar do PCP em sede de Orçamento do Estado.

PONTE DE SOR Vale a pena lutar!

A Comissão Concelhia de Ponte de Sor do PCP, reunida pela primeira vez após a sua eleição, saudou a luta da população de Montargil em torno do Centro de Saúde e pelo direito a assistência médica, que culminou com a deslocação da Junta de Freguesia e 120 pessoas à Assembleia da República.

A notícia de que o Governo vai finalmente nomear um médico para trabalhar no Centro de Saúde local e no Posto Médico de Foros do Arrão vem, assim, confirmar, na opinião do PCP, que «vale a pena lutar».

VIANA DO CASTELO Deputado questiona Governo

Na sequência das preocupações manifestadas pela Comissão Concelhia de Viana do Castelo do PCP, em relação às obras no jardim público marginal que prevêem a construção junto à margem do rio Lima de uma via rodoviária com quatro faixas de rodagem que põe em risco a segurança de quem frequenta esta espaço de lazer, o deputado comunista Honório Novo apresentou um requerimento ao Governo.

Honório Novo pretende saber se a intervenção no Jardim Municipal está incluída no Programa Polis contratualizado entre o Ministério do Ambiente e a Câmara Municipal; em caso afirmativo, se o Ministério pensa reanalisar essa intervenção e proceder a estudos de impacto ambiental e paisagístico; e, por fim, se tenciona fazer depender dos resultados desses estudos o financiamento das obras.

Privatização = Apagão

Num momento em que o Governo do PS prepara a alienação de mais uma fatia das posições do estado português na EDP, passando desta forma a maioria do capital social da empresa para as mãos de privados, o grave incidente ocorrido no passado dia 9, não pode deixar de ser mais um elemento para a necessária e urgente reflexão que tem de ser feita sobre o futuro deste importante sector estratégico.



Jorge Pires
Membro
da Comissão
Política

No imediato, e para que não fiquem dúvidas, importa apurar as verdadeiras causas do apagão e a relação entre este grave incidente e a degradação da qualidade dos serviços prestados pela EDP, que se tem vindo a acentuar e que

electrocussão de uma cegonha no poste 327 na Figueira da Foz terá provocado um curto-circuito. Este é um acontecimento que se repete todos os anos provocando pequenos cortes de energia que quase não se fazem sentir nos consumidores.

Os utentes da EDP têm hoje a electricidade mais cara da UE

na minha opinião não está desligado do processo de privatização da empresa. É neste processo, que tem conduzido a uma gestão da empresa, não numa lógica de serviço público, mas numa perspectiva de retirar deste serviço o máximo lucro no menor tempo possível, que encontramos as respostas para os vários incidentes que têm ocorrido e os responsáveis pelos mesmos, os quais não podem deixar de assumir as suas responsabilidades pelas consequências que a repetição de incidentes deste tipo no futuro podem ter na vida do país e dos portugueses.

Foi com um misto de preocupação, mas sobretudo de indignação, que a generalidade dos portugueses ouviram as primeiras explicações por parte da empresa, em que esta atribuiu a responsabilidade do incidente a uma cegonha. Desta vez, e ao contrário do que é habitual, não responsabilizaram nenhum trabalhador. Não está em causa a informação, que tudo indica é verdadeira, de que a

O que deveria ter sido explicado aos portugueses, é como foi possível que a electrocussão dum cegonha quebrasse a coluna dorsal do sistema eléctrico português.

Não foi, porque Governo e gestores da empresa sabem que as verdadeiras razões estão no modelo de gestão que tem sido imple-

mentado pelas sucessivas administrações, desde o início da privatização, tal como o PCP e as estruturas representativas dos trabalhadores têm vindo a denunciar.

Desde 1976, ano em que foi criada a EDP, o PCP sempre defendeu a existência de uma forte e dinâmica empresa pública, que desempenhe um papel estratégico no relançamento da actividade produtiva do país, na melhoria das condições de vida da população portuguesa e na criação de emprego com direitos. A vida tem confirmado a justeza das nossas posições.

A lógica do lucro

A via da privatização, para além da destruição de milhares de postos de trabalho, mais de 4000, vai afastando cada vez mais a empresa dum lógica de serviço público, transformando-a aos poucos na «árvore das patacas» para os grupos financeiros.



Os 5 milhões de utentes da EDP, têm hoje a electricidade mais cara da UE, apesar da empresa ter lucros, que só nos últimos 6 anos ultrapassaram os 500 milhões de contos. Dinheiro que, em parte, devia ser reinvestido na modernização e conservação da rede e equipamentos é desviado para investimentos noutras áreas de negócio, como é o caso das telecomunicações e águas, ou para investimentos de duvidosa rentabilidade como acontece com os investimentos no Brasil.

Os resultados desta política, que não tem em conta aspectos de segurança e o interesse público e que privilegia a vertente economicista, estão nos cada vez mais regulares incidentes na rede. O apagão do passado dia 9, foi pela sua amplitude o mais mediático, mas não nos podemos esquecer do que aconteceu recentemente em Constância ou anteriormente no Alentejo, Algarve e Lisboa.

Se não é assim, se estamos enganados, então digam aos portugueses se é ou não verdade que hoje uma avaria leva mais tempo a ser reparada devido à redução do número de trabalhadores para essas funções, trabalhadores tecnicamente preparados?

Expliquem como se justifica que a ligação Norte-Sul esteja dependente dum linha apenas, que em caso de avaria não tem alternativa como aconteceu agora neste incidente?

Mas também, deviam esclarecer como estavam a funcionar as centrais termoeléctricas no Sul do país, as quais deviam constituir uma alternativa ao abastecimento hidroeléctrico vindo do Norte? Não estariam no fundamental paradas por uma questão de economia de custos?

Neste contexto e sem procurar ser alarmista, considero que os portugueses não têm razões nenhuma para ficarem descansados. A passagem da maioria do capital social da empresa para as mãos de grupos privados, não é uma mera operação de venda e compra de acções, ela representa a consagração dum modelo de gestão que se vai acentuar e que tem como objectivo principal maximizar o lucro em detrimento do serviço público de qualidade, e onde não são uma prioridade os aspectos de segurança o que fará com que outros apagões aconteçam. A única dúvida que temos é quem vai ser responsabilizado se por acaso ele acontecer em pleno Inverno, quando as cegonhas brancas procuram em África outras paragens mais quentes.



Concelhia de Loures reúne Assembleia

Com a presença de mais de 350 delegados e convidados, realizou-se no sábado passado a 9.ª Assembleia da Organização Concelhia de Loures do PCP, que contou com a participação de António Andrez, membro da Comissão Política.

O debate centrou-se na discussão sobre as formas de aprofundar a ligação do Partido aos militantes e de intensificar a participação destes na actividade das organizações. Foi ainda dado particular enfoque à necessidade de prosseguir a dinamização do trabalho e a iniciativa em torno dos problemas que mais afectam os trabalhadores e as populações.

As lutas dos trabalhadores do concelho pela melhoria de salários e pela defesa dos postos de trabalho; a luta pelo Hospital de Loures - sucessivamente adiado pelo Governo - e pelos centros de saúde de S. João da Talha, St.º António dos Cavaleiros e Sacavém; o não cumprimento pelo Governo dos protocolos para as instalações de segurança e os pavilhões desportivos nas escolas secundárias, foram assim questões abordadas pela Assembleia que também discutiu a acção em defesa da frente ribeirinha do concelho e as tentativas do Governo e da Petrolgal de retomarem a tancagem de combustível na Bobadela.

Por fim, a Assembleia elegeu a nova Direcção Concelhia, constituída por 75 camaradas, 30% dos quais integram-na pela primeira vez.

Na intervenção de encerramento dos trabalhos, António Andrez sublinhou o momento de viragem que se está a verificar no ambiente social, visível na luta dos trabalhadores da administração pública e dos transportes e nas magníficas manifestações do secundário, e, referindo-se ao 16.º Congresso do Partido, apelou ao envolvimento de todos os militantes na sua preparação.

5.ª Assembleia de Amora

Também, no dia 14 de Maio, com a presença de 96 delegados e cerca de duas dezenas de convidados, reuniu a 5.ª Assembleia de Organização de Freguesia da Amora do PCP, oito anos sobre a última Assembleia.

A Assembleia, que teve a participação de José Paleta, membro do Comité Central, e de Francisco Lopes, da Comissão Política, decidiu realizar a próxima Assembleia num mais curto intervalo, de forma a poder avaliar com mais frequência o trabalho realizado, tendo até em conta que a estrutura orgânica da Organização de Freguesia sofreu alterações.

Na verdade, as cinco comissões locais entretanto eleitas e a criação de oito novos organismos em As-

sembleias de Organização contribuíram de forma decisiva para o sucesso da 5.ª Assembleia, quer em termos de presenças quer em termos de enriquecimento dos trabalhos.

A 5.ª Assembleia de Organização de Freguesia de Amora reafirmou o marxismo-leninismo, o centralismo democrático e a natureza de classe, como garante da identidade do Partido, e apontou linhas para uma intervenção local mais acentuada, decidindo, nomeadamente, algumas medidas com vista ao reforço do trabalho colectivo e à elevação do nível de actividade e capacidade dos organismos de direcção.

Foram ainda traçadas como prioridades o reforço da organização e interven-

ção do Partido junto dos trabalhadores, do movimento associativo e de outros movimentos sociais e na dinamização das lutas das populações em torno de questões concretas; o reforço da Organização de Freguesia, através da valorização do papel das Comissões Locais e de um melhor acompanhamento ao colectivo dos eleitos comunistas na freguesia; o aprofundamento da ligação à JCP e às questões da juventude; o reforço das posições do Partido e da CDU nas eleições autárquicas de 2001.

Por fim, a Assembleia elegeu a nova Comissão de Freguesia, seguida de uma forte ovação e do grito unânime de «Viva o Partido Comunista Português!».

No distrito de Castelo Branco Carlos Carvalhas visita Paul

O povo é quem decide

O Secretário-Geral do PCP, Carlos Carvalhas, acompanhado por Armando Morais, responsável pela DORCB, António Cardoso, Dulce Pinheiro, Carlos Afonso e Hugo Duarte, membros da Direcção Regional, visitou, na sexta-feira, várias instituições no norte do Distrito.

A delegação do PCP começou por visitar a sede da Associação Académica da Universidade da Beira Interior, onde o Presidente, Vasco Cardoso, e outros membros da direcção lhe mostraram as instalações e deram uma panorâmica da intensa actividade que desenvolvem.

Seguiu-se um almoço com jovens estudantes da AAUBI, na Cantina da Boavista, aproveitado por Carlos Carvalhas para prosseguir com os estudantes a troca de informações sobre os problemas do ensino superior e da UBI.

Mais tarde, em reunião com o Reitor da UBI, no Convento de Santo António, a delegação do PCP foi informada sobre a vida da academia, seus sucessos e problemas, tendo Carlos Carvalhas sublinhado, no final da reunião, aos órgãos de comunicação que o aguardavam, o facto de o PCP contactar sempre a realidade do País, e não apenas nos períodos eleitorais, para melhor poder intervir na resolução dos problemas.

A delegação do PCP seguiu daqui para a Associação Cristã da Mocidade, sediada na Covilhã há 25 anos, onde foi recebida pelo Presidente da Direcção, Joaquim Gaspar, que lhe deu a conhecer as áreas e serviços de actividade - Centro de Educação Especial, Centro de Emprego Protegido, Centro de Tratamento para Toxicodependentes, «Comunidade de Montanha», Lar Residencial para Deficientes - e mostrou as oficinas de carpintaria e marcenaria, de tecelagem e cestaria.

A Direcção da ACM queixou-se, entretanto, da falta de apoio da Câmara Municipal da Covilhã e entregou ao secretário-geral fotocópia de 2500 assinaturas de cidadãos da Covilhã protestando pela expropriação de uma parcela de terreno que divide uma pequena propriedade onde está instalado o

Centro de Emprego Protegido e um pavilhão gimnodesportivo, criando aos jovens deficientes dificuldades no acesso ao pavilhão.

Intervenção abusiva

Na Empresa «A Penteadeira» em Unhais da Serra, que emprega mais de 500 trabalhadores, a delegação ouviu Paulo de Oliveira, administrador e sócio maioritário, sobre o processo de modernização do equipamento nos últimos anos e as suas repercussões na produtivi-

seguiram em desfile até ao Largo da Praça.

Depois de Carlos Carvalhas ter saudado os presentes e agradecido a «magnífica recepção» que lhe foi feita, Vítor Reis Silva, cabeça de lista da CDU à Junta de Freguesia, explicou as razões da sua candidatura, adiantou algumas propostas do seu

O PCP contacta sempre o País, não apenas em períodos eleitorais

Programa Eleitoral e denunciou «o boicote ao trabalho da Junta CDU e do Presidente eleito pelo povo do Paul», por parte dos eleitos do PSD em aliança com o PS e

«com a intervenção abusiva e ilegal do Presidente da



Paul recebeu Carlos Carvalhas em ambiente de festa

dade e na qualidade do produto.

O dia terminou com a visita à Freguesia do Paul, onde já iniciou a campanha eleitoral para as eleições intercalares para a Assembleia de Freguesia. Populares e apoiantes da CDU, agitando bandeiras, esperavam, em ambiente de festa e satisfação, o Secretário-geral do Partido no Largo do Mercado, de onde, após a actuação da Banda Filarmónica e do Grupo de Danças e Cantares da Casa do Povo do Paul,

Câmara Municipal da Covilhã.

Carlos Carvalhas realçou a obra e o empenhamento dos eleitos da CDU na Junta de Freguesia e, considerando que é ao povo que cabe decidir quem deve ficar à frente da autarquia, afirmou que ele «não gosta de injustiças» e, por isso, não vê «com bons olhos as obras de última hora que a Câmara está a fazer para ganhar meia dúzia de votos» depois de ter negado esse investimento à Junta de Freguesia.



Carlos Carvalhas participou no Encontro do PCP

Saúde em debate

«Saúde e defesa da cidadania» foi o lema do Encontro Nacional de Saúde que o PCP realizou no sábado, com a participação de Carlos Carvalhas, no sentido de prosseguir o debate que há muito os comunistas vêm travando sobre os problemas de um sector que Edgar Correia, membro da Comissão Política, considerou de crucial importância para a qualidade de vida dos portugueses.

O encontro, que teve a participação de cerca de uma centena de pessoas e foi aberto a diversas personalidades independentes do sector, por falta de espaço, será noticiado com mais detalhe na próxima edição do «Avante!».

Lisboa Sector de Hotelaria decide reforço orgânico

Com a participação de António Andrez, membro da Comissão Política, e de Marília Vilaverde Cabral, do Comité Central, cerca de três dezenas de militantes da Hotelaria do distrito de Lisboa, nas áreas dos hotéis, restaurantes e pastelarias, realizaram, no passado dia 11, um Encontro para discutir a situação neste sector de actividade, em constante crescimento e expansão, e apontar as linhas de trabalho para uma maior intervenção dos comunistas.

Assim, em discussão no Encontro, esteve a situação económica e social do sector no distrito, as propostas do PCP e, fundamentalmente, o

reforço orgânico do Partido nas empresas e locais de trabalho.

No decurso dos trabalhos, verificou-se mais de uma dezenas de intervenções de que resultou a definição e aprovação dos principais objectivos para o trabalho futuro dos comunistas do sector e de um conjunto de reivindicações de carácter social, em torno das quais pretendem mobilizar os trabalhadores.

Para além de defenderem a negociação colectiva, o sistema de segurança social e emprego estável e seguro, os comunistas da hotelaria de Lisboa reivindicam concretamente o crescimento real dos

salários, a redução efectiva do tempo de trabalho, 25 dias úteis de férias, descanso semanal de dois dias consecutivos.

Entre as propostas de trabalho definidas para o reforço orgânico do Partido, destacam-se a criação de novas células; a realização de mais iniciativas idênticas à que foi agora concretizada; o recrutamento para o Partido de um maior número de jovens trabalhadores; a realização, em dia a fixar, de um plenário mensal de militantes, alargado à participação de amigos e simpatizantes do sector; o aumento da difusão e venda do «Avante!» junto dos militantes e dos trabalhadores.

8.ª Assembleia de Almada prepara Congresso de Dezembro

O Partido está onde está um militante

«Afirmar, Lutar, Construir!» foi o lema a que se subordinou a 8.ª Assembleia da Organização Concelhia de Almada do PCP que, com a participação do secretário-geral, Carlos Carvalhas, se realizou, no sábado, no Grupo «Amigos da Costa, na Costa de Caparica.

A Assembleia, em que participaram 350 delegados e cerca de 200 convidados, teve como objectivos reforçar a capacidade de intervenção e ligação do Partido aos trabalhadores, definir as orientações para a sua actividade, eleger a nova Concelhia e contribuir para a preparação do 16.º Congresso do PCP.

O projecto de Resolução Política, que resultou de um intenso debate realizado nas organizações e, no decurso dos trabalhos, foi motivo de três dezenas de intervenções.

Aprovada por unanimidade, a Resolução Política

caracteriza exaustivamente a situação económica e social do concelho, decorrente da ofensiva do capital consubstanciada na política de direita do Governo do PS, analisa a acção dos comunistas e dos movimentos unitários contra essa política, destacando o importante papel que cabe aos jovens na alteração da situação.

Ao mesmo tempo, a Resolução aponta um conjunto de propostas do PCP com vista ao desenvolvimento económico do concelho, bem como nas áreas dos transportes e acessibilidades, da segurança, da saúde, da habitação, da educação e ensino, do

ordenamento do território e do património.

Por fim, o documento define algumas prioridades para a acção do Partido, que passam pelo reforço da organização e intervenção nas células de empresa e nos locais de trabalho, pelo trabalho junto da juventude, do movimento associativo, dos reformados, das camadas intermédias de micro e pequenos empresários e comerciantes, quadros técnicos e intelectuais e pela dinamização das lutas dos trabalhadores e das populações.

PCP cumpre

A acção dos eleitos comunistas nas autarquias, é, por sua vez, considerada determinante para o progresso e desenvolvimento do concelho e para o bem-estar e melhoria da qualidade de vida das populações.

Aliás, na intervenção de abertura dos trabalhos, Manuel Valente, do Comité Central, lembra o trabalho e a

«postura de rigor, de transparência e de seriedade» dos comunistas e seus aliados, razão por que a CDU, nas últimas eleições, viu reforçada a sua votação.

«Temos obra realizada, projectos para o futuro e cumprimos os programas eleitorais que apresentámos», disse Manuel Valente, que aponta os objectivos eleitorais do PCP para as autárquicas de 2001: reforçar a votação na CDU, consolidando as maiorias absolutas, obter maioria absoluta nas freguesias da Sobreda e Cacilhas e ganhar as freguesias da Charneca e da Costa.

Abordando também a necessidade de reforço da organização, Manuel Valente lembra que «o Partido está onde está um militante do Partido» e, por isso, se é certo que «ter-se feito muito», considera que é possível «fazer ainda mais e melhor».

Integrando, depois, a realização da 8.ª Assembleia na preparação do 16.º Congresso, Manuel Valente diz que o Congresso «é um acontecimento muito importante na vida do Partido, pelo que não dispensa a participação de todos os militantes». Crê, contudo, pelas opiniões já manifestadas, que os militantes estão com «este Partido Comunista Português, Partido da classe operária e de todos os trabalhadores, Marxista, Leninista».

Antes de Carlos Carvalhas encerrar os trabalhos, a Assembleia elegeu por unanimidade a nova Concelhia, composta por 65 camaradas ligados às várias áreas de intervenção do Partido e aprovou uma Resolução contra a «Manhattan de Cacilhas».

No final, uma recolha de donativos para a Campanha de Fundos em curso, apurou a quantia de 174.320\$00.

Carlos Carvalhas em Almada Clima social mudou

Na sua intervenção, Carlos Carvalhas começou por alertar para a dimensão, combatividade e objectivos da luta de diversos sectores de trabalhadores, que constitui «um elemento novo na actual situação política e social», afirmando que o PCP «nunca abdicará de estimular os trabalhadores na luta pelos seus salários e pelos seus direitos» nem de denunciar a responsabilidade do Governo e da sua política «pela agudização dos conflitos».

A seguir, Carlos Carvalhas debruçou-se sobre a «manobra» que pretende atribuir ao PSD e CDS-PP o «mérito da oposição»: «São hoje patentes as dificuldades que o Governo enfrenta, o descontentamento que a sua política suscita, e o muito menor crédito que merecem as promessas do Primeiro-Ministro feitas em hora de aflição.

Mas é também uma evidência que já se desenha uma manobra que consiste em aqueles mesmos que há poucos meses andavam ainda inebriados e compreensivos com a política do Governo do PS, e agora já não o podem fazer porque o clima social é outro, passem agora não apenas a atribuir ao PSD e ao CDS-PP os principais méritos de oposição ao Governo, mas também a reduzir «a oposição» a esses dois partidos de direita, como se o PCP não existisse.

Nós não queremos ser desagradáveis com ninguém, mas um pouco mais de respeito pela verdade e um pouco menos de preconceito não fariam mal a algumas opiniões publicadas.

Não seria um golpe de ilusionismo que o PSD e o PP, que nos últimos cinco anos viabilizaram os aspectos centrais da política de direita do PS fossem considerados agora a grande oposição ao PS?

Era só o que faltava que o CDS-PP que há três meses viabilizou o Orçamento de Estado do PS, o Orçamento de Estado que recusou a necessária reforma fiscal mas continuou a dar centenas de milhões de contos de benesses fiscais ao grande capital e à especulação financeira, fosse agora apresentado como a grande oposição dedicada à defesa dos mais pobres e desmunidos.

Era só o que faltava que o PSD e o PP, que conseguiram passar cinco anos seguidos sem terem uma palavra sobre os salários dos trabalhadores ou sobre os seus direitos, só porque oportunisticamente procuram apanhar um comboio que por vontade deles nunca teria arrancado, fossem agora apresentados como os grandes e principais campeões da defesa dos interesses do mundo do trabalho.

Nós não vimos reclamar nenhum monopólio mas apenas que seja dado o seu a seu dono.

E, para isso, basta perguntar: alguém sabe o que é feito da concretização das famosas promessas eleitorais que o PSD estampou em grandes cartazes na última campanha eleitoral? Alguém sabe que é feito da luta do PSD pela redução de 10% no IRS, dos 40 contos para as pensões mínimas, dos 300 contos para cada agricultor? Não, ninguém pode saber por que tudo foi esquecido.

PCP é a oposição

Em contrapartida, qualquer cidadão pode perguntar ao PCP: que é feito das propostas e compromissos eleitorais do PCP para a elevação do salário mínimo nacional, para uma significativa melhoria das pensões de reforma, para o regresso para os 62 anos a idade da reforma das mulheres, para a gratuitidade dos livros escolares, para a redução dos gastos com medicamentos, para a protecção das mulheres vítimas de violência, para uma nova política de tratamento e reinserção social dos toxicodependentes e por aí fora? Qualquer cidadão pode perguntar e o PCP tem uma resposta clara e verdadeira: todas essas - e muitas outras - boas propostas e compromissos do PCP foram convertidos em projectos de lei entregues na Assembleia da República, onde continuamos a batalhar para que sejam aprovados como é justo e necessário.

Aqueles que, fugindo da realidade como o diabo da cruz, se aplicam a querer ignorar o destacado papel do PCP e da sua intervenção, têm um objectivo político muito preciso: dificultar que as mudanças de opinião e de futura opção eleitoral se façam para o PCP e favorecer para que se façam para a direita, porque assim mudariam as caras, mas salvar-se-ia sempre a política de direita. Tudo isto debaixo do grande propósito de manter o país eternamente amarrado à cansada alternância entre o PS e o PSD, quando o que faz falta é fazer e romper caminho para uma política de esquerda e para uma alternativa de esquerda, só possíveis com o crescente reforço do PCP. E por isso procuram valorizar o PP e o Portas, bem assim como a intervenção do PSD no último debate na Assembleia da República.»

Por fim, apontando a política de que Portugal precisa, o secretário-geral do PCP diz que é de «dar mais força aos ideais e valores de esquerda e dar mais apoio ao PCP, não apenas como trincheira de protesto e de resistência, mas como grandes alavancas de mudanças reais e como força real para pesar e contar na evolução e na marcha dos acontecimentos e das soluções políticas necessárias ao País».



A Assembleia definiu as prioridades para a acção do Partido no concelho

1.ª Assembleia de Massamá

Freguesia jovem com problemas velhos

A organização do PCP na freguesia de Massamá realizou, no princípio de Maio, a sua 1.ª Assembleia que analisou os problemas com que a população se confronta e a acção dos eleitos comunistas na Junta e Assembleia de Freguesia, definiu as linhas de orientação para a actividade do Partido e elegeu a nova Comissão de Freguesia, constituída por sete elementos, dois dos quais mulheres.

A Freguesia de Massamá, criada em Julho de 1997 a partir da anterior freguesia de Queluz, conta com cerca de 30 mil habitantes e, apesar de jovem, herdou da anterior freguesia os problemas resultantes da desenfadada «política do betão» levada a cabo pela Câmara de Sintra, vivendo, nestes últimos anos,

numa situação de ruptura ao nível das comunicações rodoviárias.

Existem, porém, muitos outros problemas na freguesia, como sejam a inexistência de um Centro de Saúde, de uma esquadra da PSP, de Secção de Finanças, de Cartório Notarial e de Conservatória do Registo Predial, ou uma rede pré-escolar manifestamente insuficiente e a ausência total de espaços culturais.

Entretanto, a Junta de Freguesia, de maioria PS, tem pautado a sua acção pela completa submissão aos ditames da Câmara de Sintra, pela prepotência, pela sonegação de informação à CDU e pela interferência constante nos pelouros que lhe foram atribuídos.

Por seu lado, a CDU tem sistematicamente colocado e debatido os problemas que mais afectam a população, procurando sempre contribuir para a sua resolução. Mas os comunistas querem mais e propõem-se intensificar a sua acção, conferindo-lhe nomeadamente ainda mais competência, eficácia e transparência. Vão, ainda, dinamizar o contacto dos seus autarcas com as populações, criar um Comissão Autárquica para articular o trabalho nesta área, promover uma constante informação às populações e continuar a actuar na Junta e na Assembleia de Freguesia para a resolução dos problemas.

No decurso dos trabalhos, a 1.ª Assembleia de Massamá analisou ainda os avanços e

insuficiências da organização do Partido, propondo-se, entre outras medidas, proceder ao recrutamento de novos militantes, ao alargamento da actividade do Partido a outros sectores e camadas da população, à realização regular de plenários e à responsabilização de novos quadros pelas diversas tarefas.

Por fim, foi aprovada por unanimidade um caderno reivindicativo, onde o PCP coloca as exigências que considera essenciais para garantir «o salto qualitativo» da população de Massamá, que passam pela resolução dos problemas das acessibilidades, da educação, cultura e desporto, da criação de espaços verdes e de lazer, do ambiente e da dinamização das actividades económicas.

Emigrantes portugueses na Suíça

Queremos uma participação activa

e é nessa perspectiva que trabalhamos pela integração

Entrevista com Manuel Beja

• Lígia Calapez – texto • Sérgio Morais – fotos

Residente há já 25 anos na Suíça, Manuel Beja é um veterano da emigração. Sindicalista, coordenador do Conselho das Comunidades Portuguesas, duas vezes cabeça de lista da CDU, conhece como os dedos da mão as realidades e problemas dos emigrantes portugueses. Coincidindo com o referendo de dia 21, de que aqui damos também notícia, o «Avante!» teve oportunidade de conversar com Manuel Beja. Uma breve entrevista em que se traça o esboço de um retrato da comunidade portuguesa na Suíça. Os seus problemas, realizações e expectativas.

«Avante!» - Poderíamos começar por dar uma ideia do que é a emigração portuguesa na Suíça.
Manuel Beja - O grande desenvolvimento da emigração portuguesa na Suíça fez-se entre os anos 80 e 90. A partir dos anos 90, como consequência da crise económica, uma grande parte dos primeiros emigrantes regressou a Portugal. Hoje a emigração portuguesa é constituída por novos emigrantes, mas também com uma boa percentagem ligada à segunda geração de emigrantes portugueses. Filhos dos primeiros heróis emigrantes.
E que ainda se assumem como emigrantes, ou não?
É difícil de dizer. Penso que a comunidade portuguesa na Suíça menosprezou um pouco o trabalho em relação à juventude.

Preocupámo-nos pouco em inserir esses jovens emigrantes no quadro da comunidade. Fizemos um extraordinário trabalho de desenvolvimento de todas essas estruturas da comunidade portuguesa que são hoje ainda bem reais – o movimento associativo, as comissões de país, os clubes – mas cometemos o erro de não trabalhar com a juventude. E neste momento o associativismo está em crise exactamente porque não há novos quadros, novos valores, que venham dar seguimento ao trabalho que a primeira geração de emigrantes iniciou.

Há alguma perspectiva de se conseguir recuperar, nessa área?
Há algumas experiências locais, ligadas a algumas associações, que têm o seu interesse, o seu significado. Procuram ligar os jovens aos grupos de folclore, ao desporto. Incentivá-los a participar em algumas actividades de carácter popular. Mas nas estruturas organizativas das associações os jovens estão muito pouco representados. Fala-se em constituir uma comissão ou uma associação para a juventude. Penso que seria importante.

Em síntese – o que é hoje a comunidade portuguesa na Suíça?
De alguma forma, o seu retrato.
Existem na Suíça aproximadamente 150 mil portugueses residentes. Cerca de 95 mil activos. Por volta de 38 mil têm menos de 15 anos. É uma emigração muito, muito jovem. As profissões a que esses trabalhadores portugueses se dedicam são, em primeiro lugar, a hotelaria, com cerca de 24 mil trabalhadores. Depois vem a construção, ainda numa segunda posição, com 18 mil. Segue-se a indústria – metalurgia.

“Integração não é limitarmo-nos a pagar os impostos, trabalhar, e depois um dia regressar, sem sabermos sequer os direitos que temos”

muitas. Nessa altura procurou-se criar duas estruturas de topo que funcionaram na altura e até bem no sentido de coordenar as actividades associativas. Infelizmente desapareceram, porque o próprio movimento associativo não lhes deu o apoio necessário para que pudessem desenvolver um trabalho mais adequado. Neste momento movimento associativo português na Suíça está a atravessar uma grande crise.
Com que tipo de apoios o movimento associativo gostaria de contar?
O Estado português promete-nos muitas vezes apoios financeiros – aliás escassos. Mas não é isso propriamente que se pretende. Mas outro tipo de apoios, como o envio de delegações culturais, de pessoas que venham desenvolver, junto das comunidades, um trabalho de dinamização cultural, no campo do desporto, no campo do folclore, no campo do teatro, nas próprias reuniões. São estas iniciativas que interessam. E ao mesmo tempo haver junto dos consulados

O comércio. Os serviços de limpeza. A agricultura (entre 8 e 9 mil portugueses – temporários e residentes). Nota-se, nestes últimos três/quatro anos, uma passagem das profissões tradicionais para profissões mais liberais – como é o caso do comércio, dos serviços, dos seguros, dos bancos. Há um passo que está a ser dado, mais pela juventude. Esta mudança tem a ver com uma nova emigração ou com formação profissional de quem já lá está?
Em primeiro lugar, tem a ver com a segunda geração de emigrantes. Por outro lado, há emigrantes da primeira geração que se dedicaram a aprofundar a sua formação profissional e que pretendem estar na Suíça, mas de uma forma mais valorizada – com melhores salários, maior estabilidade.

Isso é bastante interessante. Aliás, neste momento está a decorrer na Suíça, por iniciativa da Comissão Federal de Estrangeiros, com o apoio do Conselho das Comunidades Portuguesas e da embaixada de Portugal em Berna, uma iniciativa no sentido de mobilizar os jovens para a formação profissional, para a sua aprendizagem, e os adultos para a formação contínua, para a sua valorização profissional e também pessoal. É um bom trabalho que está a ser feito e, certamente, irá dar bons frutos nos próximos anos.
Como é que a comunidade portuguesa está organizada?
Na Suíça contam-se mais de 200 associações e outras colectivas portuguesas. Temos também alguns órgãos de comunicação social, rádios e jornais da emigração. É importante focá-los porque têm uma função de relevo junto dos nossos compatriotas.

Depois, há uma estrutura de topo – o Conselho das Comunidades Portuguesas –, que na minha opinião desenvolve, neste momento, um trabalho positivo. A evolução do movimento associativo português na Suíça dá-se no começo dos anos 80. Foi um salto extraordinário. As poucas associações viram-se de súbito transformadas em

de das embaixadas um dinamizador cultural ou associativo que poderia dar o apoio necessário ao trabalho associativo, nomeadamente para que as acções culturais tivessem melhor qualidade. Que perspectivas?
Penso que neste momento existem algumas associações que estão a levar estes problemas muito a sério e pretendem formar os seus quadros, trazer a juventude, e dar melhor qualidade às suas actividades culturais. Existem ideias e correntes neste sentido no movimento associativo. Infelizmente ainda são poucas.

O Conselho das Comunidades Portuguesas na Suíça apoia essa tendência para que algo mude. No próximo mês de Setembro, durante a Convenção da comunidade portuguesa na Suíça, que será organizada pelo Conselho, um dos temas centrais será o movimento associativo português. Os dirigentes associativos irão então debater entre si novos métodos de trabalhos. Vamos investir mesmo muito nesta área – em ideias, em energia – para que se abram novas perspectivas para o movimento associativo português.

Nesta convenção, que outros temas importantes irão ser abordados?
Formação profissional, associativismo, o ensino da língua e da cultura portuguesa, os assuntos consulares e a integração. São tudo temas que iremos debater durante dois dias. Numa primeira fase, fazemos os diálogos com a comunidade. Começamos no Ticino, segue-se Zurique, depois em Geneve. E a culminar este processo teremos a convenção. Todas as forças políticas com acento na Assembleia da República e todas as entidades oficiais serão convidadas a estarem presentes e a ouvir.

Que outros problemas se colocam actualmente aos emigrantes portugueses?
Outros problemas que se colocam actualmente também na Suíça e em que a comunidade portuguesa está particularmente envolvida, são as questões salariais e as lutas pelos direitos dos trabalhadores, pelos postos de trabalho. Existem neste momento várias frentes de luta. Na construção, pelo cumprimento dos contratos colectivos de trabalho e no sector da hotelaria – com cerca de 24 mil portugueses – por melhores salários. Vamos investir toda a energia no sentido de uma melhoria salarial. Até ao fim do ano teremos mesmo muitas lutas salariais. E também por direitos sociais.

Uma outra área de luta – a nível da política dos estrangeiros, entrará em debate a revisão da lei dos estrangeiros. Com o sim do povo suíço, no dia 21 de Maio, a revisão da lei dos estrangeiros não nos diz directamente respeito directo, mas vai afectar as pessoas que vêm de outros países que não da União Europeia. De qualquer forma vamos confrontar-nos com essa realidade. Provavelmente iremos também confrontar-nos com uma proposta de um referendo nacional, apresentada pelo Partido Popular Suíço, provavelmente em Setembro, para impor limites à população estrangeira na barra dos 18%. Hoje a população estrangeira na Suíça está próxima dos 20%. Vai ser uma luta muito difícil.

“No próximo mês de Setembro, durante a Convenção da comunidade portuguesa na Suíça, um dos temas centrais será o movimento associativo português”

Temos ainda que criar condições para que seja feita uma amnistia aos trabalhadores ilegais que se encontram na Suíça. Qual o trabalho desenvolvido pelo Conselho das Comunidades?
Já se fizeram, por exemplo, encontros sobre o ensino da língua e cultura portuguesa, de que resultaram documentos que foram enviados para o governo português, para a Secretaria de Estado de Emigração e para outras instituições. Por outro lado, tem vindo a desenvolver-se um trabalho de diálogos com a comunidade.

O primeiro encontro foi em Ticino, onde há uma comunidade de cinco mil portugueses. No encontro aberto à comunidade foram debatidos temas bastante interessantes. Foi-nos entregue uma petição pela abertura de um consultório consular. Aprovou-se também uma moção no sentido de que a RTP1 venha a promover uma emissão especial sobre a entrada em vigor do acordo bilateral entre a Suíça e a União. Fizemos uma análise à situação do movimento associativo português na Suíça. Daqui também partiu o impulso para que no próximo Outono venha a criar-se no Ticino – e assumimos essa responsabilidade – um curso para dirigentes associativos, procurando também trazer os jovens para esses cursos.

Nós defendemos uma integração que não seja só administrativa. Queremos uma integração que não seja a pensar apenas nas empresas, no interesse do capital. Queremos sim uma integração a pensar nos interesses das pessoas. De entre os projectos de integração que vão aparecendo, alguns vão no sentido de ajudar as pessoas a integrarem-se na sociedade de residência. Mas outros visam apenas que o emigrante aprenda rapidamente as línguas nacionais – que aprenda bem e depressa o alemão, por exemplo, para que os suíços o entendam, para que as empresas o entendam, para que os próprios funcionários do Estado o entendam, e não mais do que isso. O Partido Liberal chegou mesmo a apresentar um projecto no sentido de um controlo regular do conhecimento da língua por parte dos emigrantes. O estrangeiro seria assim tratado como um automóvel... – de X em X anos vai à revisão...

Um outro projecto, que teve uma enérgica oposição, defende a ideia de que os cursos de língua e cultura de origem não fazem sentido nem o Estado suíço os deve apoiar. Porque o futuro é o inglês... Estes projectos obrigam a que da nossa parte, da parte do emigrante e sobretudo da parte das pessoas que estão mais envolvidas neste processo de luta pelos



Vai realizar-se, até ao final do ano, uma série de reuniões em que será discutido o futuro da Comissão Federal de Estrangeiros e do seu projecto de integração das várias comunidades, para além dos apoios financeiros do Estado suíço às comunidades. Nós defendemos uma integração que não seja só administrativa. Queremos uma integração que não seja a pensar apenas nas empresas, no interesse do capital. Queremos sim uma integração a pensar nos interesses das pessoas. De entre os projectos de integração que vão aparecendo, alguns vão no sentido de ajudar as pessoas a integrarem-se na sociedade de residência. Mas outros visam apenas que o emigrante aprenda rapidamente as línguas nacionais – que aprenda bem e depressa o alemão, por exemplo, para que os suíços o entendam, para que as empresas o entendam, para que os próprios funcionários do Estado o entendam, e não mais do que isso. O Partido Liberal chegou mesmo a apresentar um projecto no sentido de um controlo regular do conhecimento da língua por parte dos emigrantes. O estrangeiro seria assim tratado como um automóvel... – de X em X anos vai à revisão... Um outro projecto, que teve uma enérgica oposição, defende a ideia de que os cursos de língua e cultura de origem não fazem sentido nem o Estado suíço os deve apoiar. Porque o futuro é o inglês... Estes projectos obrigam a que da nossa parte, da parte do emigrante e sobretudo da parte das pessoas que estão mais envolvidas neste processo de luta pelos

Um marco histórico

No domingo passado, dia 21, todas as atenções da comunidade portuguesa e das outras comunidades de emigrantes da Europa na Suíça estiveram focadas nos resultados do referendo. O que significa este referendo para a emigração portuguesa?
Penso que o dia 21 será um marco na história da emigração na Suíça.

Concretamente, no domingo passado, foi votado, em referendo popular, um acordo bilateral entre a Suíça e a União Europeia. Esse acordo bilateral centraliza-se em sete *dossiers* precisos como a agricultura, os transportes, as finanças, a investigação científica. Mas, aquilo que nos interessa particularmente a nós, emigrantes, é o *dossier* da livre circulação de pessoas e, em particular, a eliminação do estatuto de trabalhador temporário. O estatuto de trabalhador temporário é um estatuto discriminatório, porquanto obriga o trabalhador a permanecer apenas nove meses na Suíça, impede-o de ter junto de si os seus familiares, mulher ou filhos, não podendo ainda mudar de profissão nem de cantão.

Como se irá concretizar esta mudança?
A eliminação deste estatuto discriminatório será feita gradualmente. Os antigos ou os actuais trabalhadores temporários têm a possibilidade de obter uma autorização de residência anuais. Passam assim a ser integrados no esquema de mercado e de residência da Suíça a um ritmo de 15 mil autorizações anuais.

Os novos emigrantes para a Suíça irão com um contrato de curta duração (mínimo de seis meses), mas já têm a possibilidade de ter junto de si a família, os filhos. Têm a possibilidade de mudar de cantão e de profissão. Uma mudança que se deve também às lutas que temos vindo a desenvolver nestes últimos anos. O estatuto de trabalhador temporário tem cerca de 60 anos, e desde então que os sindicatos, as igrejas, as instituições dos emigrantes, os próprios partidos de esquerda, lutam para que esses estatuto tenha o seu fim.

Com o sim do povo suíço ao acordo bilateral iniciamos uma nova vida. Passará a haver um antes e um depois do 21 de Maio. Será uma data marcante em todo este fenómeno da emigração na Suíça.

Este acordo não poderá trazer consigo alguma consequência menos positiva ou mesmo negativa?
Temos de facto algumas preocupações, nomeadamente na área sindical. Por isso mesmo se negociou com o governo suíço um bloco de medidas de acompanhamento ao *dossier* da livre circulação de pessoas. Para evitar um *dumping* salarial e social. Esse bloco de medidas visa fundamentalmente dois objectivos: um salário mínimo nacional que, segundo os sindicatos, não deve ser inferior a três mil francos mensais; o cumprimento dos contratos colectivos de trabalho e a exigência de controlo da contratação colectiva junto das empresas. Trata-se de garantir condições de vida para os trabalhadores que estão na Suíça e para os novos emigrantes. Foi uma proposta dos sindicatos suíços, onde há aliás uma grande influência de emigrantes. Por exemplo, no sindicato em que me encontro e do qual sou secretário e responsável da mão-de-obra portuguesa a nível nacional – o Sindicato da Construção e Indústria –, cerca de 70% dos trabalhadores filiados são estrangeiros. Cerca de 15 mil associados são de origem portuguesa.

Regresso dos Julgados de Paz?

• Odete Santos

« Para quem suportar a lentidão da Justiça »
Shakespeare, Hamlet, Acto III, Cena I

Quando for publicada a presente edição do jornal «Avante!» já a Assembleia da República terá realizado o colóquio sobre «Julgados de Paz» marcado para o dia 23 de Maio. Colóquio para o qual contribuiu de uma maneira especial, o Partido Comunista Português.

De facto, foi a apresentação dos Projectos de Lei do Partido Comunista Português, instituindo na orgânica Judiciária portuguesa estes Tribunais, que deu origem à «mobilização» da Assembleia da República e do Governo, em torno do estudo daquilo que deve constituir uma verdadeira Justiça de proximidade.

Uma delegação do Ministério da Justiça na qual foi integrada a representação da Comissão de Assuntos Constitucionais Direitos Liberdades e

institucionalizada clássica da carga da pequena conflitualidade que enxameava os Tribunais.

Os Juizados especiais do Brasil, bem como os Juízes de Paz na Itália, são um bom exemplo de adaptação da carta judiciária à urbanização acelerada, à multiplicação da conflitualidade.

Os Julgados de Paz podem vir a colmatar o défice da Justiça na resposta aos cidadãos, tanto quanto à sua morosidade como quanto à atenção devida aos problemas que afligem os cidadãos. E dos quais, assoberbada com a multiplicação do volume processual, se vem distanciando a Justiça de figurino clássico.

Por toda a Europa, esta Justiça convive com problemas idênticos.

Disso nos falam o Relatório Woolf (1996) no Reino Unido, e o Relatório apresentado ao Senado Francês pela

missão do Senado que analisou a realidade inglesa. E na Espanha o Livro Branco da Justiça. Por toda a Europa se buscam alternativas à resolução litigiosa dos conflitos. E a exigência de uma Justiça de proximidade leva ao reforço da figura do



Garantias da Assembleia da República, atribuída com Justiça ao PCP, deslocou-se entretanto ao Brasil e à Itália, para tomar contacto com o que, naquele país, se chamam Juizados Especiais, e na Itália, Julgados de Paz. O Ministro da Justiça já se declarou interessado na instituição dos Julgados de Paz...

Assim, parece que vão estar de regresso os Julgados de Paz, que, criados no século XIX pelos liberais, viriam a ser extintos durante o fascismo.

Desde então, gorou-se uma tentativa (em 1979) para reintroduzir na Organização Judiciária Portuguesa, ainda que com nova fisionomia, a figura do Juiz de Paz. Seria o PSD a desferir o golpe de misericórdia no Decreto-Lei nº 539, recusando a sua ratificação.

A última revisão constitucional, consagrando a possibilidade de criação de julgados de paz, veio dar voz mais audível aos que reclamavam uma Justiça próxima dos cidadãos, uma Justiça desburocratizada, mais sensível aos problemas conflituantes na sociedade.

Assim, pode, com razão, esperar-se uma verdadeira revolução na máquina judiciária, se houver vontade política para investir na Justiça de proximidade que corresponda às aspirações dos cidadãos.

E espera-se, fundadamente, que os Julgados de Paz contribuam para debelar a morosidade da Justiça.

De facto, nos dois países visitados (Brasil – Estado de S. Paulo e Itália) os Julgados de Paz vieram colocar à disposição dos cidadãos formas expeditas de resolução de alguns litígios, aliviando a Justiça

Juiz de Paz, nos sítios em que conseguiu resistir à destruição (caso da Holanda).

Na França, em 1958, os Julgados de Paz (criados pela Revolução Francesa) que eram cerca de 2000, foram substituídos por apenas 437 Tribunais de Instância. Mas a França regressa agora à Justiça de proximidade. Uma Lei de 1998 cria as Casas da Justiça e do Direito.

Reconhecendo a distanciação da Justiça em relação aos cidadãos, o legislador francês, tornou possível a criação daquelas Casas, «assegurando uma presença judiciária de proximidade», lugar privilegiado de mediação e de conciliação. Incluindo a mediação penal para os litígios quotidianos (conflitos entre vizinhos, pequenos furtos, danos, cheques sem provisão, falta de pagamento de pensões alimentares, incumprimento de decisões de regulação do Poder Paternal).

A Espanha repensa o seu sistema de Julgados de Paz afectado sobretudo pela falta de verbas dos Ayuntamientos, a cargo de quem se encontra esta Justiça.

O Projecto do PCP surge assim, no momento certo e com o rumo certo. A judicialização de muitos conflitos resultantes de uma Democracia inacabada, espera da Justiça que ela seja a redentora da Democracia.

Mas a Justiça formal, de figurino clássico, não pode responder a toda a judicialização do social.

Novas formas informais de resolução de conflitos, entre as quais se encontram os Julgados de Paz, podem trazer à Justiça a serenidade necessária ao acto de julgar. E a serenidade de quem recorre à Justiça.

Parlamento debate diplomas sobre a organização do Ensino Superior

Governo

«arruma mal a casa»

Desde há muito que se reclamam medidas e respostas para os graves problemas do ensino superior. O Governo submeteu ao Parlamento uma proposta sobre a matéria. Um documento «decepcionante e tecnicamente inconsistente», disse o PCP, também autor de um diploma onde avança com soluções estruturantes.

«Muita confusão e alguma ausência de objectivos», assim caracterizou a deputada comunista Luísa Mesquita, desde logo, o próprio preâmbulo e a nota justificativa do diploma assinado pelo Executivo, que, tal como os do PCP e do BE, deverá ser hoje submetido à votação.

As alterações nele preconizadas, «de importância muito diversa e até contraditória», segundo as suas palavras, apontam para objectivos cuja concretização está entretanto dependente de inúmeros decretos-leis que o Governo se propõe aprovar mais tarde.

Criticado pela parlamentar do PCP foi igualmente o que considerou ser a tentativa de criar «um dispositivo de violação e de incumprimento» da Lei de Autonomia das Universidades e da Lei do Estatuto e Autonomia dos Estabelecimentos de Ensino Superior Politécnico.

A insistência na comparti-

mentação rígida do ensino superior em dois subsistemas – o universitário e o politécnico – mereceu também séria

O Governo mantém uma visão economicista e a tendência para a desresponsabilização do Estado

as reservas de Luísa Mesquita. Em sua opinião esse sistema binário encerra o propósito de «promover uma imagem desnivelada, traduzindo-a numa clara diferenciação social, em que o politécnico surge com um ensino superior de segunda escolha, onde quase não se pratica a investigação».

Preocupante na proposta do Governo, e por anunciada como pretendendo «arrumar a casa», é ainda a visão economicista e a tendência para a desresponsabilização do Estado, de que é exemplo a consagração da possibilidade do ensino privado ser substitutivo do ensino público.

Na perspectiva de Luísa Mesquita, o Governo não esteve igualmente bem no que se refere ao conceito de «rede pública». Em vez de constitu-

ir «uma malha de articulação, coordenação e cooperação» entre os estabelecimentos de ensino superior público de uma dada região, observou, optou por uma «modalidade burocrática, centralista e governamentalizada da definição dos estabelecimentos, áreas e níveis de formação a quem é reconhecido o direito de existência».

Reiteradas por Luísa Mesquita no decorrer do debate foram, entretanto, algumas das ideias por si classificadas de «estruturantes» que conformam o projecto de lei do PCP.

Lembrou concretamente o papel central assumido pelo sistema público neste sector de ensino, reafirmando, por outro lado, no que respeita às componentes universitária e politécnica, que a opção pela integração dos actuais subsistemas «deveria proporcionar soluções organizativas diferenciadas, conteúdos científicos e modelos pedagógicos muito diversos e modalidades distintas de formação, garantindo que seja o respeito por regras gerais que assegurem a qualificação profissional e a comparabilidade académica a nível nacional e internacional».

A eliminação do *numerus clausus* e a gratuidade da formação inicial a nível superior constituem ainda dois princípios basilares inscritos no projecto comunista.

PCP critica passividade do Governo Portugueses nos EUA sob a ameaça de deportação

O Grupo Parlamentar do PCP criticou duramente o que considerou ser a «passividade» do Governo perante o «drama gritante» que atinge os portugueses emigrados nos Estados Unidos da América que estão sob a ameaça de repatriamento.

Estão nestas condições mais de 300 cidadãos luso-descendentes, pertencentes sobretudo à comunidade açoreana, que assim a qualquer momento poderão vir a juntar-se às várias centenas que nos últimos anos foram alvo daquele medida.

A questão foi levantada pelo deputado comunista Rodeia Machado, numa interven-

ção proferida na passada semana, no decorrer da qual verberou ainda as autoridades americanas por «usarem a deportação para resolver problemas sociais que são criados dentro da própria sociedade americana».

Grave ainda, do seu ponto de vista, é que não seja conhecida qualquer posição assumida pelo Executivo de António Guterres junto dos EUA no sentido de reclamar a «retirada da legislação daquele país de normas que atentam contra direitos humanos, separam famílias e criam situações verdadeiramente dramáticas».

Numa abordagem

aos problemas que afectam as comunidades portuguesas espalhadas pelo mundo – que motivou aliás esta sua intervenção no período antes da ordem do dia – Rodeia Machado deteve-se ainda sobre a eleição do Conselho Permanente do Conselho das Comunidades Portuguesas. Reiterou nomeadamente a sua estranheza quanto à falta de verbas invocada pelo secretário de Estado das Comunidades para a realização de uma reunião mundial destinada a eleger o referido Conselho Permanente.

Não menos grave, no entender do deputado comunista, foi ainda a deci-

são daquele membro do Governo de escrever aos conselheiros solicitando-lhes informação sobre a forma como gostariam de realizar a eleição, chegando mesmo a propor o voto por correspondência, tudo ao arrepio da lei.

«O que o secretário de Estado tem que fazer é cumprir a lei e convocar uma reunião mundial para eleger o Conselho Permanente», frisou Rodeia Machado, que criticou igualmente José Lello por não ter ainda arranjado tempo para ir ao Parlamento para discutir esta e outras questões, como o PCP solicitou em requerimento há mais de um mês.

A resposta do Governo à crise e ao protesto popular

Promessas e «ciberpaleio»

A situação política nacional esteve em debate no Parlamento. Para o Governo, que o propôs, esta era a oportunidade por que aguardava para retocar a debilitada imagem. A operação não resultou.

Dando razão à recente vaga de protesto popular, demonstrado foi que o Executivo PS não tem resposta para os problemas dos trabalhadores e do País. Claro está que não era este o desfecho que o Governo esperava. Anunciando-o com o intuito de proceder à análise da «situação política no País e a estratégia do Governo para Portugal», no fundo, o objectivo visado – e isso foi indistigável – era que o debate pudesse, isso sim, ser uma peça inserida na «estratégia de salvação do Governo».

As razões da crise

Mas o que é facto é que as coisas não correram de feição para o Primeiro-Ministro, de tal modo que, sentindo-se inseguro e encurralado, numa fuga para a frente, parece não lhe ter restado outra alternativa que não fosse a de se refugiar numa nova geração de promessas. Do não aumento de com-

bustíveis ao apoio às famílias jovens, da instalação da internet nas casas dos portugueses à criação de programas no domínio da saúde, houve promessas para todos os gostos.

Mas pouco mais sobrou das suas intervenções no debate, onde, aliás, não conseguiu esconder um certo nervosismo e alguma dose de arrogância.

Quanto às questões substantivas que marcam a actualidade política, designadamente as «causas reais da movimentação e do protesto social», para as quais o secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas, suscitou a reflexão, essas, não motivaram qualquer sinal de preocupação por parte de António Guterres.

Falta de realismo

Numa clara expressão de autismo, evidenciou uma teimosia em não querer ver a realidade. E foi essa falta de realismo na análise da situação do

País, que, provavelmente, o leva a rejeitar e a não compreender as razões que estão na origem da onda de protesto social.

Porque o descontentamento social e o desencanto que atravessa crescentes sectores e camadas sociais, contrariamente ao afirmado pelo Primeiro-Ministro, não reside num problema de comunicação entre o Governo e o povo.

É que se há movimentação social, greves, manifestações, estudos de opinião que evidenciam o descrédito do Governo e a sua queda de popularidade, então, como salientou o líder parlamentar comunista, Octávio Teixeira, «não é possível escamotear que o descontentamento popular é com o Governo e contra as suas políticas».

Insensibilidade social

E foi esta, verdadeiramente, a questão incontornável e de fundo que a bancada comunista colocou no centro do debate. Que a «crise não se resolve com mais e mais promessas», como sublinhou Octávio Teixeira, e muito menos seja possível iludi-la com a retórica dos discursos, em que o Governo é exímio, ou imputando a causas externas a responsabilidade pelos problemas.

«O descontentamento e o protesto sociais só poderão ser ultrapassados se for invertida a insensibilidade social do Governo que se recusa a dar satisfação às reais preocupações e dificuldades dos trabalhadores», sustentou o presidente da formação comunista, depois de ter acusado o Executivo PS de não ter políticas que dêem resposta às preocupações, reivindicações e aspirações dos portugueses.

Exemplos concretos desta realidade deu-os ainda Octávio Teixeira ao lembrar, dirigindo-

-se a Guterres, a questão da actualização salarial exigida pelo PCP face aos aumentos dos combustíveis: «os trabalhadores pedem a reposição do poder de compra, V. Exa respondeu-lhes com a Internet e ciberpaleio; enquanto lhe promete ciberaumentos no futuro, tirá-lhes agora poder de compra». E concluiu: «o máximo que lhe promete, e a prazo, é o congelamento dos salários reais no

ano corrente». Esta mesma questão dos aumentos salariais serviu ainda para a bancada comunista pôr em evidência o que, do seu ponto de vista, continuam a ser as opções de classe do Governo em favor do capital. Guterres invocara os riscos de a inflação subir, induzida, alegadamente, por novos aumentos salariais. «Só conhece a inflação pelos custos... salariais», observou, com ironia, Octávio Teixeira, «o que mostra a cartilha ideológica em que assenta a política governamental».

Carlos Carvalhas «É tempo de mudança»

As críticas a António Guterres e ao seu Governo por ignorar os problemas dos trabalhadores e os crescentes protestos sociais marcaram a intervenção do Secretário-Geral do PCP, Carlos Carvalhas, que acusou António Guterres de se refugiar no marketing político para «tentar relançar a imagem».

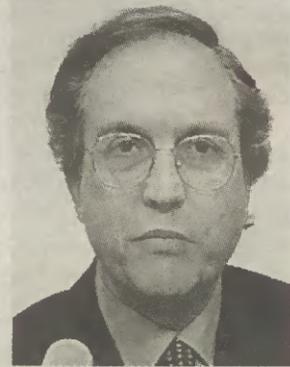
Referia-se o dirigente comunista à explicação dada pelo primeiro-ministro para o descontentamento popular, em recente entrevista à RTP, em que situou o problema do Governo numa questão de comunicação.

«O problema do país não é o preço do barril de petróleo, mas o eleitoralismo, que está na origem de o Governo não fazer uma efectiva reforma fiscal, ou que o impediu de aumentar os combustíveis antes da discussão do Orçamento do Estado», assinalou Carvalhas.

Responsabilizando o Governo «pelo actual clima de conflitualidade social», em parte devido à sua política de «dois pesos e duas medidas», o secretário-geral do PCP exigiu a mudança das orientações do Governo e do PS e a «substituição da política de direita por políticas económicas que tenham como objectivo o bem-estar dos trabalhadores».

«O país não pode continuar a esperar mais», reafirmou Carlos Carvalhas, para quem a «pedra de toque clarificadora da postura do Governo e das suas políticas é claramente evidenciada no leilão das empresas públicas que vão caindo nas mãos de estrangeiros e na chamada política de rendimentos e preços».

Lembrado pelo deputado comunista foi ainda o facto de o Governo não ter feito a «reforma fiscal por motivos eleitoralistas» e ter mantido neste orçamento «os escandalosos privilégios à banca e os benefícios fiscais às actividades financeiras e especulativas».



Tais opções, do seu ponto de vista, «puseram claramente a nu que para o Governo as pessoas não estão primeiro». «Primeiro – observou – estão os grandes interesses, a clientela governamental, o poder pelo poder.»

Carvalhas considerou ainda inaceitável a «insensibilidade do Governo» e, reportando-se à conflitualidade em matéria laboral, deu como exemplo de situação tipicamente intolerável a «arrogância manifestada pela administração do metropolitano», que, em sua opinião, «já deveria ter sido despedida sem apelo e sem agravo».

«O Governo que não se iluda. A retórica social não mascarará, não disfarçará para sempre a política neoliberal e as suas consequências», advertiu, antes de sublinhar que «é tempo de mudança», que, se não ocorrer, acentuará o «plano inclinado em que o Governo entrou».

500 anos depois

O Parlamento assinalou com uma sessão solene a passagem dos 500 anos da chegada dos portugueses ao Brasil. Ao acto assistiu António Carlos Magalhães, Presidente das Câmaras Parlamentares daquele país irmão. Falando em nome da bancada do PCP, João Amaral referiu-se à ocupação humana de muitos milénios que, cá como lá, dos dois lados do Atlântico, formou os povos e caldeou os países.

E nesse processo histórico, assinalou, há «momentos únicos e forças determinantes». E frisou a propósito: «Não seríamos, aqui em Portugal, este Portugal que somos se estas terras que chamamos nossas não tivessem feito parte do império romano. Também o Brasil não seria este que é se não fosse a viagem de Cabral e a colonização portuguesa.» Cinco séculos passados, moldadas que foram as identidades dos povos e países, «que não podem ser reescritas», como sublinhou João Amaral, vivemos hoje «as grandezas e misérias que marcam a espécie humana». «Há uma história de arte, beleza e cultura, como há uma história de domínio, sangue e guerra. Na mesma época, fez-se o comércio negroiro no hemisfério Sul e a inquisição no Terreiro do Paço», recordou.

Pensões degradadas

Vários projectos de lei, entre os quais um do PCP, que preconizavam a actualização das pensões degradadas dos trabalhadores da Administração Pública, foram inviabilizados no início do mês pelo PS. Em contrapartida, foi por este apresentado, quase em simultâneo, um projecto de resolução sobre a matéria. Não chegou todavia a ser votado, porque a isso se opuseram todas as restantes bancadas, face ao que entendiam ser a hipocrisia do comportamento do PS.

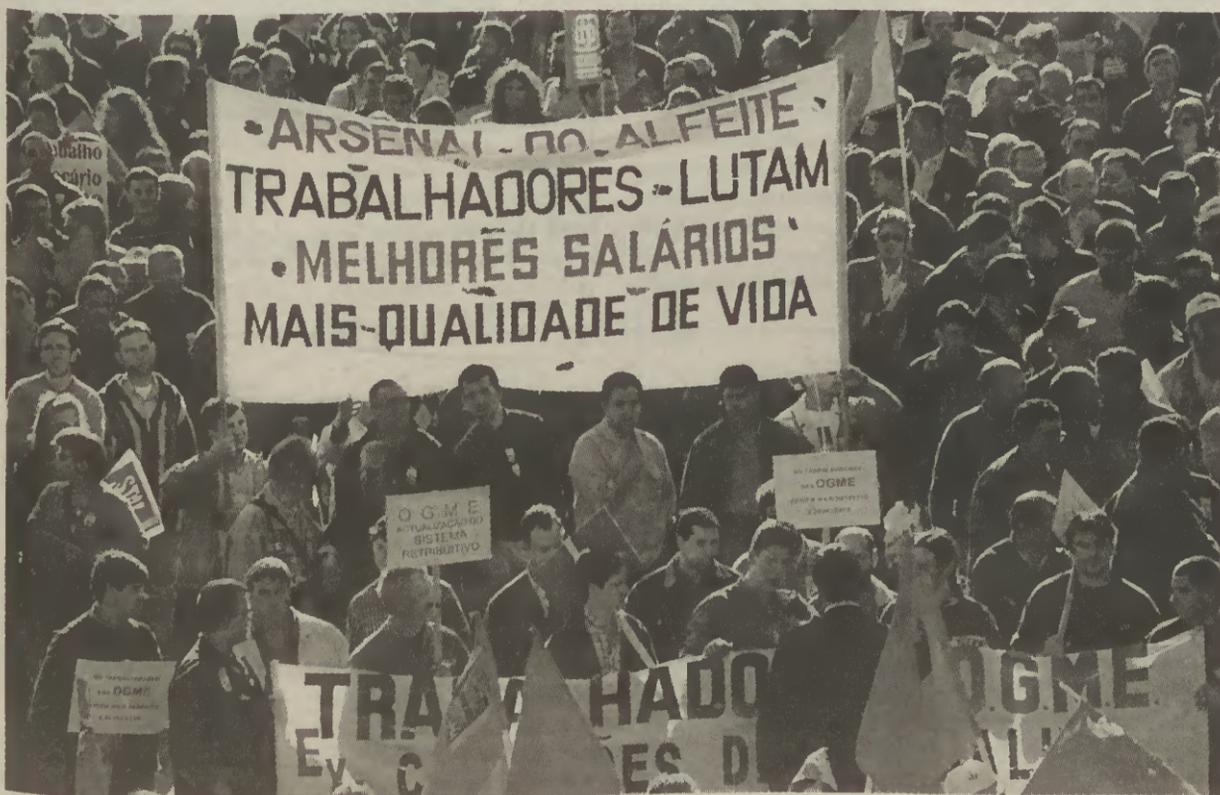
Entregue à última da hora, quando já se percebia que a bancada socialista não tinha argumentos para contrariar a gritante injustiça social em que vivem milhares de aposentados da função pública, o projecto de resolução foi visto como um artifício para tentar branquear a sua inexplicável atitude. Submetido à votação na semana transacta, o projecto de resolução passou agora com os votos favoráveis do PS e a abstenção de todos os outros partidos com assento parlamentar. Ao absterem-se, como explicam em declaração de voto, os deputados do PCP não quiseram dar «armas de arremesso» e pretextos a quem é responsável pela actual situação de injustiça. E por isso exigem que o Governo cumpra agora no prazo de 60 dias o que foi votado.

Desafio ao Governo

Sempre prometida e sempre adiada, a reforma fiscal voltou a ser tema em foco no debate. Perante as críticas do PCP, que pôs em relevo a brutal iniquidade do actual sistema, ao Primeiro-Ministro não restou alternativa que não fosse a de repetir a promessa. Com uma novidade: a de que até ao final da sessão legislativa apresentará no Parlamento a reforma relativa ao IRS.

Para que a promessa não volte a cair em saco roto, Octávio Teixeira lançou de imediato um desafio a Guterres: convencer a sua bancada parlamentar a prolongar os trabalhos da AR para além de 30 de Junho, pelo tempo necessário, por forma a que a proposta do Governo e o projecto de lei do PCP, já entregue, possam ser debatidos e votados. É que, sublinhou o líder parlamentar comunista, «só assim a reforma do IRS poderá ter efeitos já no Orçamento do Estado do próximo ano».

Ficamos todos a aguardar pela resposta.



O Governo finge não entender as causas do descontentamento social

Os piores salários da UE

Números divulgados na semana passada pelo Eurostat, instituto de estatísticas europeias, revelam que os salários médios dos portugueses continuam distantes dos restantes trabalhadores europeus. O rendimento do trabalho de um casal no sector da indústria em Portugal é de cerca de 146 contos líquidos mensais, enquanto um casal na Grécia, o penúltimo país da tabela, auferia mais do dobro, quase 300 contos mensais.

Embora estes números não levem em conta diferenças de custo de vida, tem vindo a aumentar a distância que separa os salários portugueses dos praticados na Grécia ou na Espanha, o que dá razão aos protestos dos trabalhadores contra os aumentos insignificantes impostos pelo Governo e por sectores patronais.

Igualdade das mulheres

O Parlamento Europeu aprovou um relatório sobre o seguimento dado à Plataforma de Pequim que aponta para a realização de uma nova conferência, daqui a cinco anos, tendo em vista avaliar os progressos das mulheres nas áreas da igualdade, do desenvolvimento e da paz.

O PCP, que votou favoravelmente a resolução, sublinhou como «fundamental que o Conselho, a Comissão e os Estados-membros façam tudo para combater a violência exercida contra as mulheres, seja ela a nível doméstico, no local de trabalho, na sociedade em geral ou nos conflitos armado».

Quotas leiteiras

Os pequenos produtores de leite exigem que o Governo aproveite as vantagens da presidência portuguesa da UE para renegociar as quotas leiteiras. Acusando-o de se ter deixado «ludibriar pelos outros parceiros comunitários», a Associação de Defesa dos Agricultores do Distrito de Braga exige que o executivo português assumira as suas responsabilidades e pague as penalizações que recaem sobre os agricultores que ultrapassaram as quotas.

Num comunicado à imprensa, a Associação reclama o aumento imediato da quota nacional, acordado para vigorar a partir de 2005, cujo valor representa um acréscimo à produção nacional de cerca de 20 mil toneladas.

A Associação decidiu ainda integrar as acções de protesto previstas para a próxima segunda-feira em Évora, junto ao local onde se realiza uma reunião informal de ministros da Agricultura dos Quinze.

A livre circulação de cidadãos é um dos sete acordos que irá facilitar a vida a milhares de emigrantes portugueses

Suíça abre portas à Europa

Mais de 67 por cento dos eleitores suíços votaram Sim ao aprofundamento das relações com a União Europeia.

Nos 26 cantões da Confederação Helvética, cerca de 47 por cento dos suíços acorreram às urnas no passado domingo para se pronunciarem sobre os acordos bilaterais com a União Europeia.

Apesar da forte campanha favorável ao sim, que juntou quase todos os partidos políticos, era grande a expectativa em relação ao resultado, tanto mais que ainda estava viva a memória de 6 de Dezembro de 1992, quando 50,3 por cento do povo suíço disseram não ao Espaço Económico Europeu, visto como um primeiro passo para a integração na Europa Comunitária.

Desta vez, porém, a vitória do sim foi inequívoca parecendo indicar que os suíços se deixaram convencer pelas importantes vantagens económicas proporcionadas pelos sete acordos negociados entre as partes ao longo dos últimos quatro anos. A este propósito basta recordar que a Suíça está situada no centro da Europa e que 60 por cento da sua produção global é exportada para os 15 países da UE.

Os acordos incluem a livre circulação de pessoas, transportes terrestres e aéreos, eliminação de obstáculos técnicos ao comércio, mercados públicos, investigação científica e a agricultura.

O 16.º membro da UE

Satisfeito com o referendo, o presidente da Comissão Europeia, Romano Prodi, considerou que «o resultado testemunha claramente a vontade do povo suíço de promover e desenvolver as relações com a UE».

A Suíça exporta 60 por cento da sua produção para os 15 países da UE

O momento foi aproveitado ainda pela Comissão Europeia para voltar a expressar o seu desejo de acolher a Suíça como 16.º membro da União. Na segunda-feira, o comissário europeu responsável pelas Relações Externas, Chris Patten, sublinhou que a Suíça é «um país de enorme importância» para a União e que espera que os acordos possam entrar já em vigor durante o próximo ano. Antes disso, é necessário que os parlamentos dos Estados-membros ratifiquem os acordos alcançados.

Por seu lado, o governo suíço (Conselho Federal), embora satisfeito com a vitória do Sim, afirmou que a reactivação do pedido de adesão da Suíça à UE não está prevista para já. «O povo suíço devia responder a uma só pergunta e disse que sim unicamente aos acordos bilaterais», disse o conselheiro federal Pascal Cou-



Os suíços renderam-se aos argumentos da forte campanha pelo Sim

chepin, chefe do Departamento de Economia. Outro conselheiro federal, Joseph

Deiss, igualmente citado pela Lusa, afirmou que a adesão da Suíça à UE conti-

nua a ser um objectivo a longo prazo, pouco provável antes de 2003.

Emigrantes seguem aplicação do acordo

Na Suíça residem e trabalham cerca de 135 mil emigrantes portugueses, onde se incluem muitos milhares de trabalhadores sazonais, que estão actualmente submetidos às estritas normas que vigoram naquele país para os nacionais de países terceiros.

Neste quadro, o resultado do referendo foi encarado como positivo pela comunidade portuguesa, em particular no que respeita à livre circulação de cidadão comunitários.

Uma nota da Direcção Nacional do PCP salienta que com a entrada em vigor do acordo serão eliminados os obstáculos impostos pela actual lei, que impede nomeadamente o trabalhador de mudar de emprego e de cantão, bem como de proceder ao reagrupamento familiar. Os emigrantes portugueses poderão ainda aceder a outras vantagens na área da segurança social. Com fim à vista está igualmente o

discriminatório estatuto do trabalhador sazonal.

No entanto, os comunistas alertam que «existe ainda um longo caminho a percorrer, com medidas transitórias, até à concretização plena do acordo». Os sindicatos e forças políticas de esquerda pretendem que sejam estabelecidas regras que obriguem o patronato a respeitar a contratação colectiva e os salários mínimos, estando neste sentido prevista a criação de comissões tripartidas, a nível local e cantonal, para zelar pela aplicação do acordo.

Para o PCP, cabe ao Governo português «um papel activo neste processo, quer no âmbito das relações normais com o governo suíço quer nas instituições da comunidade portuguesa, tendo em conta que se prevê a entrada em funcionamento do Comité Misto de acompanhamento da aplicação da livre circulação de pessoas».

PE pede anulação da dívida africana

O Parlamento Europeu aprovou uma resolução em que solicita à União Europeia e aos seus Estados-membros que tomem a iniciativa de reduzir ou anular a dívida dos países em desenvolvimento mais pobres.

A resolução aprovada partiu de uma proposta do Grupo Confederal da Esquerda Unitária/Esquerda Verde Nórdica, no qual se incluem dos deputados do PCP. Nela se refere que os países em causa

despendem em média 40 por cento do seu orçamento com o serviço da dívida, mas apesar disso esta continua a crescer cerca de 12 por cento ao ano, tendo passado de cerca de 110 mil milhões em 1980 para cerca de 350 mil milhões actualmente.

Em muitos casos a ajuda prestada pela UE aos países mais pobres não é sequer suficiente para financiar os encargos com juros e amortizações.

Neste quadro, como sublinhou o deputado do PCP, Joaquim Miranda, «não cessa de se aprofundar o fosso que os separa dos países industrializados, que muitas vezes se comportam como um qualquer prestamista sem escrúpulos».

O deputado, que falava na sessão da passada semana em Estrasburgo, considerou ainda que para este fosso «contribuem igualmente a imposição dos inade-

quados programas de *ajuste estrutural* do Banco Mundial e do FMI, quer as insuficientes acções de cooperação e de ajuda ao desenvolvimento por parte dos países industrializados, muito distante dos 0,7% do PIB preconizados pelas Nações Unidas».

Criticando a «concepção mercantilista segundo a qual tudo se limitaria e resolveria pelo funcionamento dos mercados»,

Miranda defendeu que a solução passa pela «adopção de um programa global e por uma nova ordem internacional, que coloque no centro das prioridades o desenvolvimento desses países».

No entanto, acrescentou, «tal projecto não pode deixar de passar pela anulação da dívida», processo no qual «a União Europeia e os Estados que a integram podem e devem ter uma palavra a dizer».

UE gasta pouco em investigação

O esforço global da União Europeia relativamente ao seu Produto Interno Bruto tem vindo a diminuir desde há dez anos, e, em média, a UE dedica apenas 1,8 por cento do seu PIB à investigação, enquanto que os EUA dedicam 2,8 por cento e o Japão, 2,9 por cento.

Estes dados, referidos pelos deputados do PCP no debate de um relatório do PE

denominado «Rumo a um espaço europeu da investigação», evidenciam uma contradição entre as declarações das instituições europeias relativas à nova economia e a sua política de investigação.

O desfasamento entre as verbas gastas em investigação nos EUA e na UE é de resto admitido pela própria Comissão Europeia. Segundo dados que revelou, a diferen-

ça de orçamentos nos dois lados do Atlântico tem vindo a aumentar, passando de 12 mil milhões de euros em 1992 para cerca de 60 milhões de euros em 1998.

Também em termos de emprego, os investigadores representam apenas 2,5 em cada mil trabalhadores das empresas na Europa. Nos EUA, representam 6,7 em cada mil e no Japão, seis em cada mil.

Sabe-se que a investigação e a tecnologia contribuem entre 25 e 50 por cento para o crescimento económico e são tem um peso significativo na competitividade, no emprego e na qualidade de vida dos cidadãos.

É neste quadro que os comunistas portugueses defendem uma alteração significativa da política comunitária de investigação,

designadamente em relação aos fundos orçamentais que lhes são destinados. Consideram ainda que é através do investimento público e da garantia dos direitos dos trabalhadores e não da liberalização de sectores básicos e serviços públicos essenciais ou da flexibilização dos mercados de trabalho que se conseguem níveis de desenvolvimento.

Orientações económicas 2000

As mesmas receitas

A insistência no pacto de estabilidade, na aceleração da liberalização, na flexibilização laboral e no ataque à protecção social marca as orientações económicas da UE para 2000.

O próprio relatório do Parlamento Europeu, votado na sessão da passada semana em Estrasburgo, faz críticas ao aceleramento dos objectivos dos critérios de convergência e estabilidade, sublinha a necessidade de aumentar o investimento e admite a implementação de medidas fiscais globais para combater a especulação financeira.

No entanto, apesar destas notas positivas, o documento aceita a liberalização dos sectores dos transportes e energia, o aumento da flexibilidade laboral e o processo de consolidação orçamental em curso.

Os deputados do PCP, integrados no Grupo da Esquerda Unitária, ainda tentaram melhorar o conteúdo do relatório, apresentando várias propostas que tinham em vista, entre outros, reforçar a importância das micro e pequenas empresas e as suas associa-

ções, defender o emprego com direitos e a redução do horário de trabalho, pondo em causa o pacto de estabilidade e as consequências da sua aplicação.

Destas, apenas o apoio às PME's foi incluído no documento final, o que levou os deputados do PCP a votar contra a resolução.

Como referiu Ilda Figueiredo na sua declaração de voto, apesar da Comissão referir a necessidade de políticas activas de emprego para atingir a médio prazo o pleno emprego, a verdade é que «persiste nas mesmas receitas que não permitiram quaisquer ganhos líquidos em termos de emprego, sendo a actual taxa de desemprego ainda superior à do início da década».

Convergência cega

Na mesma sessão, o Parlamento Europeu votou um

relatório com a aplicação dos programas de estabilidade e convergência, contra o qual os comunistas portugueses se manifestaram, considerando-o «fundamentalista».

O relatório Ruiz faz uma análise «cega» dos critérios de convergência, considerou Ilda Figueiredo, que apontou graves «consequências ao nível dos riscos de deflação da economia, penalizando o investimento público, o crescimento económico e uma política de combate ao desemprego».

Como alertou a deputada, o relatório do PE vai mesmo mais longe ao considerar que «é necessário antecipar no tempo os objectivos propostos nos programas de estabilidade e convergência, aproveitando o actual «bom momento económico». Para isso, propõe um maior aceleração da consolidação fiscal, das reformas estruturais, das privatizações e a «modernização da protecção social».

Telecomunicações

O preço da liberalização

Um relatório do PE sobre as telecomunicações volta a insistir na necessidade de acelerar a liberalização total do sector, partindo do pressuposto de que tal processo trouxe consequências positivas aos utentes.

Esta não é contudo a opinião do PCP, que através de Ilda Figueiredo rebateu aquela ideia generalizada, recorrendo à experiência da Portugal Telecom. Como referiu, a PT foi

alvo de um investimento público de muitos milhões de contos, sendo depois parcialmente privatizada, de que resultou o aumento dos preços para os utentes residenciais (a maioria da população), que hoje têm «as tarifas mais caras da Europa».

Mas também ao nível dos trabalhadores, as consequências se fizeram sentir. Milhares de postos de trabalho foram eliminados, aumentaram os ritmos de trabalho, bem como a utilização de mão-de-obra sem direitos e com baixos salários. Ou seja, conclui Ilda Figueiredo, «a aplicação de uma lógica de máximo lucro num sector altamente lucrativo, deu origem a pressões para cortes no investimento, afectando a qualidade de serviço universal garantido à generalidade dos utentes».

Os comunistas portugueses defendem outro caminho que garanta um serviço público moderno, com custos acessíveis e em condições de igualdade para todos os utentes, bem como a melhoria das condições de emprego no sector.



Serviço público e concorrência

Com o argumento de pôr fim às distorções da concorrência, a Comissão Europeia pretende impedir que os Estados membros concedam subvenções às empresas públicas, avançando com uma série de medidas destinadas a aumentar a transparência entre estas e os estados.

Contudo, como referiu a deputada do PCP, Ilda Figueiredo, «os condicionamentos burocráticos e as limitações reais» criados «podem

colocar em causa a prestação de um serviço público de qualidade».

A deputada, que falava na votação do respectivo relatório do PE, observou que a Comissão, «tendo como filosofia de base a necessidade de garantir a concorrência entre os sectores público e privado, acaba de facto por desvalorizar o papel importante das empresas públicas que prestam serviços públicos».

Neste sentido, o PCP

subscreveu uma proposta de alteração ao relatório (rejeitada) que excluía do âmbito de aplicação da directiva comunitária os organismos públicos de radiodifusão, «em razão do seu carácter particular, indissociável das necessidades democráticas, sociais e culturais nos diferentes Estados-membros, bem como em razão das consequências negativas que tal revestiria para o cumprimento da sua missão de interesse público».

UE acelera o passo

● Pedro Carvalho

A construção europeia têm sido feita passo a passo. Apesar das dificuldades, aos poucos, a visão federal concretiza o seu objectivo final de criação de um bloco político, económico e militar europeu. A entrada na terceira fase da União Económica e Monetária e o nascimento do euro foi o grande passo que faltava para acelerar a integração económica da União Europeia (UE), pavimentando o caminho para uma união política. Presentemente, o ritmo da integração europeia acelera-se. Podemos mesmo dizer que a palavra de ordem é acelerar. E porquê?

«rosto do capital» europeu. Apontar para a «modernização» da segurança social, ou seja, para o seu aproveitamento «bolsista» e sua progressiva privatização. Aumentar a flexibilização das relações de trabalho e sua respectiva precarização, em nome da competitividade e do «bom» exemplo norte-americano.

No caminho do federalismo

Ao nível político, pretende-se reforçar o papel do Conselho



Porque é necessário aproveitar o bom momento de relativo crescimento económico e a boa conjuntura política «rosa» para dar os «passos certos», fazer as reformas, que mais tarde teriam dificuldades em serem implementadas. Mais uma vez, a direita e a social-democracia lêem pela mesma cartilha, numa UE quase toda governada pela Internacional Socialista. Ao nível económico, as recomendações da Comissão Europeia para 2000 e o relatório do Banco Central Europeu não podiam ser mais claros. É necessário aproveitar o «bom momento» para acelerar a consolidação fiscal e antecipar os objectivos dos programas de estabilidade e convergência aprovados para os Estados-membros até 2004. Ou seja, mais e maiores reduções da despesa pública. Avançar com a consolidação do mercado interno, acelerando o processo de liberalização dos sectores das telecomunicações, transportes e energia, o que porá em risco não só postos de trabalho como também a continuação de um serviço público universal e de qualidade. Finalizar, apesar das dificuldades, o pacote de harmonização fiscal, primeiro passo para uma transferência de soberania fiscal dos Estados para a UE, perdendo assim os Estados mais um instrumento de política económica. Impulsionar o Estatuto de Empresa Europeia, para consagrar o novo

Europeu, anfiteatro de um futuro governo europeu restrito, em conexão com o conceito de cooperação reforçada. Criam-se as condições para o «estado federal europeu» com a nova Conferência Intergovernamental orientada para retirar poderes aos pequenos Estados e criar um directório, núcleo duro, das grandes potências europeias.

Ao nível militar, solidifica-se uma política europeia de Defesa, com um exército, ou seja, a criação de um «braço armado» do capital europeu e da sua área de influência, como pilar europeu da NATO. Assim, na antecâmara da presidência francesa da UE, esperam-se grandes passos. Como sempre, é o eixo franco-alemão o motor da construção europeia. Guterres/Aznar/Blair consagraram a Cimeira de Lisboa ao neoliberalismo. Jospin e Schroeder preparam-se agora para traçar o ritmo da construção europeia. Assim, a UE mostra «a sua perspectiva de classe», defendendo o capital europeu e os seus interesses.

Como responder a esta ofensiva? Lutando. Veja-se a contestação social em Portugal. A manifestação de 50 mil trabalhadores durante a Cimeira de Lisboa. A manifestação do 1.º Maio. As múltiplas greves e manifestações por aumentos de salários justos e melhores condições de trabalho.

É necessário acelerar a resposta.

Tensão na Palestina

Sete mortos e mais de 700 feridos é o trágico balanço dos recentes confrontos entre palestinos e israelitas nos territórios autónomos da Cisjordânia e de Gaza. A revolta palestina, que nem os apelos de Yasser Arafat parecem conseguir controlar, serviu já de pretexto ao primeiro-ministro israelita, Ehud Barak, para interromper as conversações secretas que há uma semana o seu governo vinha mantendo em

Estocolmo com representantes da Autoridade Palestiniana. Barak suspendeu igualmente a sua viagem aos EUA, onde se deveria encontrar com Bill Clinton.

Israel decidiu entretanto acelerar a retirada das suas forças do sul do Líbano, inicialmente prevista para 1 de Junho. Centenas de libaneses puderam enfim regressar a casa, pós 22 anos de ocupação israelita.

Referendo em Itália

Segundo dados do Ministério do Interior, pouco mais de 30 por cento dos italianos foram às urnas no passado domingo, o que invalida o resultado da consulta que se propunha, entre outras coisas, alterar a lei eleitoral, substituindo o actual sistema misto (maioritário e proporcional) pelo sistema maioritário. Para além desta questão estavam em causa ainda outras seis, incluindo a que visava abolir um artigo do Estatuto dos Trabalhadores, nomeadamente o que obriga as empresas com mais de 15 empregados a readmitir um trabalhador cujo despedimento tenha sido declarado injustificado. Fausto Bertinotti, secretário-geral do Partido da Refundação Comunista, manifestou a sua satisfação «pelo fracasso do partido americano que queria converter a Itália numa província americana, contra a nossa cultura política e sindical».

Guerra no Corno de África

A guerra entre a Etiópia e a Eritreia continua sem solução à vista. O conflito já provocou dezenas de milhares de mortos de ambos os lados e centenas de milhões de dólares de prejuízos aos dois países, dos mais pobres do Corno de África. A Etiópia lançou dia 12 a mais recente ofensiva, numa alegada tentativa para acabar com os confrontos fronteiriços na região de Zala Anbesa, cuja soberania reivindica, e que está sob controlo da Eritreia desde Maio de 1998. A questão de fundo, porém, não é este pequeno pedaço de terreno, mas sim o acesso da Etiópia ao mar, dependente da Eritreia. O primeiro-ministro etíope, Meles Zenawi, repudiou segunda-feira os apelos para acabar com a ofensiva das suas forças, de molde a possibilitar conversações de paz.

A desinformação sobre o que se passa na Colômbia procura legitimar aumento da repressão

Imperialismo sabota processo de paz

O governo colombiano reconheceu domingo que as FARC nada tiveram a ver com o assassinio de Elvira Cortés, mas as negociações de paz foram suspensas.

O bárbaro assassinato de Elvira Cortés, em frente da sua família, através da detonação de um colar-bomba, numa acção coberta em directo e prontamente atribuída às FARC-EP (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia - Exército Popular), pretextou a suspensão unilateral pelo Governo do proces-

Colômbia à beira de um conflito militar de dimensões dantescas

camponeses, de intelectuais, etc., já este ano mortos ou raptados pelo exército e seus paramilitares, dos quase dois milhões de deslocados à força das suas terras para imposição do latifúndio, do sistema oligárquico profundamente corrupto, injusto e opressor onde os donos dos *mass media* são as mesmas famílias que dominam o poder

político e económico. Da mesma forma, do assalto colonial às riquezas da Colômbia e seus serviços essenciais, pouco ou nada se ouve: privatização ao capital estrangeiro da electricidade, segurança social, telecomunicações, exploração de petróleo, etc..

A mistificação

Paralelamente, uma gigantesca campanha mistificadora desenvolve-se em torno do problema do narcotráfico. Divulgando a tese da narcoguerrilha, que apresenta as FARC-EP como fruto do narcotráfico, escamoteando as suas raízes profundamente populares, e limpando a imagem da oligarquia colombiana, essa sim profundamente envolvida no narcotráfico. E apresentando como solução para o problema as políticas repressivas e de cariz militar, que assentam no ataque à produção (dos camponeses pobres) e na guerra biológica. As forças progressistas



da Colômbia têm denunciado esta política, já que apenas conduz à maior pauperização dos camponeses colombianos com o crescimento do latifúndio e a sua proletarização forçada, sem em nada alterar o narcotráfico, pois a extraordinária procura existente gera uma natural mera alteração do local da produção. Aliás, e apesar das vastas fumigações já desenvolvidas nos últimos anos, a produção não tem diminuído, antes pelo contrário.

Com esta campanha o imperialismo cria a desculpa humanitária para o seu crescente envolvimento militar, e de facto, os 1600 milhões de dólares investidos pelos EUA no chamado «plano Colômbia» são-no a pretexto da luta antinarcóticos. Sem esquecer uma outra realidade ainda mais negra, se possível. É que se a preocupação fundamental do imperialismo com a produção de narcóticos é o seu controlo, precisa de apresentar ao seu próprio povo, tão flagelado por eles, a

imagem de que está a fazer algo para resolver o problema.

Recorda-se que o Plano Colômbia, apresentado como a solução para o problema do narcotráfico, assenta no apoio militar dos EUA ao reforço do Exército da oligarquia colombiana, na ainda maior abertura da economia aos investi-

mentos externos e na extensão do latifúndio. A 18 de Maio de 1964, no desenvolvimento de um outro plano do mesmo cariz, Laso de seu nome, o ataque militar da oligarquia aos camponeses de Martiquetalia levou à criação das FARC, que hoje nos chama a atenção: «Hay que aprender de la Historia.»

Sessão adiada

Para os próximos dias 28 e 29 de Maio estava prevista uma audiência pública especial, no quadro das conversações de paz, subordinada ao tema «Meio Ambiente e Cultivos Ilícitos», com a presença já confirmada de diversos países europeus, e que incluiria o contacto directo com a realidade dos produtores, e a discussão do projecto das FARC de uma política de substituição gradual de cultivos. Foi esta sessão, curiosamente, que foi adiada pelo Governo de Pastrana.

Este recuo no processo de paz coloca a Colômbia à beira de um conflito militar de dimensões dantescas, mesmo para um povo tão martirizado. A solidariedade de todos é mais urgente, pelo desenvolvimento de um processo de paz livre de pressões externas, que coloque um fim justo ao conflito, e dê a urgente resposta aos direitos políticos, económicos, sociais, culturais e de independência nacional do povo colombiano.

Nuclear Promessa de desarmamento

Pela primeira vez desde a aprovação do Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares (TNP) em 1970, as cinco potências nucleares - Estados Unidos, Rússia, França, Reino Unido e China - assumiram o «compromisso inequívoco» de eliminar os seus arsenais. A decisão foi tomada no fim-de-semana em Nova Iorque, na sede das Nações Unidas, e compromete os 187 países signatários do Tratado.

O alcance da medida está ainda por apurar. Na verdade, para além do seu carácter simbólico, que não é de subestimar, importa reter que não foi estabelecido nenhum calendário para a eliminação dos arsenais nucleares.

De acordo com o docu-

mento final, aprovado por consenso, as potências nucleares reafirmam que «o objectivo primordial dos esforços dos Estados no processo de desarmamento é um desarmamento geral e completo sob um efectivo controlo internacional», e dizem-se dispostas a desenvolver maiores esforços nesse sentido, a incrementar a transparência quanto à sua capacidade nuclear e a reduzir as armas nucleares não estratégicas como parte integrante do processo de desarmamento.

O documento sublinha ainda a necessidade de aplicar, quanto antes, o acordo START II entre a Rússia e os EUA, para a redução do número de ogivas nucleares, bem como do Tratado ABM, que limita os

mísseis balísticos. No que respeita aos assuntos regionais, a declaração de Nova Iorque apela a Israel, o único país no Médio Oriente que não assinou o TNP, que aceite o Tratado.

Pouco antes da conferência de Nova Iorque o parlamento russo (Duma) ratificou dois dos principais tratados de controlo de armas nucleares: o da Proibição Total de Ensaios (CTBT) e o START II. Chegados a este ponto, cabe agora aos EUA provar a sua boa-fé. Recorda-se que em Outubro passado o Senado norte-americano se recusou a ratificar o CTBT, e que continuam na ordem do dia os projectos para implementar um sistema nacional de defesa antimíssil (a famigerada «guerra das estrelas»).

Indefinição nas Fiji

No encerramento desta edição, o Grande Conselho de Chefes, que agrupa cinquenta chefes nativos representantes das 14 províncias das Fiji, encontrava-se ainda reunido procurando uma solução para a crise política em que o país está mergulhado desde a passada sexta-feira. Naquele dia, um grupo de sete homens armados, liderados pelo empresário George Speight, invadiu o Parlamento e tomou como reféns o primeiro-ministro, Mahendra Chaudhry, e vários deputados.

Entretanto, seiscentos apoiantes de Speight, organizados em grupos segundo a província de proveniência, cercaram o Parlamento para servirem de escudos humanos aos revoltosos.

Embora a situação perma-

neça confusa, não se percebendo muito bem quem apoia quem, tudo aponta para que na origem do conflito esteja um problema de origem racial, agravado desde que Chaudhry, de origem indiana, chegou ao poder em Maio do ano passado. Os indianos representam 44 por cento dos 800 000 habitantes do arquipélago e dominam a economia, controlando alguns dos sectores-chave do país, como a indústria açucareira.

É sintomático que as primeiras «decisões» de Speight tenham sido proclamar um governo provisório e abolir a Constituição vigente, promulgada em 1998, recuperando a de 1987 que proibia aos membros da comunidade indiana exercer cargos públicos.

Combate ao separatismo Putin reforça poder central

«A época dos compromissos desestabilizadores acabou» e chegou a hora de «fortalecer o Estado russo», afirmou o presidente russo em mensagem ao país.

Vladimir Putin, em mensagem televisiva ao país na semana passada, anunciou o envio à Duma (parlamento) de um pacote legislativo cujo objectivo, segundo afirma, é pôr cobro às infracções à Constituição da Federação que gradualmente têm vindo a abrir o caminho ao separatismo, utilizado por seu turno como ponta de lança de «um mal muito maior, o terrorismo internacional».

Segundo o presidente, um quinto das leis aprovadas nas regiões da federação é inconstitucional.

São três os projectos de lei com que Putin se propõe reforçar o poder central do Estado. O primeiro visa alterar a composição do Conselho da Federação, de que actualmente fazem parte os dirigen-

tes dos poderes executivo e legislativo de cada uma das 89 regiões. De acordo com a

«Os poderes regionais devem ser eleitos por sufrágio universal»

filosofia do diploma, aqueles elementos devem dedicar-se ao governo dos respectivos territórios, sendo cada região representada no Conselho - cujo

funcionamento se pretende mais funcional e permanente - por dois senadores.

Nas mãos do presidente

O segundo projecto visa colocar nas mãos do presidente russo o poder de destituir os dirigentes regionais e respectivas assembleias legislativas no caso de violarem a Constituição ou as leis federais. Contrariamente ao que se especulava em Mosco-



vo antes da apresentação dos projectos, Putin reafirmou na sua comunicação ao país que os poderes regionais devem ser eleitos por sufrágio universal e não designados pelo governo central.

Quanto ao terceiro projecto, visa igualmente dar ao Kremlin o poder de destituir outros dirigentes regionais de nível intermédio.

As novas medidas, anunciadas poucas horas depois de uma reunião de Putin com os representantes das regiões, necessitam de ser aprovadas não apenas na Duma mas também no próprio Conselho da Federação.

Segundo o novo presidente russo, «a época dos compromissos desestabilizadores acabou» e chegou a hora de «fortalecer o Estado russo». É nesta linha de orientação que se insere igualmente a nova divisão administrativa em sete distritos, anunciada no passado dia 13, em que o governo central passará a ter representantes plenipotenciários.

As duas câmaras do parlamento russo aprovaram entretanto a proposta de Mikail Kasiánov para primeiro-ministro, por 325 votos contra 55. O novo chefe do governo tem 42 anos e é um economista liberal bem conhecido das potências ocidentais, com quem renegociou a dívida externa soviética.

Jornalistas protestam

Cerca de um milhar de pessoas, entre jornalistas, políticos e activistas dos direitos humanos, responderam no dia 17 ao apelo da União de Jornalistas da Rússia e manifestaram-se na Praça Puchkin, no centro de Moscovo, em defesa da liberdade de expressão. A iniciativa foi organizada «a favor da liberdade dos media e do grupo Media-Most», onde polícias armados efectuaram recentemente uma busca.

O grupo, proprietário de uma estação de televisão, de uma rádio, um jornal diário e uma revista, é acusado por alguns sectores do poder de ter uma atitude «hostil» ao novo executivo.

Nos últimos tempos, responsáveis do Ministério da Imprensa têm vindo a ameaçar com a introdução de emendas à legislação em vigor de forma a que as autoridades possam retirar as licenças aos meios de informação nacionais e estrangeiros que tenham uma «atitude hostil» em relação à Rússia. Na base desta atitude está o notório apoio de alguns órgãos de informação aos independentistas tchecos.

Putin não se pronunciou sobre o assunto.

Geopolítica da fome

«Hoje, a comunidade internacional é verdadeiramente responsável pelos acontecimentos na Serra Leoa. As riquezas do país foram amplamente partilhadas por todos os países ocidentais. Tudo está nas mãos das multinacionais. Além disso, todos os organismos do país são controlados pela Grã-Bretanha. No seio da polícia e da justiça todos os técnicos e especialistas são britânicos. Nada foi deixado ao povo serra-leonês nem em termos económicos, nem em termos políticos.»

As palavras são de Philippe Diaz, realizador de um documentário sobre a Serra Leoa apresentado na sessão especial do Festival de Can-

nes, no âmbito da Semana da Crítica. Segundo Diaz, a decisão de fazer o filme resultou da leitura do relatório anual da ONG Action, intitulado «Geopolítica da Fome». Um livro que, afirma, «analisas as causas desta fome. A fome tem sempre causas políticas. (...) Escolhemos a Serra Leoa porque este país, antigo exportador de arroz, era rico e cultivável em 85 por cento. Hoje morre de fome. Quanto mais investiguei, mais me dei conta da responsabilidade da comunidade internacional».

Os recentes acontecimentos na Serra Leoa dão particular actualidade ao documentário, embora Diaz alerte que o seu filme não é um produto da actualidade. «[O

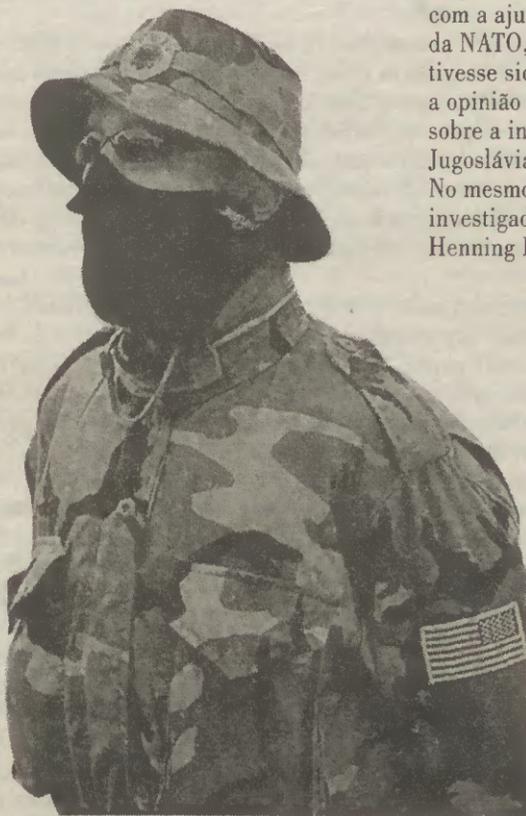
filme] tenta mostrar até que ponto a comunidade internacional pode ir para salvar os seus interesses económicos. Esta situação pode acontecer em qualquer país do mundo e, entretanto, as pessoas morrem (...)»

Na Serra Leoa, rica em diamantes - considerados dos mais belos do mundo -, os recursos minerais alimentam um conflito sem fim que conta com a cumplicidade de diversos chefes de Estado africanos e, directa ou indirectamente, das potências ocidentais. Os diamantes não matam a fome do povo, mas o povo continua a morrer por causa deles.

A «Bundeswehr» no mundo inteiro

● Rui Paz

De acordo com os dados já divulgados pela imprensa, a comissão encarregada pelo ministro da Defesa Scharping de preparar a reforma da «Bundeswehr» propõe a redução para trinta mil do número de incorporados no serviço militar obrigatório e a transformação do exército alemão numa tropa de intervenção a nível mundial, aumentando o corpo expedicionário constituído exclusivamente por soldados profissionais de 50 000 para 140 000 homens, armados com o material mais sofisticado. Finalmente, aconselha-se ainda a modernização do arsenal tecnológico-militar com o objectivo evidente de tornar a Bundeswehr mais compatível com as Forças Armadas dos Estados Unidos. Num artigo publicado na primeira página do «Neues Deutschland» o almirante Elmar Schmähling, ex-Director do Serviço de Informação das Forças Armadas (MAD), critica as recentes declarações de Fischer de que não faz sentido o governo alemão opor-se publicamente ao projecto dos USA de guerra das estrelas (NMD - National Missile Defense) como uma demonstração de «submissão» da Alemanha aos interesses americanos.



O almirante avisa que «os Estados Unidos com a arrogância do seu potencial económico, militar e político estão a brincar com o fogo e a pôr levemente em perigo a paz mundial e a segurança internacional». Schmähling acusa ainda os USA de «drogados» por se terem tornado uma potência hegemónica após o desaparecimento da URSS e prosseguirem «a sua cruzada em nome da superioridade económica pelo controlo das cada vez mais escassas matérias-primas com guerras como as desencadeadas contra o Iraque e a Jugoslávia». O almirante explica ainda que «estados malditos não são nenhum fenómeno da natureza mas pelo contrário são forjados sistematicamente através de uma propaganda odiosa, da pressão diplomática, política e económica terminando com a sua exclusão» e que «os Estados Unidos com os seus princípios autistas e unilaterais da necessidade de defesa produzem um

círculo diabólico onde se concretizam profecias de ameaças provocadas pela sua própria política». A terminar, o almirante responsabiliza a nova geração de políticos social-democratas a que chama os netos de Willy Brandt de esquecerem os seus deveres perante a ameaça americana.

Mentir para convencer

Por sua vez, o general Heinz Loquai, ex-comandante da OCDE no Kosovo, acusou na ARD o ministro da Defesa, Scharping, de ter mentido ao povo alemão aquando da agressão da NATO contra a Jugoslávia. O general, que naquela altura participou nas reuniões do Ministério da Defesa, afirmou que o chamado plano «Ferradura» - segundo o qual o governo Jugoslavo planeava a expulsão da população de origem albanesa do Kosovo - nunca existiu e que fora inventado pela Alemanha. Loquai confirmou ainda nesta entrevista ao programa Panorama (ARD) que lhe fora proibido citar os relatórios da embaixada alemã em Belgrado que demonstravam a impossibilidade do exército jugoslavo executar uma operação daquela envergadura só conseguida com a ajuda dos bombardeamentos da NATO, concluindo que se não tivesse sido escondida ao Bundestag a opinião dos especialistas a votação sobre a intervenção da NATO na Jugoslávia teria sido bem diferente. No mesmo programa, o então investigador da OCDE no Kosovo, Henning Hensch, confirmou que as

fotografias apresentadas por Scharping no Bundestag sobre o alegado massacre de civis em «Rugova» também eram falsas. Aquelas fotografias mostram apenas elementos da UCK abatidos em recontros militares com o exército jugoslavo. A polémica gerada em torno da reforma da «Bundeswehr»

está a mostrar a existência de duas linhas de força na estratégia do imperialismo alemão e europeu. A primeira visa a transformação da União Europeia e do seu potencial militar numa filial do império americano, uns Estados Unidos da Europa como Fischer acaba de propor, configurada no eixo Blair-Schröder-Clinton. A segunda, correspondendo às forças inicialmente agrupadas em torno do «motor» Kohl - Miterrand/Chirac, prevendo o acesso da Alemanha ao arsenal nuclear francês e concebendo as grandes potências europeias como um segundo bloco imperialista autónomo, disputando aos Estados Unidos a hegemonia mundial e repartindo entre si o domínio capitalista planetário. Embora no imediato complementando-se e interpenetrando-se em muitos aspectos estas duas linhas militaristas do imperialismo europeu prosseguem objectivos estratégicos diferenciados.

• Vítor Serrão*

Património artístico ignorado

Conforme foi largamente noticiado pela imprensa nacional e regional, apareceu há semanas numa igreja da zona da Guarda uma notabilíssima pintura da autoria de Vasco Fernandes, chamado o Grão Vasco, mestre viseense falecido em 1541, que foi um dos artistas mais destacados do Renascimento português.



Obra-prima de Grão Vasco na igreja de Aldeia Viçosa

A identificação deste quadro excepcional, mas de todo desconhecido do público, dos historiadores e da ciência nacional, vem chamar mais uma vez a atenção dos portugueses para o estado de incúria em que se encontram muitos dos mais valiosos bens artísticos do nosso país, ignorados por falta de referências a seu respeito, à mercê da rapina por falta de registos de inventário, alvo da desagregação por minguada de políticas concertadas de conservação preventiva e de salvaguarda.

Temos insistido com frequência para este contínuo panorama de desleixo que persiste da parte dos poderes instituídos face ao nosso Património Cultural. Os comunistas portugueses têm sabido assumir as suas responsabilidades nesta matéria e pugnar por atitudes responsáveis da parte das autoridades envolvidas. De facto, urge pôr cobro a esta situação e exigir do Estado democrático políticas integradas de gestão do Património histórico-artístico, na perspectiva de que ele é, antes de tudo, pertença do povo português e de que é justamente o seu estudo, salvaguarda, fruição e usufruto que ajudam a reforçar o espaço da cidadania e a preservar a identidade memorial do nosso país enquanto território independente.

Voltando à ocasional descoberta, ela nasceu com os regulares trabalhos de reconhecimento patrimonial que realiza-se pelo interior do país. Os estudos históricos realizados na zona da Guarda por estudiosos como Adriano Vasco Rodrigues não recensaram a existência deste Grão Vasco desconhecido, e apenas a grande sensibilidade do escritor José Saramago, Prémio Nobel da Literatura 1998, produziu uma elogiosa referência, em breve trecho da sua «Viagem a Portugal», méritos artísticos do quadro. O seu autor, todavia, permaneceu sempre obscuro, apesar das evidências técnicas e estilísticas da peça.

A identificação do painel de Aldeia Viçosa foi amplamente revelada ao país, dois dias a seguir à sua descoberta, devido ao especial empenho do jornalista José João Louro, nosso camarada e amigo, que conosco insistiu na imediata divulgação do achado artístico. De seguida, multiplicou-se o interesse dos «media», as notícias na comunicação social e, claro, as visitas a um lugar que desde sempre estivera à margem das rotas do turismo cultural. Urge, agora, iniciar-se em conjunto com a Igreja e a Junta de Freguesia, e o Museu Regional da Guarda, o processo de classificação como Imóvel de Interesse Público, junto do IPPAR, e proceder ao estudo científico da pintura e à análise do seu suporte, desenho subjacente e condicionamentos materiais, através da equipa do técnico de fotografia José Pessoa (Instituto Português de Museus).

Trata-se de uma grande pintura retabular sobre castanho com «A Virgem, o Menino e Anjos Músicos», em bom estado de conservação que revela os especiais cuidados que a comunidade de Aldeia de Porco (actual Aldeia Viçosa) dedicou ao quadro do Grão Vasco, mesmo quando no século XVIII a pintura foi retirada do altar-mor e re-emoldurada por talha barroca. Af se manteve ao culto e patente à admiração dos olha-

res até à recente identificação. A aldeia beirã de Santa Maria de Aldeia de Porco, perdida nas faldas da serra de Soia, junto ao vale do Mondego, sítio onde outrora dominava o javali (consta que D. Dinis aqui caçou o porco-bravo), teve importância na Idade Média, chegando em 1238 (segundo nos comunica o historiador José Manuel Vargas) a ter Carta de Foral dada pelo Bispo de Viseu D. Gil. Pertencia ao termo de Celorico da Beira, incorporando-se mais tarde no da Guarda. Por decreto do Estado Novo (1939), passou a denominar-se Aldeia Viçosa.

À espera do inventário

A tábuca excepcional data de cerca de 1530-1540 e foi pintada (segundo julgamos) por encomenda do bacharel de leis Estêvão de Matos, um promotor de justiça e correição da Guarda que foi criado de D. João III, vedor das obras do castelo da Guarda, e que jaz nesta igreja. As características técnicas, formais e de estilo comprovam tratar-se de obra exclusiva do grande pintor Vasco Fernandes, ao tempo em que a sua actividade decorria em Viseu e era estimulada pelo Bispo D. Miguel da Silva. A composição mostra desenho primoroso, coerência espacial, o típico repertório de Grão Vasco no figurino plebeu de figuras e na modelação dos panejamentos, executados ao melhor nível das obras maduras. Vasco Fernandes mostra-se sensível à atmosfera cromática e aos preciosismos de luz dirigida, e cria soluções formais ao gosto das obras da mesma fase («São Pedro», «Baptismo de Cristo», «São Sebastião» no Museu Grão Vasco de Viseu, «S. Miguel» de São João de Tarouca, e «Pentecostes» de Santa Cruz de Coimbra). A cena mostra a Virgem Maria entronizada, com o Menino ao colo, com anjos tocando dulçainas (ou charamelas) e alatide, ou lendo uma pauta musical reproduzida com extremos de fidelidade. Ao fundo, límpida paisagem de ressonâncias flamengas. A pelfeula pictórica é tratada com frescura de pincel em superfícies transparentes e sem hesitações de desenho, num verdadeiro elogio ao experimentalismo humanístico do Renascimento - o que explicará que as

obras do século XVIII tivessem reutilizado a tábuca quinhentista na decoração da capela-mor barroca.

Nota-se que o artista investigou profundamente no sentido de uma maior humanização do tema bíblico a partir do realismo do cântico angelical, com acento programático na eficácia do discurso ideológico face à comunidade rural em que visava intervir. O discurso político-espiritual da composição é flagrante. Trata-se de uma das peças mais cuidadas da fase madura de Vasco Fernandes e que confirma o seu nível absolutamente ímpar no panorama internacional do século XVI.

O «corpus» de Grão Vasco foi estabelecido em 1946 por Luís Reis-Santos no livro-referência *Vasco Fernandes e os pintores de Viseu no século XVI*. Muitos anos depois (1994), a Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses levou a cabo na Galeria do Rei D. Luís do Palácio Nacional da Ajuda a exposição *Grão Vasco e a Pintura Europeia do Renascimento* (comissariada por Dalila Rodrigues), primeira visão de conjunto sobre a obra do mestre. Depois do livro de Reis-Santos (salvo algumas peças de oficina, ou de pintores sequenciais), mais nenhum quadro do artista fora recensado pela História da Arte. Acresce ainda que, em termos científicos mais precisos, o estudo integrado do painel de Aldeia Viçosa poderá ajudar a esclarecer melhor, não só a primeira formação de Vasco Fernandes na oficina lisboeta de Jorge Afonso, como a obscura personalidade de Gaspar Vaz, misterioso discípulo de Vasco que visivelmente se inspirou numa composição como esta para compor o retábulo de Nossa Senhora da Glória em São João de Tarouca!

O reconhecimento de uma mais-valia do Património nacional como é este painel inédito do Grão Vasco, absolutamente desconhecido dos meios científicos, vem confirmar mais uma vez a urgência de o Estado português se abalançar na tarefa de cumprir o Inventário de Bens Nacionais, que é absolutamente inadiável.

*Da Direcção do Sector Intelectual e da DORL do PCP — Prof. da Faculdade de Letras de Lisboa

• Zillah Branco

Brasil



Tanta terra ao abandono

• José Sucena

Mais ou menos metade da superfície total do Brasil, à volta de 400 milhões de hectares, é apta para o aproveitamento agrícola, mas apenas 60 milhões desses hectares aproveitáveis, cerca de 15 por cento portanto, estão a ser utilizados na cultura regular.

Os restantes 340 milhões de hectares encontram-se abandonados, improdutivo, salvo algumas áreas ocupadas por explorações de pecuária extensiva que, na realidade, significam um subaproveitamento.

Entretanto, existem 5 000 000 de famílias de trabalhadores rurais sem terra, quase 25 milhões de pessoas, reclamando a posse da terra para trabalhar, para primeiro sobreviver e depois viver com a dignidade acrescida pelo trabalho.

A contínua, impiedosa e injusta perseguição sofrida pelos trabalhadores agrícolas que em 30 anos, de 1964 a 1995, causou mais de 1600 vítimas mortais, ou seja, matou 54 pessoas por ano, ou, se se

O povo defende o Estado

O Presidente do Brasil, de mau humor por causa do fiasco das festas de 500 anos, resolveu engrossar a voz contra os que ele chama de *baderneiros*, que continuam a manifestar o seu desagrado com as medidas (ou a falta delas) governamentais.

Baderneiros são todos os que fazem uso dos direitos democráticos de expressar reivindicações, as quais não sendo sequer ouvidas requerem medidas radicais para se fazerem sentidas pelo Governo: manifestações de rua, ocupação de lugares oficiais, marchas pelo país, enfim, movimento de massas para pressionar.

Baderneiro é o povo não calado, não submisso, não conformado com a quebra dos preceitos institucionais que garantem os direitos de cidadania.

Baderneiros são os únicos que se preocupam com a defesa do Estado e das suas instituições, a começar pela justiça. Sim, porque o desrespeito pelas instituições existe pela vontade daqueles que usam os órgãos parlamentares como um clube de elite onde as questões nacionais são tratadas como moeda de troca para um criminoso jogo de xadrez.

«Quem não votar com o Governo, está contra mim e está fora do Governo», disse Fernando Henrique Cardoso como um rei sol absolutista. E das ameaças foi às vias de facto despedindo altos funcionários apadrinhados por antigos apoiantes que agora resolveram votar com a oposição. Esta é uma das regras da democracia totalitária.

O povo *baderneiro*, ou o desanimado, fica ouvindo os ecos daquela rinha de galos que esparteja a estrutura nacional, arrancando cargos aqui e ali com se fosse a plumagem dos contentores.

Um país desgovernado

Goste ou não goste, o Governo perdeu uma gloriosa oportunidade de sair na foto do 500.º aniversário do Brasil, e ficar na história, como, pelo menos, uma elite democrática competente. Mas, as coisas não acontecem por acaso, saiu tudo errado comprovando o que os *baderneiros* vêm dizendo há muito tempo: as instituições do país estão sendo corrompidas, o património roubado, os brasileiros abandonados a uma sorte que nem sequer é própria porque quem manda é o FMI. O país está desgovernado e sem plano para

o desenvolvimento das suas forças económicas e sociais.

Diante dos movimentos populares, o governo alerta para o perigo de crise. No entanto, em crise vivemos há muito tempo sem política agrícola, sem política de segurança, sem fiscalização dos transportes, sem justiça, sem protecção da natureza, sem fiscalização de obras, sem atendimento de saúde, sem poder sair às ruas com risco de bala perdida. Que crise ainda falta?

Para resolver os problemas que o governo não sabe ou não quer sanar, só o trabalho informal e a imaginação popular. Recentemente, o Governo foi levado a aceitar uma ONG que garante o crédito aos informais. Para que serve o Governo? Tudo o que seja exigir o funcionamento das instituições do Estado não passa de *baderna*.

Fiasco emblemático

Lamentavelmente, o Brasil de hoje está na situação da caravela que o incompetente ministro Greca fez construir como *nau capitânia* para representar a de Cabral no aniversário da descoberta, mas que não pode deixar os estaleiros por total incapacidade de navegar. Esta cena de ópera bufa, da da construção da caravela, ficou como símbolo do desastre nacional. Um ministro incapaz, além de envolvido em acusações de fraude, nomeou um almirante e contratou um francês para orientarem a construção da nau capitânia. Desconhecia que Portugal, há não muitos anos, fez uma réplica que tem atravessado os mares sem a vergonha do arremedo que aqui se construiu por um preço absurdo, cerca de 2 milhões de dólares. Mas, por mais ignorante que fosse, deveria saber que quem entende da construção de caravelas, sobretudo a de Cabral, são os portugueses e não os franceses. Do almirante escolhido nada se sabe, a não ser que ele nada sabe da arte náutica. Para maior segurança na navegação foram instalados dois possantes motores, mas, devem ter esquecido de colocar as aruelas ou coisa parecida, e entrou água na



Da elite para a elite

Há muito o que se diga deste símbolo do Brasil actual representado pela festa dos 500 anos. Deixando os *baderneiros* e mais os calados que os acompanham, de lado, tudo foi pensado para uma festa da elite para a elite. Índio que fala não entra, os *sem terra* organizados não vão, jovens com faixas próprias apanham, negros que lembram a escravidão não passam, e assim por diante. O lugar não é dos mais amplos, pois a elite não gosta de muita mistura. Bem diferente de há 500 anos quando toda a gente se encontrou ali, uns com roupa e outros sem.

Durante dois anos aquele ministro «genial» (para o Presidente) preparou aquela festa. Ninguém no governo percebeu que a sua orientação era a negação da participação popular e da democracia. Claro, não é assunto da especialidade dos governantes actuais. Se o tema fosse o dos limites impostos pelo FMI que impedem o salário mínimo de ultrapassar os 30 dólares, todos saberiam, até o ministro Greca.

Tão alienados se encontram em relação aos brasileiros capazes de construir caravelas que navegam, que esqueceram (ou não sabem) que o Brasil tem um grande navegador - Amyr Klink - que acaba de publicar o relato da sua última viagem, «Mar sem fim» (Ed. Companhia das Letras). O seu feito, como o do Capitão Cook no século XVIII, foi a circum-navegação da Antártica no pequeno barco *Parati*, em que sozinho já cruzou o Atlântico e foi do pólo sul ao do norte. Mas, claro, o rapaz não é almirante, nem francês que desperte a atenção do ministro. É um simples brasileiro, se calhar com tendência a *baderneiro*.



Livros



Seres Sentidos

A arte do conto não é para qualquer escritor. Requer concisão, noção de um tempo que se fecha com brevidade sobre as palavras ao mesmo tempo que as deixa respirar; noção do essencial da narrativa. Nessa perspectiva, o livro de Isabel Fraga, que a Campo das Letras acaba de lançar, é uma surpresa. Por ser, conforme o próprio livro indica, uma estreia da autora na área da ficção. Seres Sentidos surge já com uma voz amadurecida, nestes contos como se há muito convivesse, na escrita, com esta forma - que está longe da poesia que Isabel Fraga já ensaiara com um livro de poemas, em 1984. Não nos referimos apenas à construção narrativa. A qualidade da prosa, onde o humor perpassa, revela uma escritora já feita, de quem se vai esperar mais obra.



Nem pai nem mãe

Com o subtítulo de *Crítica do parentesco: o caso macua*, este livro de Christian Geffray é um estudo interessantíssimo, no domínio da antropologia, que a Caminho publica na sua *Colecção Estudos Africanos*. Interessantíssimo mas nada fácil para os leigos. Trata-se aqui das relações de parentesco numa sociedade primitiva, na senda do que Lewis Morgan inaugurou como ciência na primeira metade do século XIX, autor bastante citado mais tarde por Engels, nomeadamente no seu ensaio sobre *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*. Christian Geffray «reconstituiu» o «caso macua», comunidade do Norte de Moçambique, recuando até aos anos trinta, para analisar essas relações de parentesco então existentes e de que sobrevivem memórias. Um livro dirigido sobretudo aos estudiosos da área da etnologia e da antropologia.

Crónicas da Idade Média

Ruben de Carvalho

O mosaico empresarial

Num colóquio realizado na passada terça-feira, sobre a Internet, no CCB, um dos conferencistas, o professor, da Sorbonne, Jean Mauduit fez diversas referências a um conceito que há algumas décadas continua a revelar-se operacional na análise das questões de comunicação: o de «cultura em mosaico», a situação cultural que resultará dos sistemas mediáticos contemporâneos.

O essencial reside na constatação de que o Homem das sociedades industrializadas contemporâneas não recebe uma informação articulada e inter-relacionada em estruturas causais e cronológicas, antes é quotidianamente «bombardeado» com factos e opiniões insulados, cada um valendo por si e como tal apresentado, sem que seja revelada a lógica que eventualmente os liga. Daí o mosaico: informações (notícias, opiniões, informações) constituindo cada uma peça individual como um azulejo, mas que geram um conjunto, um «mosaico» (um jornal, um noticiário televisivo). Não é contudo compreensível se há ou não (e pode não haver) um relacionamento entre cada azulejo e os seus vizinhos, o conjunto pode ser fruto da pura acumulação de unidades/«azulejos»/informação, sem que resulte de ou revele uma lógica perceptível.

Cada «azulejo» não decorre, não tem um relacionamento revelado com os que o rodeiam, seja fruto de uma relação causal (um relaciona-se com outro, criam uma situação de mútua dependência e causalida-

mitir um fio condutor, um relacionamento lógico - ou, no mínimo, um equilíbrio hierárquico de importância relativa - entre a variedade de informação que fornece. Em contrapartida, o audiovisual, e muito particularmente a televisão, acentuaram fortemente esta fragmentação. Por um lado, cada «azulejo» individualizou-se ainda mais, na medida em que se enriqueceu comunicacionalmente mediante o recurso a uma multiplicidade de elementos: enquanto o jornal se limitava a comunicar com palavras e só mais tarde com imagens, cada «azulejo-informação» televisivo comporta palavras, sons (ruídos, efeitos, música), imagens enriquecidas com cor, movimento e a própria montagem.

De certa forma, um telespectador fica a saber mais de cada «azulejo», mas simultaneamente esse «azulejo», fruto da própria riqueza e lógica interna dos seus componentes, está mais afastado do imediatamente anterior e do imediatamente posterior, igualmente ricos e autónomos.

Este processo de acumulação informativa gera ao nível do indivíduo uma cultura que reflecte esta fragmentação: tenderá a ser quantitativamente mais informado, mas tendencialmente de uma forma sobretudo cumulativa. Um processo de constituição de um «mosaico» formado pelos sucessivos «azulejos», e não um processo de assimilação e compreensão dos processos, das lógicas constitutivas e formativas da constituição do «mosaico». Resumindo, conhecem-se os «azulejos», mas desconhece-se o que significa o «mosaico» e como, porquê e para quê se faz.

isoladamente como lhes compete, nos últimos dias.

O prof. Cavaco Silva redigiu um artigo formalmente escolar de crítica ao actual governo que, além de comportar sentenças formalmente inolvidáveis («nos últimos dias dei comigo a pensar como inverter a situação [a política do governo]», «como sou defensor da estabilidade governativa, não posso dizer: mude-se o Governo», «por aquilo que conseguiram [jornalistas e empresários] em meu nome e de minha família, muito obrigado...»), descobre, ele que é um político, foi primeiro-ministro, etc., etc., que «talvez só existam hoje dois grupos na nossa sociedade com força e capacidade para persuadir o Governo a mudar de comportamento: os jornalistas e os grandes empresários»!

O artigo constitui um violento requisito político contra o Governo PS concluindo com aquela estranha confissão de aparente incapacidade de intervenção política. Mas, evidentemente, o artigo é puro e simplesmente um acto de intervenção política: a que vem então o seu próprio autor lamentar-se da sua - e dos seus congéneres políticos - incapacidade para intervir?

A verdade é que, ao afirmar-se como um político sem força e ao proclamar a força política dos «grandes empresários» (e aproveitar para namorar os jornalistas...), Cavaco Silva situa-se como o político que pode politicamente dar força a essa força política dos «grandes empresários».

As acusações compreendidas no artigo apontam em exclusivo o favorecimento do grande capital ao qual Cavaco Silva insinua

que o Governo não está a servir convenientemente.

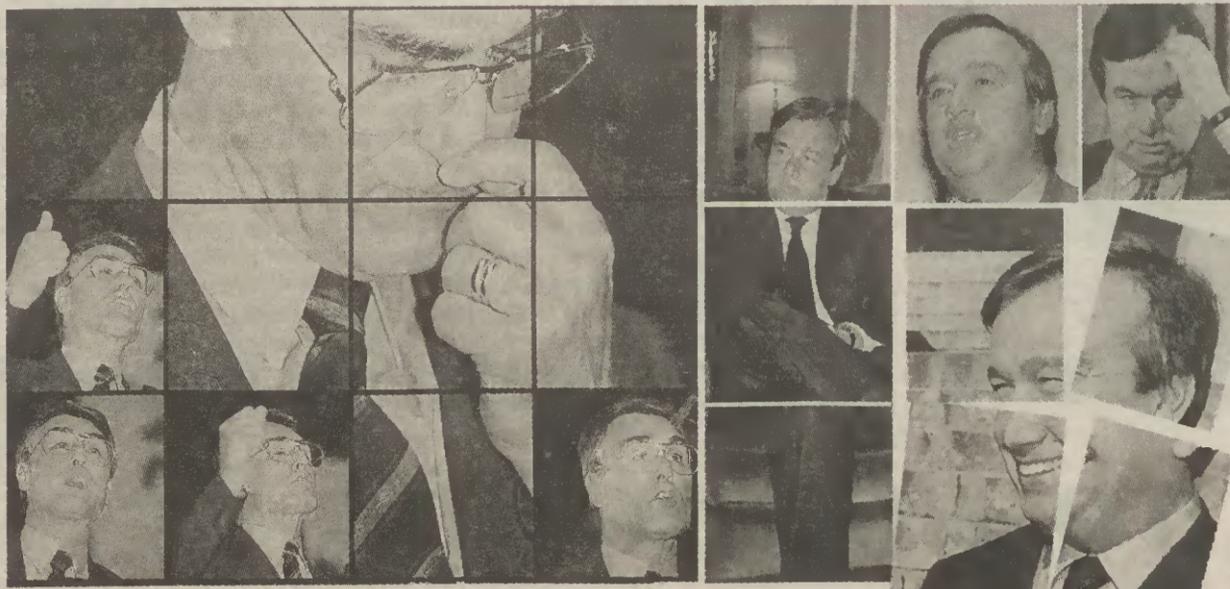
E aqui temos um «azulejo».

Mas, ao lado, convirá ler os vários textos publicados sobre as reacções aos *diktats* federalistas do ministro dos Negócios Estrangeiros alemão. Jaime Gama manifesta a sua simpatia, Pacheco Pereira ataca Jaime Gama, Guterres demarca-se.

Entre o PS do eng. Guterres e o PSD de diversas entidades, entre as quais Cavaco Silva,

há diferenças sobre a melhor forma de gerir os mesmos interesses e até mesmo opções entre uns e outros, entre graus de integração e submissão, de enquadramento e metodologias. A política europeia, os prenúncios de problemas económicos, o patinar do euro agudizam inevitavelmente os conflitos de interesses. António Guterres não se saiu bem do seu encosto à Europa face aos donos da economia portuguesa. Há um momento de situar novas peças no tabuleiro.

Aparentemente, este «azulejo» de polémica sobre o futuro comunitário parece em nada se relacionar com o apelo cavaquista. Mas há um «mosaico» que os integra e dá lógica. Não transparente nem imediatamente visível, mas nem por isso menos conclusivo: os interesses dos «grandes empresários».



de, como poderá ser, num mosaico cerâmico, o relacionamento cromático) seja fruto de um processo cronologicamente definido (um resulta de outro e por sua vez dá origem a outro criando uma lógica processual).

Fragmentação informativa

Esta fragmentação informativa surge inevitavelmente com o primeiro meio de comunicação de massas, o jornal, que, procurando fornecer uma informação que corresponda à variedade de interesses dos seus numerosos leitores, a diversifica segundo este critério, que lhe é exógeno, e não mediante a lógica intrínseca e própria com a qual, por exemplo, um romancista encadeia e relaciona os factos e informações com as quais constrói a sua obra.

Contudo, ainda hoje se mantém na estrutura da imprensa um elemento, o editorial, ou seja, um texto no qual o jornal procura trans-

Este afastamento da compreensão e do conhecimento do processo constitutivo tende a dar lugar a uma crescente dificuldade de intervir sobre a realidade que o «mosaico» apresenta: a rapidez, exuberância informativa e dificuldade de apreensão de eventuais lógicas constitutivas (ditadas não apenas pelos conteúdos, mas pelas próprias características dos *media*) equipam o indivíduo com o conhecimento de factos, mas não com as suas causas e consequências, o que tende a apresentá-los como parte de uma realidade constantemente consumada e impermeável a mudanças.

Os diversos azulejos

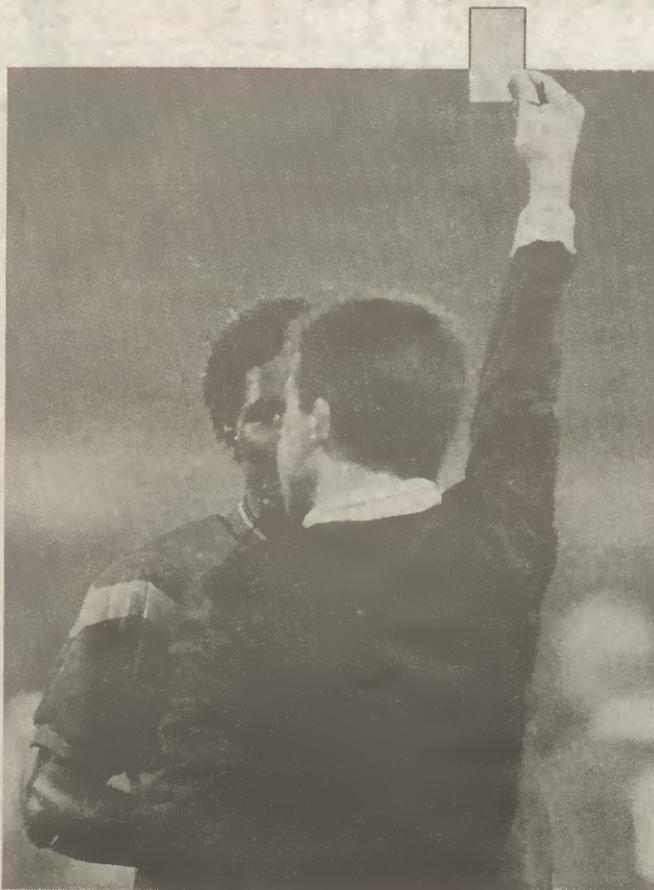
Tanto texto resultou de se querer sublinhar o relacionamento entre dois «azulejos» desenvolvidos, individual e

Desporto

• José Pascoal

Os dirigentes do Eintracht de Frankfurt, clube histórico do futebol alemão (campeão em 1959), puderam, finalmente, respirar fundo. No plano desportivo, a vitória sobre o Ulm, no sábado passado, assegurava à sua equipa principal o direito a manter-se na I Bundesliga, enquanto, nesse mesmo dia, as agências internacionais informavam o Mundo de que um consórcio norte-americano da área do marketing desportivo garantia ao mais do que indivíduo clube os milhões de marcos necessários à obtenção da licença para continuar na mais importante competição do futebol alemão na próxima temporada.

A notícia deve ter passado despercebida a muita gente, órgãos de informação incluídos, e no entanto por trás dela há matéria suficiente para reflexão. Actividade comercial que é, o futebol na Alemanha tem de reger-se por regras e regulamentos bem definidos e de controlo rigoroso. Relatórios de contas e orçamentos não são ali peças decorativas de uma gestão nem tão-pouco formalismo



Uma questão de transparência

para serem ignorados ou simplesmente desrespeitados.

A direcção do Eintracht de Frankfurt ultrapassou, e de que maneira, o que estava orçamentado para a contratação de jogadores, endividou-se de modo assustador, e a Federação accionou os mecanismos previstos para quem tem mais olhos que barbiga, que o mesmo é dizer, carteira. Primeiro, alertou o clube para os riscos que corria e, como com promessas não se fecham contas, não esteve com meias medidas: aplicou-lhe uma multa de meio milhão de marcos (50 mil contos) e deduziu ainda dois pontos à equipa, lançando sobre ela o espectro da despromoção.

O Regulamento Disciplinar da Liga Portuguesa de Futebol Profissional (LPFP) também diz no seu Artigo 56.º (infrações de natureza financeira) que «os clubes que, após notificação expressa para o efeito, não cumprirem os acordos, contratos e convénios de carácter económico, celebrados no âmbito da Liga Portuguesa de Futebol Profissional e em especial aqueles que forem relativos ao cumprimento de

obrigações fiscais ou de segurança social serão punidos com pena de exclusão». Assim mesmo, sem tirar nem pôr: exclusão!

Como esta norma começou a ser aplicada no final da temporada 1998/99, supõe-se que todos os clubes com futebol profissional se podem orgulhar da transparência das suas contas. Mas será assim mesmo? Se assim é, esperemos para ver o que vai acontecer a alguns deles na altura da inscrição de futebolistas para a nova temporada. Quem garante que eles não estão, na sua maioria, endividados como o Eintracht de Frankfurt? Os associados gostariam, por certo, de o saber e o público em geral também. Credibilidade consegue-se com recurso à transparência. E foi por isso e para isso, supomos, que o Governo lhes concedeu benesses e facilidades para o pagamento das dívidas ao Fisco e à Segurança Social. Bom seria, por esse motivo, que a Liga tranquilizasse quem, pagando impostos, não entende tanto pedido de apoio financeiro à tutela, se, afinal, como parece, tudo vai bem no mundo do futebol português.

Cartoon

• Monginho



Pontos Naturais

• Mário Castrim

Do Amor

Definição

Se amor é a toda a hora desejar-te.
Se amor é ter o olhar mais doce em ti.
Se amor é estar sentindo o que senti do sentido no instante de encontrar-te.

Se amor é do eterno fazer parte.
Se amor foi o que logo pressenti.
Se amor é o que está sempre, sem ti, guarde o silêncio corre a nomear-te.

Se amor é isto, fica descansada pois tudo para além é quase nada um estar florindo com o mar ao pé.

Se não for isto, deixa. Na verdade, alguém que saiba da alma um dia há-de achar o nome certo, ou julgar que é.

Noite

Ouçó os teus passos de nuvem pairando no corredor.

«Vá, dorme descansada!» digo para a criança que tenho dentro dos olhos ainda assustada.

Íntimo

Repouso a mão na tua anca.

Noite de Lua cheia.

Respira o mar cadenciadamente.

Macia e quente a areia.

Diogo

Não tenho olhos senão para o Diogo que brinca

Então a poesia hesita diz «eu não tenho o direito...» naquele jeito de incómoda visita.

Vai a sair. Acaba por se encostar à ombreira da porta a olhar para nós, ali

e ri.

Memória

Pois é assim mesmo, camarada.

A Noémia ia ver-me a Peniche. Quando se despedia encostava os lábios ao vidro do parlatório eu encostava os meus ao vidro do outro lado.

Se alguém alguma vez disser que o vidro é frio diz que não, diz que não diz que às vezes o vidro queima fogueira incendiada.

Podes crer, camarada.

Teatro

• Maria Helena Serôdio

Encontros em teatro

Pensamos em encontro quando falamos de teatro porque, desde logo, para o ser, o teatro exige a presença de um público de um lado e, do outro, o(s) actor(es)/oficiante(s) num «lugar de cena». E até pode acontecer que esse encontro implique uma proximidade menos convencional, e uns e outros acabem por cruzar os limites dos seus territórios para se reunirem: em espectáculos de rua, em formas de teatro «de deambulação» (como o fez recentemente a Comuna com «O melhor dos mundos») ou em mais arrojadas investidas dos actores pelo espaço do público.

Mas de encontros fala ainda o teatro ao apelar a várias contribuições artísticas que vêm de disciplinas diver-

sas. Aparecem em torno de instituições culturais de prestígio, como a Fundação Calouste Gulbenkian (os Encontros ACARTE) ou a Culturgest, ou então marcam momentos altos da vida de alguns teatros e companhias, como, em Almada no mês de Julho, o Po.N.T.I. (no São João de dois em dois anos), o de Portalegre, o Festejo no Norte, o Citemor, o Sete Sóis e Sete Luas, o das marionetas em Évora, etc.

Obedecem geralmente à dupla intenção de organizar uma festa (que necessariamente atrai mais público) e de pôr em confronto diferentes propostas teatrais. É um facto que a ideia de festa serve bem o teatro e tem contribuído para apelar a novos públicos, a desenvolver hábitos culturais (programando-se até, geralmente, outras actividades paralelas como exposições, colóquios, seminários e debates) e a permitir aos espectadores, pelo confronto, uma mais fundamentada apreciação crítica.

Entre os festivais já consagrados está o FITEI, o Festival Internacional de Teatro de Expressão Ibérica, fundado no Porto em 1978, e que, como o próprio nome indica, se propõe como lugar de encontro de espectáculos de Portugal, Espanha, países africanos de expressão portuguesa e da América Latina. A sua história já é longa e foi recentemente documentada por Carlos Poito num livro publicado no Porto em 1997: *FITEI - Pátria do*



sas e que, geralmente, o encenador entretece em cena: elas vêm da música, da dança, da literatura, da interpretação, das artes plásticas, do *design*, do saber técnico de luz e som, etc.

No uso do texto literário, o teatro tem vindo a trabalhar não apenas os textos escritos a pensar num palco (as peças para teatro), mas também os que originariamente se reportavam à voz narrativa ou à voz lírica, encontrando neles linhas de figuração, espaçamento de vozes e formas vivas de comunicação. E recentemente foi isso que aconteceu com dois textos de Mia Couto (para os espectáculos *Minha conto* e *A varanda do Frangipani*), com um romance de uma autora francesa que o Bando reformulou em *A porca* para a sua nova casa em Palmela, narrativas de Dostoiévsky trabalhadas em *O amante de ninguém* por Manuel Wiborg, ou o espectáculo *Dois homens* dos Artistas Unidos, a partir de uma dramaturgia de textos de Kafka assinada por José Maria Vieira Mendes.

Mas uma outra formulação do encontro em teatro tem sido ensaiada na fórmula do Festival de Teatro. Preparados com entusiasmo por homens de teatro, mas também por programadores mais especializados, e integrando as mais das vezes espectáculos estrangeiros, os festivais surgem em vários pontos do país, configurando eventos de dimensão variada e de ambições diver-

teatro de expressão ibérica. E estou em crer que o FITEI foi um dos responsáveis não apenas pela criação de uma corrente de público no Porto interessado em teatro, mas também da abertura a grupos e formas teatrais do espaço dos PALOP. Recordo, em 1987, o deslumbramento e o entusiasmo que despertou o espectáculo *Quatro peças para um cenário roído (funeral de um rato)*, sobre textos de Mia Couto, que o Mutumbela Gogo trouxe de Moçambique, e que nos revelava talvez pela primeira vez as enormes capacidades imaginativas do teatro africano. E o FITEI, com altos e baixos, bons êxitos e alguns desaires, lá foi definindo um espaço de actuação original e de abertura de sentidos que hoje são mais facilmente partilhados por diferentes iniciativas, como outros festivais e a Cena Lusófona, por exemplo.

A data da sua abertura em 2000 foi anunciada para 31 de Maio e, no programa apresentado, figuram espectáculos portugueses que se encontram com outros vindos do Brasil, Espanha e Moçambique. A abertura far-se-á portas adentro do S. João, mas o espectáculo com que encerra será ao ar livre, na Praça da Liberdade, num tipo de proposta teatral que os catalães têm sabido trabalhar com inventividade e saber técnico.

Aí estão, nesta festa, encontros a não perder.



Pontos Cardeais

Esquizofrenias

O novel candidato à Presidência da República, engenheiro Ferreira do Amaral, foi ao «Herman SIC» fazer propaganda antecipada, aliás gostosamente estimulada pelo próprio anfitrião. Após várias amenidades trocadas entre ambos, nomeadamente sobre a considerável questão das dietas que tanto obcecaram o Herman, o senhor engenheiro, após assumir a sua rotunda figura como uma «opção» a favor da gula, começou a vender o seu peixe pré-eleitoral. Afirmando-se como um «homem de acção», prometeu ser um Presidente da República que não se limitaria ao «papel meramente representativo». Todavia, questionado sobre questões como o aborto ou os touros de morte, o «homem de acção» primeiro fugiu a sete pés de tomar posição, depois acabou a admitir que, sendo contra os touros de morte em Portugal, não se dispensava de os ir ver a Espanha, contradição que ele próprio explicou com grande originalidade: trata-se de um caso pessoal de esquizofrenia, onde o engenheiro, assumidamente, padece de dupla personalidade.

Era só o que nos faltava – um Presidente da República esquizofrénico!

Audiências

Mas o engenheiro Amaral também promete levar novas ideias para Belém. Uma delas – aliás a única que apresentou – consiste em instituir o «Dia da Audiência às Pessoas» onde, periodicamente, este original PR abriria as portas ao cidadão para lhe ouvir as queixas.

Ficamos na desconfiança de que o engenheiro Ferreira do Amaral – cuja linhagem, como ele próprio recordou, anda «ao serviço da pátria» há imensas gerações – está desfasado no tempo e ainda não percebeu que o regime mudou vai para 90 anos. Na monarquia é que os reis recebiam os vassallos em audiência no majestático papel de recurso final e definitivo.

Está desfasado... ou então é da esquizofrenia.

Simulacros

O Serviço Nacional de Protecção Civil (SNPC), com o apoio e a solicitação de uma companhia aérea, programou para o próximo fim-de-semana um exercício a realizar nas instalações aeroportuárias da Ilha de Porto Santo, na Região Autónoma da Madeira, para testar as condições de segurança e a capacidade de resposta em caso de acidente ou catástrofe. Trata-se de um simulacro com fins tão obviamente úteis que não se percebe o que passou pela cabeça do Governo Regional da Madeira para, através do seu secretário regional da Protecção Civil, decidir opor-se, no início desta semana, à realização deste exercício, com o qual, aliás, se comprometera a colaborar e apoiar desde o princípio. Os responsáveis do SNPC estão perplexos com esta atitude vinda de autoridades locais que deveriam ser as primeiras interessadas na realização deste exercício.

Só há uma explicação possível para tão insólita atitude: provavelmente, o simulacro em Porto Santo foi levado tão a peito por Alberto João Jardim, que este decidiu mostrar que o seu governo regional já é, ele próprio, um simulacro...

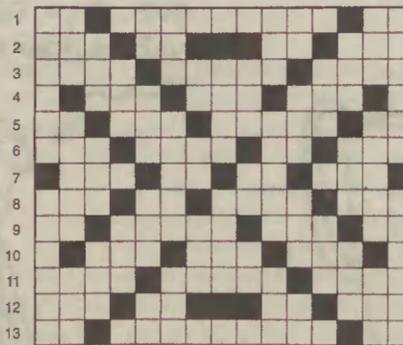
Palavras Cruzadas

HORIZONTAIS: 1 – Conj. que indica alternativa ou incerteza; avaliado; a parte mais larga da enxada. 2 – Cem metros quadrados; sim (ant.); interj. de dor; compareciam. 3 – Compartimento principal de uma casa; moradia de família nobre e antiga; banheira. 4 – Insignificância (fig.); afirmativa; tumba. 5 – Cálcio (s.q.); fúria incontida; macaco nocturno da América tropical (pl.); laço apertado. 6 – Elemento de formação que traduz a ideia de ombro; parte do lombo dos bovinos, entre a pá e o cachaço; Iridio (s.q.); parceiro. 7 – Pau-ferro; antiga cidade da Caldeia; senhor (abrev.); textualmente. 8 – Nome de letra; sufixo nominal, de origem latina, que exprime a ideia de direcção, movimento, junção, fim; tomar à ceia; àqueles. 9 – Gálio (s.q.); fábrica (bras.); braço de rio; isolado. 10 – Sétima letra do alfabeto grego; carta escrita numa só folha; origem (fig.). 11 – Assunto a debater; separa; bebida usada na Índia (pl.). 12 – Pedra de altar; atmosfera; Tântalo (s.q.); ovário de peixe. 13 – Nociva; afáveis; existes.

VERTICAIS: 1 – Relativo ao oásis; sacodem. 2 – Larva que se cria nas feridas dos animais; companheira; época. 3 – Pron. pess. reflexo; base aérea portuguesa; ave corredora. 4 – Ajustei (ant.); joieira. 5 – Carta de jogar; agora; pega; Amerício (s.q.). 6 – O m. q. lírio; socorri; enguia. 7 – Ósmio (s.q.); também (arc.); articulação das falanges dos dedos (pl.). 8 – Ligam; experiência (fig.). 9 – Adoro; igreja episcopal ou patriarcal; outra coisa (ant.). 10 – Principal rio da Suíça; extrair; prep. indicativa de limite. 11 – Quinhentos e um romanos; o rubor das faces; curso natural de água; nesse lugar. 12 – Pequena bigorna de aço, sem hastes; nome de mulher. 13 – Três romanos; carlinga de navio; vazio. 14 – Universalidade (pref.); pedaço grande de qualquer coisa que se come (pl.); interj. Deus te salve. 15 – Apreciador; dissimuladas.

SOLUÇÃO:
HORIZONTAIS: 1 - Ou; 2 - Ave; 3 - Sal; 4 - E; 5 - A; 6 - C; 7 - B; 8 - L; 9 - A; 10 - S; 11 - M; 12 - P; 13 - T; 14 - U; 15 - A.
VERTICAIS: 1 - O; 2 - L; 3 - P; 4 - A; 5 - C; 6 - L; 7 - E; 8 - E; 9 - A; 10 - S; 11 - M; 12 - P; 13 - T; 14 - U; 15 - A.

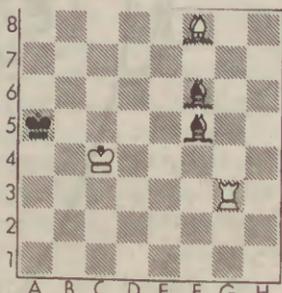
1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15



Xadrez

DCCLIV - 25 DE MAIO DE 2000
 PROPOSIÇÃO N.º 2000X20
 Por: N. Andreiev
 «64», 1930

Pr.: [3]; Bs. f5, f6 - Ra5
 Br.: [3]; Bf3 - Tg3 - Rg4



Branças jogam e ganham

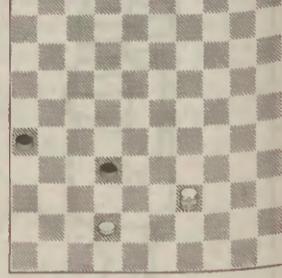
SOLUÇÃO DO N.º 2000X20 (N. A.)
 1. T3, B6+; 2. R5, B2; 3. B7, B1; 4. T3, B2; 5. T3 e g.
 A. de M. M.

Damas

DCCLIV - 25 DE MAIO DE 2000
 PROPOSIÇÃO N.º 2000D20

Por: Mishin
 URSS, 1927

Pr.: [2]; 26-32
 Br.: [2]; (39)-42



Branças jogam e ganham

SOLUÇÃO DO N.º 2000D20 (M.)
 1. 39-48, (26-31); 2. 48-43, (31-37); 3. 43-48 +
 A. de M. M.

Assembleias da Organização do PCP

ALANDROAL

Assembleia da Organização Concelhia
Domingo, 28, às 15h
nos Bombeiros Voluntários do Alandroal
Participa Virgílio Azevedo

BORBA

Assembleia da Organização Concelhia
Domingo, 28, às 10h

MONTIJO

VIII Assembleia da Organização Concelhia
Sábado, 27, às 15h

na colectividade «Os Comilões»,
com a participação de Virgílio Azevedo

SINTRA

IV Assembleia da Organização Concelhia
Sábado, 27, às 14h30
no Ginásio da Escola Secundária Ferreira Dias
(Cacém)
com a participação de António Andrez

Sta. Iria da Azóia

IV Assembleia da Organização da Freguesia
Sábado, 27, às 14h30, na Casa da Cultura

6.ª Assembleia da Organização dos Seguros de Lisboa

Sábado, 27, às 14h30, no Centro de Trabalho Vitória
com a participação de Carlos Grilo e Paula Henriques

Iª Assembleia do Sector de Empresas de Alenquer sob o lema «Mais Partido dos trabalhadores»

Sábado, 27, às 15h, no Centro de Trabalho de Alenquer
com a participação de Adelaide Alves

Outras reuniões

CARTAXO

Debate sobre a Saúde, com a participação dos deputados
Bernardino Soares e Luísa Mesquita: sexta-feira, dia 26,
às 21h30 no Auditório Municipal da Quinta das Pratas

CASCAIS

S. Domingos de Rana - Plenário de militantes sobre o
XVI Congresso e o reforço da acção do PCP junto da popu-
lação, com a participação de Francisco Pereira: domingo,
28, às 14h30 no CT de Tires. No mesmo local, às 13h30:
almoço, com inscrições até sexta-feira pelo tel. 214442253

ÉVORA

Malagueira - 2.ª Assembleia da Organização da Fre-
guesia - Domingo, 28, a partir das 16h, no Grupo Cultural e
Desportivo dos Bairros de Sta. Maria e Fontanas

LISBOA

Reunião de Reformados Bancários - No CT Vitória,
hoje, quinta-feira, às 14h30.

Plenários de militantes das freguesias:

- Santiago - Sobre o XVI Congresso e questões de organização:
sábado, 27 às 15h30 na A.P.P.A.L. (Miradouro de Sta. Luzia)
- Sé - Sobre o XVI Congresso e questões da freguesia: sába-
do, 27 às 17h30 na A.P.P.A.L. (Miradouro de Sta. Luzia)
- Núcleo de Alfama - Sobre questões de organização:
segunda-feira, 29, às 21h, na Casa do Fado
- Sta. Engrácia - Dia 1 de Junho, às 21h30, no Centro de
Trabalho da Graça
- Olivais-Sul - Dia 3 de Junho, às 16h, no Centro de Traba-
lho dos Olivais
Zona Centro - Reunião do organismo de Direcção, alargada,

da, sobre a preparação do XVI Congresso: terça-feira, dia 30,
às 20h30, no CT Vitória

MONTIJO

Alto Estanqueiro/Jardia - Plenário de militantes da Fre-
guesia sobre o XVI Congresso e a Assembleia da Organiza-
ção Concelhia que se realiza no sábado: sexta-feira, às 21h30
em casa do cam. Jaime Sousa

MORA

Plenário de activistas da CDU sobre a actividade autár-
quica: sexta-feira, 26, às 21h, no Centro de Trabalho do PCP

OEIRAS

Barcarena - Plenário de militantes da Freguesia: sexta-
-feira, 26, às 21h, no Centro de Trabalho de Terceira

PALMELA

Célula da Auto-Europa - Sobre a preparação do XVI Congres-
so, com a participação de Blanqui Teixeira: no Centro de Tra-
balho do Barreiro, hoje, dia 25 às 17h. Reunião da célula tam-
bém sábado, dia 27, a partir das 10h, ainda no CT do Barreiro
Pinhal Novo - Reunião de micro e pequenos empresários:
sexta-feira, 26, às 21h30 no Centro de Trabalho. Visita a
núcleos de desenvolvimento urbanístico do concelho de
Palmela, sábado, 27 a partir das 9h30, seguida - às 14h30 - de
uma reunião de trabalho na S.F.U.A., em Pinhal Novo

SANTARÉM

Reunião de militantes sobre a situação política e a prepa-
ração do XVI Congresso, com a presença de Francisco
Lopes: sexta-feira, 26, às 21h30, no Centro de Trabalho

Ilda Figueiredo e Octávio Teixeira em Santiago do Cacém

Por ocasião da realização da Santia-
gri, a feira agrícola anual de Santiago do
Cacém, deslocam-se ali em visita os
camaradas Octávio Teixeira (sexta-
-feira cerca das 17h30) e Ilda Figueire-
do (sábado de manhã).

A deputada no PE, ainda no sábado e
em Santiago do Cacém, terá uma reunião
com eleitos da freguesia de Melides e
representantes da Escola Secundária.

Na véspera, sexta-feira, Ilda Figuei-
redo estará em Alcácer do Sal, onde
nomeadamente será recebida na Câmara
Municipal, às 16h, visitando depois a
Fábrica de Costura e o Centro de Dia. Às
21h participa num encontro com agri-
cultores do Carvalhal e Comporta.

Lisboa

Concentração frente à Embaixada dos EUA Dia 31, às 18h

O CPPC e diversas organizações
unitárias convocaram uma
concentração de protesto contra a
visita do Presidente Clinton a Portugal,
contra o bloqueio a Cuba e pela paz e
segurança no Mundo

MADEIRA

Forum CDU-MADEIRA

Discussão e aprovação do Manifesto Madeira 2000
com a participação de Carlos Carvalhas
Sábado, dia 27, no Hotel Madeira, no Funchal
(Carlos Carvalhas intervém cerca das 17h30)

LISBOA

Forum Indústria e Desenvolvimento

A evolução da indústria transformadora na região de Lisboa
com a participação de Carlos Carvalhas
3.ª-feira, dia 30, no Hotel Lisboa Plaza, em Lisboa
(Carlos Carvalhas intervém cerca das 20h00)

AVEIRO

A Política Municipal e a actividade sociocultural em Aveiro
Encontro-debate da CDU
Hoje, quinta-feira, às 21h30, na Junta de Freguesia da Glória

FARO

A Reforma da Segurança Social
Debate com a participação de Edgar Correia
Sexta-feira, dia 26, às 21h30, no Centro de Trabalho de Faro

BARREIRO

Encontro Nacional de Quadros do PCP
sobre o Movimento Associativo
com a participação de Jorge Cordeiro
Sábado, dia 27, no Auditório da Biblioteca Municipal do Barreiro

OLIVEIRA DE AZEMÉIS

«O PCP, o ideal comunista e o seu projecto político
para o novo século»
Debate com a participação de José Casanova
Sábado, 27 de Maio, às 21h00,
no Salão da Junta de Freguesia de Nogueira do Cravo

LISBOA

3.º Encontro do PCP
sobre os Bairros Municipais da Cidade de Lisboa
Sábado, 27, às 15h, no Salão Nobre do Pav. Carlos Lopes

LISBOA

Alteração à legislação eleitoral para as Autarquias Locais
Debate com Jorge Cordeiro
5.ª-feira, 1 de Junho, às 18h30, no Hotel Plaza
(R. do Salitre/Av. Liberdade)

Quinta da Atalaia Churrasco-convívio do Sector Função Pública da ORL

integrado na Campanha Nacional
de Fundos
Sábado, 27,
a partir das 12h
(Inscrições até hoje, dia 25
- Tels. 213307000 - 914535438)

Santarém

Almoço-convívio da CDU
com a participação de
Agostinho Lopes
Restaurante «Pica Fino»,
em Mação
Dia 27, às 13h

Ílhavo

Convívio da CDU
No CT do PCP
Dia 27, às 16h

Odivelas

Jantar-convívio com
Alvaro Cunhal
No «Forno Idanhense»
- Quinta da Pedra Branca, Famões
Dia 30, às 20h. (Inscrições até 26/5
- Tels. 219314153 - Fax 219322335)

Lisboa

- Campo de Ourique
Almoço-convívio com
Alvaro Cunhal
na Escola Manuel da Maia
Dia 3, às 12h30. (Bilhetes na Banca do
CT Vitória e no CT de Campo de Ourique)

Quinta da Atalaia

Almoço-convívio do Sector
Sindical da DOR Setúbal
com a participação de Jerónimo de Sousa
Dia 3, às 13h. Animação desportiva
de manhã.

Excursão a Braga - Festa da Alegria 8 e 9 de Julho

A Organização de Santa Iria da Azóia promove uma excursão de autocarro
Saída de Sta. Iria às 6h de dia 8 e regresso de Braga na tarde de 9, com chegada a
Lisboa prevista para as 20h30. O preço de 11.000\$00 inclui transporte, dormida,
pequeno-almoço e entrada na Festa. Informações e inscrições: tel. 219590010.



«O papel da mulher na revolução democrática»

Debate com Odete Santos
Sábado, dia 27, às 15h00, na Junta de Freguesia
de Mafamude, V.N.Gaia



Em Guimarães

CDU promove encontro

No Auditório do Centro de Trabalho do PCP em Guimarães reali-
za-se no próximo sábado com início às 15h um Encontro de Eleitos e
Candidatos da CDU, que se centrará na discussão de propostas e
objectivos da coligação para as eleições de 2001.

Visita à freguesia de Alhandra

É também no sábado que eleitos da CDU em Alhandra - e no
município de Vila Franca de Xira - participam durante todo o dia
numa visita a zonas e estruturas diversas da freguesia.

A concentração está marcada para as 9h30 na Praça 7 de Março
e o programa de trabalho inclui encontros com os moradores das zonas
da Quinta da Marquesa e Quinta da Várzea e do Bairro do Fundo de
Fomento da Habitação, visitas ao cemitério, zona ribeirinha e aos ter-
renos da futura Piscina do ASC, visita ao Posto Náutico e encontro com
a direcção da Secção Náutica do ASC.

Às 21h30, os eleitos da CDU participam numa sessão-debate na
Praça 7 de Março sobre os 23 anos de gestão CDU na freguesia.

Encontro distrital em Portalegre

É também no sábado que se realiza o encontro de eleitos e activistas
da CDU do distrito de Portalegre, que tem como objectivos fazer o balan-
ço da actividade desenvolvida e a desenvolver no actual mandato e pre-
parar as eleições autárquicas de 2001. O encontro vai decorrer das 10 às
17h e nele participa José Socero, da Comissão Política do CC do PCP.

Saúde em debate em Vila Franca

José Neves, médico no Centro de Saúde de Vila Franca, e Natá-
lia Filipe, enfermeira e actualmente deputada do PCP, participam
amanhã, sexta-feira, às 21h30 no Clube Vilafranquense num debate
público de iniciativa da CDU sobre a situação actual e perspectivas
futuras do SNS e questões de saúde pública em Vila Franca de Xira.

ATVer

O triângulo de «A Faca na Água», primeira obra de Roman Polanski

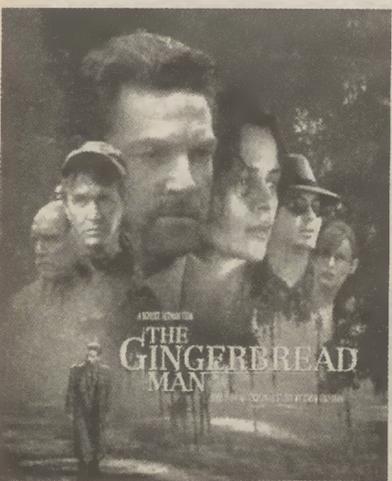


Adeus às Armas (Sábado, 02.00, RTP 2) Sem dúvida a melhor adaptação ao cinema (pelo realizador Frank Borzage) do conhecido romance de Hemingway, não apenas porque (a exemplo do original) é uma feroz denúncia da guerra – a história passa-se durante a I Guerra Mundial – mas também porque constitui um louco poema de amor. Interpretações excepcionais de Gary Cooper e Helen Hayes, num melodrama a não perder.

Poder Absoluto (Domingo, 22.40, RTP 2) Durante um assalto à vivenda de um milionário, um ladrão profissional (Clint Eastwood) testemunha inadvertidamente uma relação extramatrimonial do... Presidente dos



Catherine Deneuve, em «Repulsa», de Polanski



Cartaz de «Caminhos Perigosos», uma estreia de Robert Altman na TVI

EUA (Gene Hackman) bem como ao frio abater (pela segurança presidencial) da amante deste, por tentar defender-se da sua agressividade e sadismo. Mas o «nosso» ladrão torna-se o principal suspeito de um crime que não cometeu, ao mesmo tempo que procura safar-se da terrível perseguição que lhe é movida pelos Serviços Secretos. Um absorbente «thriller» político, realizado com mão de mestre por Eastwood.

A Faca na Água (Segunda, 22.45, RTP 2) Excelente, o ciclo dedicado a Roman Polanski que começa, precisamente, com o seu primeiro filme rodado na Polónia, uma fina análise das relações de um triângulo amoroso que acontece de inesperadamente, durante um fim-de-semana, quando um estudante a quem um homem dá uma boleia seduz a mulher deste durante um passeio de yacht.

Repulsa (Terça, 22.45, RTP 2) Realizada em Inglaterra, eis uma obra que impôs Polanski à crítica cinematográfica ocidental graças ao retrato rico e ambíguo que constitui de uma jovem neurótica que sucumbe à loucura do crime. Alguns pormenores (fendas nas paredes) ligam este filme ao fantástico mas outros (o coelho que apodrece) recolocam-no no realismo. A composição da personagem representada por Catherine Deneuve é notável.

... e ainda
Os Olhos da Serpente, de Brian DePalma (Quinta, 00.25, SIC)
O Fio do Horizonte, de Fernando Lopes (Quinta, 00.30, RTP 2)
Uma Comédia sobre Sexo e Outras Partes Marotas, de Gary Synor (Domingo, 03.25, RTP 1)
O Beco, de Roman Polanski (Quarta, 22.45, RTP 2)
Caminhos Perigosos, de Robert Altman (Quarta, 22.30, TVI)

Cabo e Satélite

Manhattan Connection

É um dos melhores talkshows do canal brasileiro GNT e, esta semana, os quatro comentaristas residentes, Lucas Mendes, Nelson Motta, Arnaldo Jabor e Caio Blinder vão levantar um tema interessante: será que o «milagre económico americano» está para lavar e durar? Para responder a esta questão abordam-se opiniões de alguns economistas dos EUA segundo as quais, em termos de crescimento acelerado, subida das taxas de juro e baixo desemprego, nem tudo vai correr pelo melhor. (GNT, segunda 29 às 22, terça 30 às 7 e quarta 31 às 6 horas)

Realidade e ficção

O notável documentarista britânico Peter Watkins (The War Game, Punishment Park), conhecido pela abordagem de temas «politicamente incorrectos», realizou recentemente um longo docudrama (duração: 5 horas e 45



Quinta, 25

VRTP1
07.00 Hora Viva
10.00 Praça da Alegria / Culinária
13.00 Jornal da Tarde
14.00 A Preciosa
15.45 Espaço Infantil-Juvenil (às 16.40 - «Boa Tarde»)
19.00 Regiões
20.00 Telejornal
21.00 Remate
21.25 Coisas da Vida
22.00 Balcão com Todos
23.00 Os Fados dos «Câmara» (Parte I)
00.30 24 Horas
00.55 1.ª Página
01.30 «Filho do Diabo» (de Bobby Roth, EUA/1997. Telefilme / Dramático)
03.10 «Fúria no Bairro Japonês» (de Mark L. Lester, EUA/1991. Artes Marciais)

VRTP2
07.00 Euronews (às 15.00)
Ciclismo: Volta à Itália
17.30 Informação Gestual
18.30 Informação Religiosa
19.00 Espaço Infantil-Juvenil
19.40 A Matemática e o Homem
21.30 Acontece
22.00 Jornal 2
22.45 Aqui Europa
23.00 «Cerimónia de Amor» (de Walerian Borowczyk, Fr./1987. Erótico)
00.50 Andamentos
01.30 Departamento de Homicídios

VSIC
08.00 Buêrécé
10.00 SIC 10 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.00 O Juiz Decide



«O Nosso Mundo» é uma excelente série documental na SIC (sábados)

VRTP2
07.00 Euronews (às 15.00)
Ciclismo: Volta à Itália
17.30 Informação Gestual
18.30 Informação Religiosa
19.00 Espaço Infantil-Juvenil
20.40 Brigada Submarina
21.25 Acontece
22.00 Jornal 2
22.45 «Lulu» (de Walerian Borowczyk, Fr./EUA/1980. Erótico)
00.30 «O Fio do Horizonte» (de Fernando Lopes, Port./Fr./1993, com Claude Brasseur, André Ferrel, Ana Padrão, Miguel Guilherme. Drama)
02.10 Mistérios de Ruth Rendell

VRTP1
07.00 Hora Viva
10.00 Praça da Alegria / Culinária
13.00 Jornal da Tarde
14.05 Made in Portugal
15.25 Coisas da Vida
16.50 Basquetebol: Final da Liga Profissional
19.00 A caminhada de Portugal para o Euro 2000
20.00 Telejornal
21.20 Agora é que são elas
22.40 «Foder Absolutamente» (de Clint Eastwood, EUA/1997, com Clint Eastwood, Gene Hackman. Ver Destaque)
00.30 Nalá e Sagrado
01.20 Prazeres «Poesia»
02.15 24 Horas
02.35 Magazine Liga de Campeões
03.25 «Uma Comédia sobre Sexo e Outras Partes Marotas» (de Gary Synor, Gr.Br./1997, com Peter Ustinov, Prunella Scales. Comédia)

Sexta, 26

VRTP1
07.00 Hora Viva
10.00 Praça da Alegria / Culinária
13.00 Jornal da Tarde
14.05 Made in Portugal
15.25 Coisas da Vida
16.50 Basquetebol: Final da Liga Profissional
19.00 A caminhada de Portugal para o Euro 2000
20.00 Telejornal
21.20 Agora é que são elas
22.40 «Foder Absolutamente» (de Clint Eastwood, EUA/1997, com Clint Eastwood, Gene Hackman. Ver Destaque)
00.30 Nalá e Sagrado
01.20 Prazeres «Poesia»
02.15 24 Horas
02.35 Magazine Liga de Campeões
03.25 «Uma Comédia sobre Sexo e Outras Partes Marotas» (de Gary Synor, Gr.Br./1997, com Peter Ustinov, Prunella Scales. Comédia)

VRTP2
07.00 Euronews (às 15.00)
Ciclismo: Volta à Itália
17.30 Informação Gestual
18.30 Informação Religiosa
19.00 Espaço Infantil-Juvenil
19.40 A Matemática e o Homem
21.30 Acontece
22.00 Jornal 2
22.45 Aqui Europa
23.00 «Cerimónia de Amor» (de Walerian Borowczyk, Fr./1987. Erótico)
00.50 Andamentos
01.30 Departamento de Homicídios

VSIC
08.00 Buêrécé
10.00 SIC 10 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.00 O Juiz Decide



«O Nosso Mundo» é uma excelente série documental na SIC (sábados)

VRTP2
07.00 Euronews (às 15.00)
Ciclismo: Volta à Itália
17.30 Informação Gestual
18.30 Informação Religiosa
19.00 Espaço Infantil-Juvenil
20.40 Brigada Submarina
21.25 Acontece
22.00 Jornal 2
22.45 «Lulu» (de Walerian Borowczyk, Fr./EUA/1980. Erótico)
00.30 «O Fio do Horizonte» (de Fernando Lopes, Port./Fr./1993, com Claude Brasseur, André Ferrel, Ana Padrão, Miguel Guilherme. Drama)
02.10 Mistérios de Ruth Rendell

VRTP1
07.00 Hora Viva
10.00 Praça da Alegria / Culinária
13.00 Jornal da Tarde
14.05 Made in Portugal
15.25 Coisas da Vida
16.50 Basquetebol: Final da Liga Profissional
19.00 A caminhada de Portugal para o Euro 2000
20.00 Telejornal
21.20 Agora é que são elas
22.40 «Foder Absolutamente» (de Clint Eastwood, EUA/1997, com Clint Eastwood, Gene Hackman. Ver Destaque)
00.30 Nalá e Sagrado
01.20 Prazeres «Poesia»
02.15 24 Horas
02.35 Magazine Liga de Campeões
03.25 «Uma Comédia sobre Sexo e Outras Partes Marotas» (de Gary Synor, Gr.Br./1997, com Peter Ustinov, Prunella Scales. Comédia)

VRTP2
07.00 Euronews (às 15.00)
Ciclismo: Volta à Itália
17.30 Informação Gestual
18.30 Informação Religiosa
19.00 Espaço Infantil-Juvenil
19.40 A Matemática e o Homem
21.30 Acontece
22.00 Jornal 2
22.45 Aqui Europa
23.00 «Cerimónia de Amor» (de Walerian Borowczyk, Fr./1987. Erótico)
00.50 Andamentos
01.30 Departamento de Homicídios

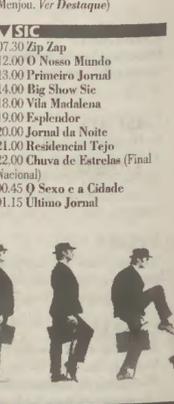
VRTP1
07.00 Hora Viva
10.00 Praça da Alegria / Culinária
13.00 Jornal da Tarde
14.05 Made in Portugal
15.25 Coisas da Vida
16.50 Basquetebol: Final da Liga Profissional
19.00 A caminhada de Portugal para o Euro 2000
20.00 Telejornal
21.20 Agora é que são elas
22.40 «Foder Absolutamente» (de Clint Eastwood, EUA/1997, com Clint Eastwood, Gene Hackman. Ver Destaque)
00.30 Nalá e Sagrado
01.20 Prazeres «Poesia»
02.15 24 Horas
02.35 Magazine Liga de Campeões
03.25 «Uma Comédia sobre Sexo e Outras Partes Marotas» (de Gary Synor, Gr.Br./1997, com Peter Ustinov, Prunella Scales. Comédia)

Sábado, 27

VRTP1
07.00 Infantil/Juvenil
12.30 3.ª Calhau a Contar do Sol
14.00 Top +
15.00 Futebol: Inglaterra-Brasil (directo)
16.55 «Gente Como Nós» (Beating Human, de Bill Forsyth, Gr.Br./EUA/1994, com Robin Williams, Kelly Hunter. Comédia Dramática)
19.00 Aqui Europa
19.15 Jet 7
20.00 Telejornal
21.10 Santa Casa
23.00 Eleição Miss Portugal 2000
00.35 Loja do Cidadão
01.40 Máquinas
02.40 24 Horas
03.00 «Mercenário Sem Lei» (de Rick King, Can/1995. Ficção Científica)

VRTP2
07.00 Euronews
09.00 Universidade Aberta
11.55 Hóquei: Portugal-França
13.35 Quem Sai aos Seus
14.00 Parlamento
15.00 «Pateta - O Filme» (de Kevin Lima, EUA/1993. Animação)
16.45 Desporto (inclui Voleibol: Portugal-Bélgica)
19.30 Magazine 2001
20.00 A Outra Face da Lua
22.00 Jornal 2
22.50 Dinheiro Vivo
23.25 Alô, Alô
23.55 O Meu Herói
00.25 Goodness Gracious Me (estria)
00.55 O Lugar da História
02.00 «Adens às Armas» (A Farewell to Arms, de Frank Borzage, EUA/1932, com Gary Cooper, Helen Hayes, Adolphe Menjou. Ver Destaque)

VSIC
08.00 Buêrécé
10.00 SIC 10 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.00 O Juiz Decide



«O Nosso Mundo» é uma excelente série documental na SIC (sábados)

VRTP2
07.00 Euronews (às 15.00)
Ciclismo: Volta à Itália; Ténis: Roland Garros
17.30 Informação Gestual
18.30 Informação Religiosa
19.00 Universidade Aberta
19.30 Espaço Infantil-Juvenil
20.40 Segredos dos Oceanos
21.25 Acontece
22.00 Jornal 2
22.45 «A Faca na Água» (Naz in Woodzie, de Roman Polanski, Pol./1962, com Leon Niemczyk, Jolanta Umecka. Ver Destaque)
00.30 O Cupido

VRTP1
07.00 Hora Viva
10.00 Praça da Alegria / Culinária
13.00 Jornal da Tarde
14.05 Made in Portugal
15.25 Coisas da Vida
16.50 Basquetebol: Final da Liga Profissional
19.00 A caminhada de Portugal para o Euro 2000
20.00 Telejornal
21.20 Agora é que são elas
22.40 «Foder Absolutamente» (de Clint Eastwood, EUA/1997, com Clint Eastwood, Gene Hackman. Ver Destaque)
00.30 Nalá e Sagrado
01.20 Prazeres «Poesia»
02.15 24 Horas
02.35 Magazine Liga de Campeões
03.25 «Uma Comédia sobre Sexo e Outras Partes Marotas» (de Gary Synor, Gr.Br./1997, com Peter Ustinov, Prunella Scales. Comédia)

VRTP2
07.00 Euronews (às 15.00)
Ciclismo: Volta à Itália; Ténis: Roland Garros
17.30 Informação Gestual
18.30 Informação Religiosa
19.00 Universidade Aberta
19.30 Espaço Infantil-Juvenil
20.40 Segredos dos Oceanos
21.25 Acontece
22.00 Jornal 2
22.45 «A Faca na Água» (Naz in Woodzie, de Roman Polanski, Pol./1962, com Leon Niemczyk, Jolanta Umecka. Ver Destaque)
00.30 O Cupido

VRTP1
07.00 Hora Viva
10.00 Praça da Alegria / Culinária
13.00 Jornal da Tarde
14.05 Made in Portugal
15.25 Coisas da Vida
16.50 Basquetebol: Final da Liga Profissional
19.00 A caminhada de Portugal para o Euro 2000
20.00 Telejornal
21.20 Agora é que são elas
22.40 «Foder Absolutamente» (de Clint Eastwood, EUA/1997, com Clint Eastwood, Gene Hackman. Ver Destaque)
00.30 Nalá e Sagrado
01.20 Prazeres «Poesia»
02.15 24 Horas
02.35 Magazine Liga de Campeões
03.25 «Uma Comédia sobre Sexo e Outras Partes Marotas» (de Gary Synor, Gr.Br./1997, com Peter Ustinov, Prunella Scales. Comédia)

Domingo, 28

VRTP1
07.00 Infantil/Juvenil
12.30 3.ª Calhau a Contar do Sol
14.00 Top +
15.00 Futebol: Inglaterra-Brasil (directo)
16.55 «Gente Como Nós» (Beating Human, de Bill Forsyth, Gr.Br./EUA/1994, com Robin Williams, Kelly Hunter. Comédia Dramática)
19.00 Aqui Europa
19.15 Jet 7
20.00 Telejornal
21.10 Santa Casa
23.00 Eleição Miss Portugal 2000
00.35 Loja do Cidadão
01.40 Máquinas
02.40 24 Horas
03.00 «Mercenário Sem Lei» (de Rick King, Can/1995. Ficção Científica)

VRTP2
07.00 Euronews
09.00 Universidade Aberta
11.55 Hóquei: Portugal-França
13.35 Quem Sai aos Seus
14.00 Parlamento
15.00 «Pateta - O Filme» (de Kevin Lima, EUA/1993. Animação)
16.45 Desporto (inclui Voleibol: Portugal-Bélgica)
19.30 Magazine 2001
20.00 A Outra Face da Lua
22.00 Jornal 2
22.50 Dinheiro Vivo
23.25 Alô, Alô
23.55 O Meu Herói
00.25 Goodness Gracious Me (estria)
00.55 O Lugar da História
02.00 «Adens às Armas» (A Farewell to Arms, de Frank Borzage, EUA/1932, com Gary Cooper, Helen Hayes, Adolphe Menjou. Ver Destaque)

VSIC
08.00 Buêrécé
10.00 SIC 10 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.00 O Juiz Decide



«O Nosso Mundo» é uma excelente série documental na SIC (sábados)

VRTP2
07.00 Euronews (às 15.00)
Ciclismo: Volta à Itália; Ténis: Roland Garros
17.30 Informação Gestual
18.30 Informação Religiosa
19.00 Universidade Aberta
19.30 Espaço Infantil-Juvenil
20.40 Segredos dos Oceanos
21.25 Acontece
22.00 Jornal 2
22.45 «A Faca na Água» (Naz in Woodzie, de Roman Polanski, Pol./1962, com Leon Niemczyk, Jolanta Umecka. Ver Destaque)
00.30 O Cupido

VRTP1
07.00 Hora Viva
10.00 Praça da Alegria / Culinária
13.00 Jornal da Tarde
14.05 Made in Portugal
15.25 Coisas da Vida
16.50 Basquetebol: Final da Liga Profissional
19.00 A caminhada de Portugal para o Euro 2000
20.00 Telejornal
21.20 Agora é que são elas
22.40 «Foder Absolutamente» (de Clint Eastwood, EUA/1997, com Clint Eastwood, Gene Hackman. Ver Destaque)
00.30 Nalá e Sagrado
01.20 Prazeres «Poesia»
02.15 24 Horas
02.35 Magazine Liga de Campeões
03.25 «Uma Comédia sobre Sexo e Outras Partes Marotas» (de Gary Synor, Gr.Br./1997, com Peter Ustinov, Prunella Scales. Comédia)

VRTP2
07.00 Euronews (às 15.00)
Ciclismo: Volta à Itália; Ténis: Roland Garros
17.30 Informação Gestual
18.30 Informação Religiosa
19.00 Universidade Aberta
19.30 Espaço Infantil-Juvenil
20.40 Segredos dos Oceanos
21.25 Acontece
22.00 Jornal 2
22.45 «A Faca na Água» (Naz in Woodzie, de Roman Polanski, Pol./1962, com Leon Niemczyk, Jolanta Umecka. Ver Destaque)
00.30 O Cupido

VRTP1
07.00 Hora Viva
10.00 Praça da Alegria / Culinária
13.00 Jornal da Tarde
14.05 Made in Portugal
15.25 Coisas da Vida
16.50 Basquetebol: Final da Liga Profissional
19.00 A caminhada de Portugal para o Euro 2000
20.00 Telejornal
21.20 Agora é que são elas
22.40 «Foder Absolutamente» (de Clint Eastwood, EUA/1997, com Clint Eastwood, Gene Hackman. Ver Destaque)
00.30 Nalá e Sagrado
01.20 Prazeres «Poesia»
02.15 24 Horas
02.35 Magazine Liga de Campeões
03.25 «Uma Comédia sobre Sexo e Outras Partes Marotas» (de Gary Synor, Gr.Br./1997, com Peter Ustinov, Prunella Scales. Comédia)

Segunda, 29

VRTP1
07.00 Hora Viva
10.00 Praça da Alegria / Culinária
13.00 Jornal da Tarde
14.00 A Preciosa
15.45 Espaço Infantil-Juvenil (às 16.50 - «Boa Tarde»)
19.00 Regiões
20.00 Telejornal
21.00 Remate
21.25 6 Números (Concurso - Estreia)
21.55 A Senhora Ministra
22.30 Garrett (Estreia)
23.35 «Noite na Cidade» (Night and the City, de Irwin Winkler, EUA/1992, com Robert De Niro, Jessica Lange. «Thriller»)
01.30 24 Horas

VRTP2
07.00 Euronews
09.00 Programa Religioso
10.30 Missa
11.30 Iniciativa
13.30 Onda Curta
14.00 Desporto
17.00 «Splash - A Seréia» (Splash, de Ron Howard, EUA/1984, com Tom Hanks, Daryl Hannah. Fantasia)
18.50 Rotações
19.20 Jornal de África
20.00 Bonbordado
20.30 Artes e Letras: «Life of Pylons»
21.30 Horizontes da Memória
22.00 Jornal 2
22.45 Travessa do Cotovelo
23.40 Assim é a Vida
00.50 Opera: «Os Contos de Hoffmann» (de Jacques Offenbach, com Neil Shicoff, Susanne Mentzer, Nathalie Dessay, Samuel Ramey. Direcção Musical: Ricardo Chailly.)

VSIC
08.00 Buêrécé
10.00 SIC 10 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.00 O Juiz Decide



John Lithgow - irresistível em «3ª Calhau a Contar do Sol» (domingos, RTP 1)

VRTP2
07.00 Euronews (às 15.00)
Ciclismo: Volta à Itália; Ténis: Roland Garros
17.30 Informação Gestual
18.30 Informação Religiosa
19.00 Universidade Aberta
19.30 Espaço Infantil-Juvenil
20.40 Segredos dos Oceanos
21.25 Acontece
22.00 Jornal 2
22.45 «A Faca na Água» (Naz in Woodzie, de Roman Polanski, Pol./1962, com Leon Niemczyk, Jolanta Umecka. Ver Destaque)
00.30 O Cupido

VRTP1
07.00 Hora Viva
10.00 Praça da Alegria / Culinária
13.00 Jornal da Tarde
14.05 Made in Portugal
15.25 Coisas da Vida
16.50 Basquetebol: Final da Liga Profissional
19.00 A caminhada de Portugal para o Euro 2000
20.00 Telejornal
21.20 Agora é que são elas
22.40 «Foder Absolutamente» (de Clint Eastwood, EUA/1997, com Clint Eastwood, Gene Hackman. Ver Destaque)
00.30 Nalá e Sagrado
01.20 Prazeres «Poesia»
02.15 24 Horas
02.35 Magazine Liga de Campeões
03.25 «Uma Comédia sobre Sexo e Outras Partes Marotas» (de Gary Synor, Gr.Br./1997, com Peter Ustinov, Prunella Scales. Comédia)

VRTP2
07.00 Euronews (às 15.00)
Ciclismo: Volta à Itália; Ténis: Roland Garros
17.30 Informação Gestual
18.30 Informação Religiosa
19.00 Universidade Aberta
19.30 Espaço Infantil-Juvenil
20.40 Segredos dos Oceanos
21.25 Acontece
22.00 Jornal 2
22.45 «A Faca na Água» (Naz in Woodzie, de Roman Polanski, Pol./1962, com Leon Niemczyk, Jolanta Umecka. Ver Destaque)
00.30 O Cupido

VRTP1
07.00 Hora Viva
10.00 Praça da Alegria / Culinária
13.00 Jornal da Tarde
14.05 Made in Portugal
15.25 Coisas da Vida
16.50 Basquetebol: Final da Liga Profissional
19.00 A caminhada de Portugal para o Euro 2000
20.00 Telejornal
21.20 Agora é que são elas
22.40 «Foder Absolutamente» (de Clint Eastwood, EUA/1997, com Clint Eastwood, Gene Hackman. Ver Destaque)
00.30 Nalá e Sagrado
01.20 Prazeres «Poesia»
02.15 24 Horas
02.35 Magazine Liga de Campeões
03.25 «Uma Comédia sobre Sexo e Outras Partes Marotas» (de Gary Synor, Gr.Br./1997, com Peter Ustinov, Prunella Scales. Comédia)

Terça, 30

VRTP1
07.00 Hora Viva
10.00 Praça da Alegria / Culinária
12.20 Concurso: Só Números
13.00 Jornal da Tarde
14.00 A Preciosa
15.45 Espaço Infantil-Juvenil (às 16.50 - «Boa Tarde»)
19.00 Regiões
20.00 Telejornal
21.00 Remate
21.25 6 Números (Concurso - Estreia)
21.55 A Senhora Ministra
22.30 Garrett (Estreia)
23.35 «Noite na Cidade» (Night and the City, de Irwin Winkler, EUA/1992, com Robert De Niro, Jessica Lange. «Thriller»)
01.30 24 Horas

VRTP2
07.00 Euronews (às 15.00)
Ciclismo: Volta à Itália; Ténis: Roland Garros
17.30 Informação Gestual
18.30 Informação Religiosa
19.30 Espaço Infantil-Juvenil
20.40 O Universo Desconhecido dos Microbios
21.25 Acontece
22.00 Jornal 2
22.45 «O Beco» (Cul-de-Sac, de Roman Polanski, Gr.Br./1966, com Donald Pleasence, Françoise Dorléac. Comédia)
00.20 Sinais do Tempo / Zoom

VSIC
08.00 Buêrécé
10.00 SIC 10 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.00 O Juiz Decide
15.00 Ponto de Encontro
16.00 Fátima Lopes
18.00 Vila Madalena
19.00 Espendor
20.00 Jornal da Noite
21.00 Terra Nostra / A Muralha
22.00 Capitão Roby
23.20 Sai de Baixo
00.10 «Mãos que Vêm» (de Jack Sholder, EUA/1995. «Thriller»)
02.10 Último Jornal



«O Nosso Mundo» é uma excelente série documental na SIC (sábados)

VRTP2
07.00 Euronews (às 15.00)
Ciclismo: Volta à Itália; Ténis: Roland Garros
17.30 Informação Gestual
18.30 Informação Religiosa
19.00 Universidade Aberta
19.30 Espaço Infantil-Juvenil
20.40 Segredos dos Oceanos
21.25 Acontece
22.00 Jornal 2
22.45 «A Faca na Água» (Naz in Woodzie, de Roman Polanski, Pol./1962, com Leon Niemczyk, Jolanta Umecka. Ver Destaque)
00.30 O Cupido

VRTP1
07.00 Hora Viva
10.00 Praça da Alegria / Culinária
13.00 Jornal da Tarde
14.05 Made in Portugal
15.25 Coisas da Vida
16.50 Basquetebol: Final da Liga Profissional
19.00 A caminhada de Portugal para o Euro 2000
20.00 Telejornal
21.20 Agora é que são elas
22.40 «Foder Absolutamente» (de Clint Eastwood, EUA/1997, com Clint Eastwood, Gene Hackman. Ver Destaque)
00.30 Nalá e Sagrado
01.20 Prazeres «Poesia»
02.15 24 Horas
02.35 Magazine Liga de Campeões
03.25 «Uma Comédia sobre Sexo e Outras Partes Marotas» (de Gary Synor, Gr.Br./1997, com Peter Ustinov, Prunella Scales. Comédia)

VRTP2
07.00 Euronews (às 15.00)
Ciclismo: Volta à Itália; Ténis: Roland Garros
17.30 Informação Gestual
18.30 Informação Religiosa
19.00 Universidade Aberta
19.30 Espaço Infantil-Juvenil
20.40 Segredos dos Oceanos
21.25 Acontece
22.00 Jornal 2
22.45 «A Faca na Água» (Naz in Woodzie, de Roman Polanski, Pol./1962, com Leon Niemczyk, Jolanta Umecka. Ver Destaque)
00.30 O Cupido

VRTP1
07.00 Hora Viva
10.00 Praça da Alegria / Culinária
13.00 Jornal da Tarde
14.05 Made in Portugal
15.25 Coisas da Vida
16.50 Basquetebol: Final da Liga Profissional
19.00 A caminhada de Portugal para o Euro 2000
20.00 Telejornal
21.20 Agora é que são elas
22.40 «Foder Absolutamente» (de Clint Eastwood, EUA/1997, com Clint Eastwood, Gene Hackman. Ver Destaque)
00.30 Nalá e Sagrado
01.20 Prazeres «Poesia»
02.15 24 Horas
02.35 Magazine Liga de Campeões
03.25 «Uma Comédia sobre Sexo e Outras Partes Marotas» (de Gary Synor, Gr.Br./1997, com Peter Ustinov, Prunella Scales. Comédia)

Quarta, 31

VRTP1
07.00 Hora Viva
10.00 Praça da Alegria / Culinária
12.20 Concurso: Só Números
13.00 Jornal da Tarde
14.00 A Preciosa
15.45 Espaço Infantil-Juvenil (às 16.50 - «Boa Tarde»)
19.00 Regiões
20.00 Telejornal
21.00 Remate
21.25 6 Números (Concurso - Estreia)
21.55 A Senhora Ministra
22.30 Garrett (Estreia)
23.35 «Noite na Cidade» (Night and the City, de Irwin Winkler, EUA/1992, com Robert De Niro, Jessica Lange. «Thriller»)
01.30 24 Horas

VRTP2
07.00 Euronews (às 15.00)
Ciclismo: Volta à Itália; Ténis: Roland Garros
17.30 Informação Gestual
18.30 Informação Religiosa
19.30 Espaço Infantil-Juvenil
20.40 O Universo Desconhecido dos Microbios
21.25 Acontece
22.00 Jornal 2
22.45 «O Beco» (Cul-de-Sac, de Roman Polanski, Gr.Br

A talhe de foice

• Henrique Custódio

O indignado

Na sua crónica do passado sábado no Diário de Notícias, Emídio Rangel demoliu o «provincianismo que ainda reina em terras lusas» e «uma Imprensa retrógrada que actua raivosamente contra tudo aquilo que se afasta dos cânones tradicionais». Tomando por dama «a polémica em torno de um eventual namoro entre Bárbara Guimarães e Manuel Maria Carrilho» que, razoavelmente, Rangel considera «uma questão estrita das suas vidas privadas e íntimas onde ninguém tem o direito de entrar», o cronista rodopia o verbo justiceiro sobre a sua indignada cabeça e desfaz o alvo à marretada. «O que sei», diz ele, «é que jornais e revistas se atiraram ao caso como cães esfaimados a um osso, cada um à sua maneira, procurando tirar partido da situação pelas formas mais diversas, com títulos sibilinos e maldizentes, numa atitude que está próxima de um verdadeiro assassinio de personalidade.» Mais: «A circunstância de Bárbara Guimarães ser uma figura de topo da televisão portuguesa e o facto de Manuel Maria Carrilho ser o ministro da Cultura aguçaram ainda mais o apetite dos abutres desta Imprensa que não respeita nenhuma regra.»

Em marretada final, Rangel espoja os retrógrados acusando-os de «nepotismo afirmado ou insinuado» e amarra-os a um olímpico remate: «Como se já não fosse suficiente o circuito voyeurista que está subjacente a esta situação»...

A indignação de Rangel é legítima e a sua invocação de princípios louvável, mas vamos lá a ver se nos entendemos.

Primeiro, um pouco de água na fervura: noticiar ou mesmo especular sobre um presumível namoro entre duas figuras públicas, pode aborrecer os visados mas está longe de os matar. Se assim fosse – e dando apenas um exemplo entre os muitos disponíveis –, o próprio Emídio Rangel e a sua SIC teriam assassinado várias vezes a personalidade da princesa Diana – tantas quantas as que deram abrigo, em plenos noticiários televisivos, a toda a casta de especulações sobre os namoros da Lady Di. Mas se a indignação de Rangel é legítima e a sua invocação de princípios louvável, convém, por isso mesmo, confrontá-lo consigo próprio. Se o «apetite dos abutres desta Imprensa não respeita nenhuma regra», que dizer do «apetite» da SIC? Será que, na sua obsessão pelas maiores audiências, a SIC tem respeitado as regras – até as mais elementares do ponto de vista humano – quando desafia as pessoas a comer minhocas em directo para as câmaras a troco de uns contos de réis?

E de que «circuito voyeurista» fala Rangel?! Do que a SIC trilha quando, nos seus programas emitidos com a assistência do público, convida as mulheres presentes a exibirem as maminhas perante o país mediante uma oferta em dinheiro?

Mais uma vez, limitamo-nos a citar apenas dois exemplos entre os muitos disponíveis, na fulgurante carreira da SIC como operador televisivo.

Entretanto, sejamos claros – como Emídio Rangel gosta de reivindicar nos seus escritos. A indignação, para se afirmar como tal, tem de ser merecida.

Merece-a quem a cauciona a partir da dignidade dos seus próprios actos. Fora disso, obviamente não passa de hipocrisia...

FESTADO Avante! 2000

Artes plásticas na Festa

Sob o tema «A Arte de Transformar», a Festa do «Avante!» decidiu lançar, na sua edição do ano 2000, uma nova forma de intervenção dos artistas plásticos que irá enriquecer o seu programa cultural.

A iniciativa abrange um leque muito vasto de disciplinas, clássicas ou experimentais, e pretende mostrar exemplos de obras que constituem manifestações de ideias, de crítica e de reflexão sobre o social e o político.

Os organizadores pretendem ainda levar à Festa obras produzidas para «se cruzarem com rotas dos visitantes, concebidas para estar no local e no carácter do evento a que se destinam».

São admitidas todas as áreas de intervenção das artes plásticas contemporâneas, sem restrições aos meios expressivos e recursos técnicos, incluindo áreas de cruzamento com outras formas de arte como a poesia visual, o happening, a vídeo-arte, etc.

No entanto, por forma a garantir a diversidade do programa foram definidas cinco grandes áreas de participação: para além da poesia (concreta, visual, gráfica), artes bidimensionais (pintura, fotografia, gravura), tridimensionais (escultura, instalação, objectos), artes performativas (animação de rua, performance, happening), e

artes audiovisuais (vídeo-arte, arte digital, instalação, multimédia).

Os projectos terão de ser entregues até 16 de Junho, e após a selecção de um júri a sua realização será, na medida dos recursos financeiros disponíveis, custeada pela organização da Festa.

A fase de admissão e selec-

ção dos projectos já começou, podendo os artistas interessados contactar a Festa do «Avante!».

Rua António Serpa, 26 - 3.º Direito - 1050 Lisboa. Tel. 21 7969141; fax 21 7969139. e-mail festavante@email.pt



Carvalhas visitou MARL

O secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas, visitou, na passada terça-feira, o Mercado Abastecedor da Região de Lisboa (MARL), situado no concelho de Loures, tendo sido acompanhado pelo presidente da autarquia, Adão Barata, e de outros eleitos do PCP.

Carvalhas sublinhou a importância da obra que irá beneficiar os concelhos de Lisboa e de Loures, os agricultores locais e todos os agentes económicos. A inauguração desta grande infraestrutura está prevista para o próximo dia 26 de Junho.

Delegação do PCP esteve em Timor

Albano Nunes, membro do Secretariado e responsável pela Secção Internacional, participou, como convidado, na Conferência geral de Quadros da FRETILIN, que decorreu entre 15 e 20 de Maio.

Nesta primeira grande reunião, realizada após o referendo de 30 de Agosto, estiveram 1250 delegados que definiram como objectivos principais a política de unidade nacional, a resposta aos problemas do povo, o fortalecimento da FRETILIN, como força decisiva da luta pela completa independência e justiça social. Foi ainda decidido realizar o próximo Congresso da FRETILIN no primeiro semestre do próximo ano.

Para além do PCP, estiveram convidados da FRELIMO e do MPLA, um senador do Partido Trabalhista da Austrália e uma delegação do movi-

mento de solidariedade australiano com Timor-Leste.

A Conferência de Quadros foi encerrada com um grande comício no Estádio de Dili, que celebrou simultaneamente o 26.º aniversário da FRETILIN.

Durante a sua estadia em Dili, Albano Nunes teve oportunidade para se encontrar com os principais dirigentes da FRETILIN e das suas organizações de massas e de saudar o comandante Taur Matan Ruak e outros dirigentes da Resis-

tência. Em conjunto com as delegações do MPLA e da FRELIMO, deslocou-se a Aileu, onde estão acantonadas as FALINTIL, tomando conhecimento pela voz do Vice-Chefe do Estado Maior, Lere Anan Timur e de mais quatro comandantes (todos eles na guerrilha há 24 anos, desde a invasão da Indonésia) das carências e dificuldades das FALINTIL, mas também a sua determinação em tornar-se o embrião do próximo exército

de Timor-Leste e prosseguir a luta até à vitória final da independência.

Esta primeira visita de uma delegação do PCP a Timor-Leste constituiu um momento importante no desenvolvimento das relações de amizade, cooperação e solidariedade há muito existentes entre o PCP e a FRETILIN e um novo incentivo ao prosseguimento do movimento de solidariedade para com o heróico povo de Timor-Leste.

Aumentos na CP só para alguns

O Grupo Parlamentar do PCP acusou o conselho de gerência da CP de ter adoptado uma decisão de «profunda discriminação salarial» entre os trabalhadores da empresa.

Em causa está uma carta distribuída aos trabalhadores sobre o processo negocial em curso na qual a administração comunica que obteve acordo de princípio com alguns sindicatos, pelo que irá pagar os novos valores salariais «apenas aos trabalhadores representados pelos sindicatos subscritores do acordo e aos trabalhadores não sindicalizados que tenham formalmente aderido ao AE de 1999».

O deputado comunista Vicente Merendas, em requerimento dirigido ao Governo, considera esta decisão «incompreensível do ponto de vista negocial» e admite mesmo «configurar um acto ilegal».

Pronunciando-se sobre o teor da carta, o deputado comunista não hesita em afirmar que ela constitui um «desrespeito pelo princípio da igualdade que se traduz

em que a trabalho igual deve corresponder salário igual». É ainda uma afronta, do seu ponto de vista, ao «princípio da liberdade sindical» que consagra a livre opção de o trabalhador se «inscrever em sindicato da sua escolha, sem quaisquer discriminações». Para Vicente Merendas, que solicita esclarecimentos ao Executivo sobre esta inadmissível situação, a decisão da administração da CP é, por último, numa perspectiva negocial, «uma pressão ilegítima» aos restantes sindicatos visando impor-lhes os termos do acordo.

Concentração na Embaixada dos EUA na quarta-feira

A propósito da visita a Portugal do presidente norte-americano Bill Clinton, diversas organizações nacionais promovem uma concentração em frente à Embaixada dos EUA, em Lisboa, na próxima quarta-feira, dia 31, às 18h30.

Os organizadores, entre os quais se contam o Conselho Português para a Paz e Cooperação e a Associação de Amizade Portugal-Cuba, exigem o fim imediato do bloqueio a

Cuba e do embargo ao Iraque e a libertação de Elián González e do seu pai.

A iniciativa tem também como objectivo protestar contra a política de desregulamentação social e de precariedade nas relações laborais, a política expansionista da Nato e o novo conceito de comércio internacional, que protege os mais fortes e subordina cada vez mais as relações humanas à luta pelo sucesso económico.

